

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da
Informação e Documentação – FACE
Mestrado Profissional em Economia Aplicada à Gestão Previdenciária

Fabiana Cristina Meneguele Matheus

**A RELAÇÃO ENTRE O PLANO REB E A QUEDA NAS
ADESÕES À FUNCEF**

Brasília/DF
Março/2012

Fabiana Cristina Meneguele Matheus

**A RELAÇÃO ENTRE O PLANO REB E A QUEDA NAS
ADESÕES À FUNCEF**

Dissertação de Mestrado Profissional em
Economia aplicada à gestão previdenciária
para a obtenção do título de Mestre em
economia pela Universidade de Brasília

Orientador

Heglehyschynton Valério Marçal

Brasília
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

M427

MATHEUS, FABIANA CRISTINA MENEGUELE

A relação do plano REB com a queda nas adesões à FUNCEF / Fabiana Cristina Meneguele Matheus – Brasília, 2012.

viii, 133 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Brasília, 2012. Orientação: Heglshyschynton Valério Marçal.

1. Fundos de pensão. 2. Planos de benefícios. 3. Investimentos. 4. Previdência Complementar.

I. Marçal, Heglshyschynton Valério. II. Universidade de Brasília. III. Fundação dos Economiários Federais.

CDU 369.042

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MATHEUS, FABIANA CRISTINA MENEGUELE. A relação do plano REB com a queda nas adesões à FUNCEF. Dissertação de Mestrado, 2012, Mestrado em Economia, com Área de Concentração: Gestão Previdenciária, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 73 p.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: FABIANA CRISTINA MENEGUELE MATHEUS

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A relação do plano REB com a queda nas adesões à FUNCEF.

GRAU/ANO: Mestre, 2012.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta Dissertação de Mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. É também concedida à Universidade de Brasília permissão para publicação desta dissertação em biblioteca digital com acesso via redes de comunicação, desde que em formato que assegure a integridade do conteúdo e proteção contra cópia de partes isoladas do arquivo. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Fabiana Cristina Meneguele Matheus

**A RELAÇÃO ENTRE O PLANO REB E A QUEDA NAS
ADESÕES À FUNCEF**

Dissertação de mestrado submetida ao Centro de Estudos em Regulação de Mercados da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre.

APROVADA POR:

DR. HEGLEHYSCHYNTON VALÉRIO MARÇAL

DR. ALEXANDRE XAVIER YWATA DE CARVALHO

DR. JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA OLIVEIRA NETO

Brasília,

de

de 2012.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais Adil (i.m.)
e Espedidia (i.m.) e a meu filho Pedro.

AGRADECIMENTOS

Ao orientador: Dr. Heglehyschynton Valério Marçal.

Aos membros da Banca de Avaliação: Dr. Alexandre Ywata e Dr. José Carneiro da Cunha Oliveira Neto.

Aos colegas de trabalho na Fena: Vanderson Burracini, Patrícia Arlene Pires, Sandra Flosi e Eurico Batista.

Aos colegas de trabalho na Funcef: Eugenio Fabio de Resende, Demosthenes Marques, Andrea França Gonçalves, Geraldo Aparecido da Silva, Marcelo Leite Viana Omati e Mauro Rodrigues Uchôa

Ao colega de mestrado e mentor do curso: Sérgio Francisco da Silva.

Ao coordenador do Mestrado Dr. Roberto Ellery.

A todos os professores do Mestrado.

“Mas a ambição do homem é tão grande que, para satisfazer uma vontade presente, não pensa no mal que daí a algum tempo pode resultar dela.”

Nicolau Maquiavel

RESUMO

Essa dissertação versa sobre o plano de benefícios REB e a relação com a redução no percentual de adesão dos empregados da Caixa. O plano foi instituído pela Caixa no final dos anos 90, segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, que tinha como objetivo aprofundar o processo de privatizações no país mirando sua política neoliberal para os bancos públicos federais. O percentual de adesão à Funcef, que historicamente era de 99% antes da implantação do REB, começou a cair, chegando a 75%, em 2005. Os dados estatísticos comparativos dos grupos de participantes e não participantes, nas variáveis “tempo de Caixa” e “ano de admissão”, confirmam essa análise. Observando as figuras 16 e 17 verifica-se que o crescimento no número de não participantes se dá a partir de 1998 começando a reverter a partir de 2006, ano de implantação do Novo Plano. Dados de fevereiro de 2012 demonstram que a Funcef está com 95% dos empregados da Caixa associados reduzindo o número de não participantes para 4.320. O objetivo estratégico é que, até 2015, 98% dos empregados da Caixa sejam participantes da Fundação. Os números indicam que os esforços para isso seguem no caminho certo.

Palavras chave: Fundos de pensão. Planos de benefícios. Investimentos. Patrimônio. Participantes. Previdência Complementar.

ABSTRACT

This dissertation deal with the issue of the benefit plan called REB and the connection with the reduction of the percentage of Caixa's employees adherence. This plan was implanted by Caixa by the end of the nineties, the second term of the President Fernando Henrique Cardoso, that had as an objective to make the privatization process deeper in Brazil, concentrating his neoliberal politics to the federal public banks. The adherence rate to Funcef, that historically was 99%, before REB, declined, reaching 75%, in 2005. The statistics data about participants and non-participants, in the variables "time of Caixa" and "admission year", confirm this analysis. Observing the images 16 and 17, it's possible to note that the increasing in the number of non-participants take place from 1998, starting to change from 2008, year of the implantation of the Novo Plano. In 2012, February, the data demonstrate that Funcef has 95% of Caixa's employees associated, having a reduction in the number of non-participants to 4.320. The strategic purpose is, until 2015, 98% os Caixa's employees beeing participants of Funcef. The numbers are indicating that the efforts for this are on the track.

Keywords: funding of pensions, benefit plans, investments, patrimony, participants, complementary pension

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Carteira Consolidada por tipo de aplicação	15
Tabela 2	–	Pessoas ocupadas segundo as regiões metropolitanas	17
Tabela 3	–	Variação da população ocupada, segundo as regiões metropolitanas	18
Tabela 4	–	Admitidos na Caixa a partir de 1977	18
Tabela 5	–	Quantitativo de participantes dos fundos de pensão	19
Tabela 6	–	Quantitativo de participantes dos fundos de pensão – Junho 2011	19
Tabela 7	–	Números de empregos proporcionais	20
Tabela 8	–	Carteira Consolidada por tipo de aplicação	21
Tabela 9	–	Distribuição dos investimentos por setor vinculado aos fundos de pensão	23
Tabela 10	–	Origem das reservas dos fundos de pensão	23
Tabela 11	–	Relação entre os ativos dos fundos de pensão e o PIB	24
Tabela 12	–	Planos de benefícios – patrimônio e participantes	29
Tabela 13	–	Histórico quantitativo dos Associados e não associados	33
Tabela 14	–	Ativo total e rentabilidade X meta atuária	35
Tabela 15	–	Principais melhorias do Novo plano em relação ao REB	37
Tabela 16	–	Média Geral de benefícios dos aposentados	38
Tabela 17	–	Análise descritiva Variável: Tempo de Caixa	41
Tabela 18	–	Análise descritiva Variável: Sexo	44
Tabela 19	–	Análise descritiva Variável: Idade	46
Tabela 20	–	Análise descritiva Variável: Estado civil	48
Tabela 21	–	Análise descritiva Variável: Ano de admissão na Caixa	51
Tabela 22	–	Análise descritiva Variável: Tempo de FUNCEF	54
Tabela 23	–	Análise descritiva Variável: Tempo de FUNCEF	54
Tabela 24	–	Benefícios pagos pela FUNCEF	56
Tabela 25	–	Participantes da FUNCEF	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Estrutura geral do sistema previdenciário no Brasil	7
Figura 2	–	Número de empregos por setor.	20
Figura 3	–	Evolução dos ativos por tipo de investimento	22
Figura 4	–	Ativos dos fundos de pensão X PIB Brasil	25
Figura 5	–	Ativo total e rentabilidade X meta atuária	35
Figura 6	–	Rentabilidade X meta atuária	36
Figura 7	–	Análise descritiva, dos participantes – Variável: Tempo de Caixa	42
Figura 8	–	Análise descritiva, não participantes – Variável: Tempo de Caixa	43
Figura 9	–	Análise descritiva Participantes – Variável: Sexo	45
Figura 10	–	Análise descritiva, não participantes – Variável: Sexo	45
Figura 11	–	Análise descritiva Participantes – Variável: Idade	47
Figura 12	–	Análise descritiva, não participantes – Variável: Idade	47
Figura 13	–	Análise descritiva Participantes – Variável: Estado Civil	49
Figura 14	–	Análise descritiva, não participantes – Variável: Estado Civil	50
Figura 15	–	Análise descritiva Participantes – Variável: Admissão na Caixa	52
Figura 16	–	Análise descritiva, não participantes – Variável: Admissão na Caixa	53
Figura 17	–	Quantitativo de Aposentados e pensionistas da FUNCEF	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência
APCEF	Associação do Pessoal da Caixa
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
BD	Benefício Definido
CD	Contribuição Definida
CV	Contribuição Variável
DIRIN/Funcef	Diretoria de Investimentos da Funcef
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LC	Lei Complementar
PETROS	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PIB	Produto Interno Bruto
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar Privada
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
SASSE	Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
SPPC	Secretaria de Políticas de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UnB	Universidade de Brasília
VIPES-CAIXA	Vice Presidência de Pessoas da Caixa Econômica Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL	4
1.1 Histórico	4
1.2.1 Estrutura Geral	7
1.2.2 As entidades fechadas de previdência complementar	8
2. OS FUNDOS DE PENSÃO NO BRASIL	12
2.1 Histórico	12
2.2 Os fundos de pensão e as privatizações dos anos 90	14
2.3 A importância dos fundos de pensão para a geração de empregos e como poupança interna.	17
2.3.1 A aplicação das reservas dos fundos de pensão	22
2.3.2 A importância dos fundos de pensão para a constituição da poupança interna	24
2.4 A Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF)	26
2.4.1 Histórico	26
2.4.2 Órgãos estatutários	27
2.4.3 Planos de Benefícios	27
3 PLANO DE BENEFÍCIOS REB	30
4 ANÁLISE COMPARATIVA	39
4.1 Descrição dos dados estatísticos	39
4.2 Análise comparativa	40
4.2.1 Variável “tempo de Caixa”	40
4.2.2 Variável “sexo”	43
4.2.3 Variável “idade”	46
4.2.4 Variável “estado civil”	48
4.2.5 Variável “ano de admissão”	50
4.2.6 Variável “tempo de Funcef”	53
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	60

ANEXOS	66
ANEXO A – Rotina para executar a importação de dados	67
ANEXO B – Análise Estatística Comparativa	70

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem o objetivo de demonstrar como o Plano REB foi prejudicial para a Funcef, afastando os empregados da Caixa admitidos a partir de 1998 e reduzindo o percentual de participantes. Dada a importância da Fundação para o sistema previdenciário, inicialmente esse trabalho apresenta um histórico da previdência geral e complementar no Brasil e as leis e normas que ajudaram a construir esse sistema. A Funcef está classificada dentro do sistema como uma Entidade Fechada de Previdência Complementar uma vez que é exclusiva para os trabalhadores da Caixa, que a patrocina e, dado ao seu papel relevante no sistema, é apresentado em seguida o histórico dos Fundos de Pensão no Brasil, sua motivação, regulamentação e importância para a economia brasileira. Na sequência, o trabalho traz um breve histórico da Funcef, seus planos de benefícios e seus órgãos estatutários. Regida por normas do sistema de previdência complementar, a Fundação tem hoje 117.000 participantes ativos e assistidos e um patrimônio de R\$ 47 bilhões. Responsável pelo futuro de milhares de pessoas, é o terceiro maior fundo de pensão do país, ficando atrás apenas da Previ e da Petros.

Embora com uma legislação mais rígida a partir da edição das leis complementares 108 e 109, em 29 de maio de 2001, os fundos de pensão ainda sofrem grande influência das políticas de governo, seja na administração dos seus planos de benefícios, seja no investimento de seus recursos garantidores.

Depois da venda de inúmeras empresas estatais, tanto no âmbito federal como estadual, o governo Fernando Henrique Cardoso e seus aliados preparavam o terreno para privatizar os bancos públicos federais, dentre eles a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Diminuir os custos e as responsabilidades dos bancos com a previdência complementar era uma das tarefas das diretorias das estatais a fim de reduzir o seu passivo.

Dentro de um contexto onde o governo na época defendia um projeto neoliberal e o estado mínimo, as privatizações estavam na ordem do dia e toda estratégia no sentido de “desonerar” as empresas públicas era adotada a fim de torná-las mais atrativas para o “mercado”.

Objeto de estudo desse trabalho, o REB foi criado pela Caixa e pela Funcef em 1998, logo após uma alteração no plano de cargos e salários da patrocinadora, e começou a ser oferecido para os novos empregados da Caixa a partir do mesmo ano. Enquadrado na modalidade de Contribuição Variável, se diferenciava completamente do plano existente, REG/REPLAN.

A intenção da Caixa era de extinguir o REG/REPLAN e para isso lançou um processo de migração de reservas para os participantes ativos e assistidos desse plano.

O debate acerca das mudanças unilaterais promovidas pela Caixa tomou conta do dia a dia dos trabalhadores e de suas entidades de representação e prejudicou a imagem da Funcef diante dos empregados antigos e novos. Uma verdadeira batalha ideológica e judicial se travou a fim de impedir que a Caixa impusesse as novas regras. Os participantes assistidos acabaram cedendo às pressões, principalmente porque era oferecido um “incentivo financeiro” para a migração e os mesmos se encontravam em situação de penúria, acumulando anos sem reajuste, sem direito aos abonos concedidos aos empregados ativos e sem o auxílio-alimentação, retirado pela empresa em fevereiro de 1995. Os participantes ativos, apesar das pressões, principalmente em cima dos detentores de função de confiança, conseguiram resistir e o processo acabou inviabilizado judicialmente.

Todo esse trauma acabou se refletindo nos números da Fundação ao longo dos anos como se pode verificar nesse trabalho. Baixo número de adesões dos novos empregados da Caixa, baixa credibilidade junto aos participantes e não participantes, estagnação no patrimônio e dificuldades para cumprir a meta atuarial.

Historicamente, a Funcef detinha 99% dos empregados da Caixa como participantes do plano de benefícios. A partir de 1998, esse percentual foi caindo chegando em 2005 com 75,79% de empregados da Caixa participantes, representando mais de 16.000 não participantes.

A partir de agosto de 2006, com a aprovação de um Novo Plano de Benefícios, com maiores vantagens que o REB como: maior percentual de contribuição, maior salário de contribuição e melhorias nos benefícios de risco, diversas campanhas vêm sendo promovidas pela Funcef, a fim de mostrar aos não participantes a importância de aderir a um plano de benefícios patrocinado, seja pela

segurança que os benefícios de renda vitalícia e de risco proporcionam, seja pelo valor investido paritariamente pela patrocinadora.

Todo esse esforço tem apresentado importantes resultados a partir da instituição do Novo Plano, tanto na adesão de quase a totalidade dos empregados admitidos a partir de junho de 2006, seja na conquista daqueles que ingressaram na Caixa nos anos da vigência do REB e não aderiram. Prova disso é que em setembro de 2011 o percentual de adesão à Funcef estava em 95% e o quantitativo de não participantes tinha diminuído para 4.637. Em uma análise estatística realizada para esse trabalho, baseada no mês de setembro de 2011, pôde-se identificar algumas informações interessantes: que o não participante tem, em média, 6,57 anos de Caixa, que as empregadas da Caixa são mais previdentes, pois o percentual de homens não participantes (59%) é maior que o de mulheres (41%), que os não participantes são 5 anos mais jovens que os participantes, em média, e que a pessoa que possui laços afetivos (filhos, cônjuges) tem maior preocupação com a aposentadoria pois a análise indica que os não participantes são, na maioria, solteiros.

Tais dados poderão subsidiar a Funcef em suas campanhas de adesão, que deverão ser direcionadas com abordagem diferenciada para os diversos públicos, contribuindo assim para que a Fundação atinja o objetivo previsto no planejamento estratégico de ter 98% dos empregados da Caixa associados.

Além da luta para conseguir a adesão dos não participantes, as entidades representativas, a Funcef e a Caixa lutam junto aos órgãos governamentais pela aprovação do processo de incorporação do REB pelo Novo Plano, que tem por objetivo trazer os quase 10.000 participantes do REB para o Novo Plano, garantindo assim regras mais vantajosas para esses empregados que foram admitidos pela Caixa de 1998 a junho de 2006.

A incorporação do REB pelo Novo Plano significará a extinção do REB e se espera, com isso, reparar as injustiças para com esses participantes.

1 A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

A história da Funcef está diretamente vinculada à história da Previdência Social no Brasil. Muitos dos problemas vivenciados pela Fundação e seus participantes nos dias atuais são reflexos da política previdenciária dos nossos governantes. Por isso, nesse primeiro capítulo está um resumo do histórico previdenciário no Brasil. Embora não devamos nos apegar ao passado, ele nos ajuda a entender um pouco do nosso presente.

1.1 Histórico

O registro histórico da seguridade no Brasil se inicia no século XIX. O Decreto nº 9.912-A, de 26 de março de 1888, publicado pelo Governo Imperial de D. Pedro II, fixava em 30 anos de efetivo exercício e 60 anos a idade mínima para a aposentadoria aos empregados dos serviços de correios. Embora aplicado a determinado grupo de trabalhadores, já se presumia o amparo àquele impossibilitado de trabalhar, seja pela idade, seja por desastres, na expressão utilizada na época. A normatização da previdência a classes ou grupos de trabalhadores, antes daquela de caráter universal, foi prática adotada por décadas. Por exemplo, ainda sob o Império, por meio de um decreto de julho de 1889 cria-se o Fundo de Pensões do Pessoal das Oficinas da Imprensa Nacional. Já em 1890, na República, destaca-se a instituição de aposentadorias para empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil. Ainda neste mesmo ano cria-se o Montepio Obrigatório, para os empregados do Ministério da Fazenda.

O Decreto nº 4.682 de 24 de janeiro de 1923, mais conhecido como Lei Elói Chaves, embora não tivesse um caráter geral, é considerado o efetivo início da Previdência no Brasil. Através desse instrumento legal foram criadas as caixas de aposentadorias e pensões para os empregados das empresas ferroviárias, contemplando-os com os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária, pensão por morte e assistência médica. Vale ressaltar que havia uma

caixa de aposentadoria por empresa ferroviária. A partir dela, surgiram outras caixas de aposentadorias e pensões, sempre por empresa, como: portuárias, serviços telegráficos, água, energia, transporte aéreo, gás, mineração, chegando ao total de 183 caixas de aposentadorias e pensões, que posteriormente foram unificadas na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos. A data é tida como o marco da política previdenciária no Brasil. Por isso, desde promulgação da lei nº 6.926, de 30 de junho de 1981, ficou instituído o dia 24 de janeiro como o Dia Nacional dos Aposentados. A partir de 1933 iniciou-se uma nova fase com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que eram entidades de proteção social que reuniam categorias profissionais. Estes institutos passaram a ter abrangência nacional. O primeiro a ser criado foi o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM) através do Decreto nº 22.872 de 29 de junho de 1933, seguido de muitos outros como o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB).

Após uma série de tentativas de reestruturar o Sistema Previdenciário no Brasil, a Constituição de 1988 disponibilizou o Capítulo II – título VIII – Ordem Social, para tratar da Seguridade Social. O artigo 194 define Seguridade Social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social”. Ou seja, estabelece um tripé para a Seguridade Social no país: saúde, previdência e assistência social.

Em 1998, o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu uma reforma na Previdência, que na concepção do então Presidente da República “era primordial para conter os gastos públicos e atender às exigências do Fundo Monetário Internacional” conforme relata o Memorando de Política Econômica – Ajuste Fiscal – Ministério da Fazenda de 08 de março de 1.999 (www.fazenda.gov.br). A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, trouxe profundas mudanças para o Sistema de Previdência Social como: apresentou novas regras para concessão de benefícios previdenciários aos servidores públicos e estabeleceu que a organização da previdência social observará critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Porém, o grande objetivo da reforma era alterar a idade mínima de aposentadoria integral, além da exigência de tempo de contribuição. O governo defendia no mínimo 35 anos de contribuição e 60 anos de

idade para o homem e 30 anos de contribuição e 55 anos para a mulher. Porém, o governo perdeu a votação por um voto. Após a derrota, foi introduzida uma nova regra para concessão de benefícios: o fator previdenciário, previsto na Lei nº 9.876 de 26 de novembro de 1999.

Esse fator prejudica os mais pobres e as mulheres, além de estabelecer em relação ao cálculo anterior um redutor de 30% nas aposentadorias, obrigando todos a trabalharem mais para garantir o mesmo nível de aposentadoria da lei anterior (CUT, 2002).

Os trabalhadores sofrem com essa regra até os dias atuais. Propostas pelo fim do fator previdenciário vêm sendo discutidas no Congresso Nacional, em especial pelo senador Paulo Paim e pelo deputado federal Pepe Vargas, sendo esse último autor da proposta alternativa conhecida como “fórmula 85/95” que recebeu apoio de importantes lideranças dos trabalhadores, porém encontra muita resistência no governo federal e nas lideranças partidárias, além da desconfiança dos próprios trabalhadores, que no geral defendem o valor integral na aposentadoria por tempo de contribuição, independente da idade.

Em resumo, a literatura sobre a previdência no Brasil assume como marcos históricos as seguintes datas:

- 1923, com a Lei Elói Chaves, que permitiu a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões;
- 1930, as Caixas começaram a ser substituídas por Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs);
- 1966, com o Decreto-Lei nº 72, que extinguiu os IAPs e cria o INPS;
- 1977, com a Lei nº 6.435, que instituiu a Previdência Complementar;
- 1998, com a Emenda Constitucional 20, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – capitalizado para os servidores titulares de cargo efetivo;
- 1999, com a Lei nº 9.876, que introduziu o fator previdenciário e alterou a base de cálculo dos Benefícios Programados no Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- 2001, com as Leis Complementares nºs 108 e 109, que estabeleceram nova legislação para a Previdência Complementar.

1.2 A estrutura do sistema previdenciário no Brasil

A estrutura geral do sistema previdenciário do Brasil, com um enfoque maior no sistema de previdência complementar, que é onde se insere a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), Entidade Fechada de Previdência Complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal cujo Plano de Benefícios REB, um de seus planos, será o objeto de estudo.

1.2.1 Estrutura Geral

A Previdência Social no Brasil está estruturada em três pilares: o Regime Geral da Previdência Social, os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos e o Regime de Previdência Complementar.

Figura 1 – Estrutura geral do sistema previdenciário no Brasil



Os dois primeiros regimes são de caráter obrigatório e operados por órgãos públicos, que recolhem contribuição e pagam benefícios aos aposentados e pensionistas dentro do mesmo exercício financeiro.

A Previdência Complementar é integrada por dois segmentos distintos e com características próprias: o de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, também denominado Fundo de Pensão e o de previdência aberta.

Os fundos de pensão organizam-se sob a forma de entidade civil sem fins lucrativos e são acessíveis a grupos específicos de trabalhadores, vinculados a empregadores, chamados de Patrocinadores, ou a entidades representativas de classe, denominadas instituidores.

A fiscalização dos fundos de pensão é exercida pela PREVIC e regulada pela SPPC do Ministério da Previdência Social.

As entidades que operam no segmento aberto são sociedades anônimas que exercem suas atividades com fins lucrativos. O acesso a esse segmento é facultado a qualquer cidadão, independente do vínculo profissional ou associativo. O funcionamento dessas entidades é autorizado e fiscalizado pela SUSEP, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda e normatizado pelo CNSP.

1.2.2 As entidades fechadas de previdência complementar

A Constituição Federal, com o objetivo de defender o interesse público, determinou que o legislador dispensasse tratamento diferenciado entre o patrocinador de natureza privada e o de natureza pública. Para os primeiros aplicam-se as disposições contidas na Lei Complementar 109/01, que estabelece regras gerais para o regime complementar de previdência. Para os patrocinadores de natureza pública aplicam-se também os dispositivos da Lei Complementar 108/01 que, no caso, impõe mecanismos mais rígidos de controle social da gestão das entidades que administram planos de previdência de patrocinador em cujo capital social o Poder Público tenha alguma participação.

Os fundos de pensão, conforme definido em lei, têm finalidade precípua de administrar um ou mais planos, predominantemente de caráter previdenciário,

com vistas a pagar benefícios aos seus participantes. Cada fundo de pensão tem seu estatuto, bem como cada plano administrado por ele tem regulamento específico.

a) Estrutura de funcionamento:

a estrutura mínima e necessária para funcionamento de um fundo de pensão é integrada por um Conselho Deliberativo, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. As entidades patrocinadas por empresas estatais, empresas públicas ou pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios são regidas por preceitos específicos e de maior rigidez:

- ✓ Conselho Deliberativo: composto por, no máximo, seis membros, sendo que três serão eleitos pelos participantes e assistidos e três nomeados pelo patrocinador, com mandato de quatro anos permitida uma recondução;
- ✓ Conselho Fiscal: composto por, no máximo, quatro membros, sendo que dois serão eleitos pelos participantes e assistidos e dois nomeados pelo patrocinador, com mandato de quatro anos e vedada a recondução;
- ✓ Diretoria Executiva: composta por seis membros sendo o prazo do mandato e a composição definidos em estatuto.

b) Estatuto e Regulamento:

Estatuto: todo fundo de pensão tem um estatuto próprio que está integrado por um conjunto de regras, com objetivo de estabelecer um padrão mínimo de funcionamento e tem por base cinco princípios: decisões colegiadas, participação democrática e quadripartite nos colegiados, transparência, administração profissional do patrimônio e controle interno dos atos da diretoria. Para entrar em vigor, o estatuto ou alterações devem ser aprovados pelo órgão fiscalizador da previdência complementar.

Regulamento: todo plano de benefícios tem um regulamento, onde estão escritas as regras contratuais que regem os direitos e as obrigações de cada participante e do patrocinador/instituidor. O regulamento se presta a disciplinar, além de outras coisas, as

seguintes questões: benefícios oferecidos ao participante, condições de elegibilidade, regras de carência, hipóteses de ingresso e saída do plano, forma de custeio do plano e data de pagamento do benefício. Cada plano de benefícios possui um número único de identificação de forma que o participante possa ter maior visibilidade sobre seu plano e segurança quanto a suas regras.

c) Planos de Benefícios:

Um plano de benefícios nada mais é que um conjunto de regras, obrigações e direitos que dispõe sobre a forma de financiamento e pagamento de diferentes benefícios previdenciários. Elaborado com o objetivo de atender às necessidades de cada grupo de trabalhador, o plano de benefícios deve ser aprovado pelo órgão fiscalizador. O desenho do plano deve assegurar ao participante liberdade para buscar opções mais vantajosas à constituição de sua poupança previdenciária. Em geral, os benefícios mais comuns de um plano de previdência são: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Os planos de benefícios são classificados em três modalidades: Benefício Definido (BD), Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV), cada qual com características próprias, que lhes conferem maior vantagem de acordo com o perfil do grupo de participantes.

d) Regras gerais de investimento:

Os fundos de pensão constituem mecanismo de poupança, com finalidade eminentemente previdenciária, que necessitam de longo prazo para acumulação. Com vistas a minimizar o esforço contributivo do participante e compensar o sacrifício ao longo de anos de contribuição, a legislação oferece incentivo fiscal para estimular o ingresso e a permanência na previdência complementar.

As fontes de financiamento das contribuições têm origem entre os participantes e patrocinadores. Porém, os valores vertidos aos planos devem ser aplicados para fazer face ao pagamento futuro dos benefícios contratados. Com o objetivo de zelar pelo direito futuro do participante, a aplicação dos recursos previdenciários investidos

pelos fundos de pensão deve submeter-se às regras gerais estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e regulamentadas pela Resolução nº 3.792 de 24 de setembro de 2009. A referida resolução estabelece que os fundos de pensão devem definir a política de investimentos para aplicação dos recursos de cada plano por eles administrados. Os investimentos dos recursos dos planos administrados devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operação com os participantes. E a resolução estabelece um limite para aplicação em cada um dos segmentos citados. Os recursos pertencem ao conjunto dos participantes, a quem cabe acompanhar a evolução das informações individuais relativas à sua conta e ao seu benefício.

2. OS FUNDOS DE PENSÃO NO BRASIL

2.1 Histórico

O marco regulatório foi a Lei nº 6.435 de 15 de julho de 1977 que estabeleceu as condições gerais de funcionamento da Previdência Privada. Em seguida, o Decreto nº 81.240 de 20 de janeiro de 1978 regulamentou as condições específicas de funcionamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e criou a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente PREVIC. Em 23 de fevereiro de 1978, o Decreto nº 81.402 regulamentou as condições específicas de funcionamento das Entidades Abertas de Previdência Complementar.

Porém, o surgimento dos fundos de pensão, na década de 70, pouco tem a ver com a vontade espontânea do mercado e dos trabalhadores. Diversos desajustes criados pelos próprios governos em relação à aposentadoria dos trabalhadores das estatais, aliados às pretensões do Governo Militar de fortalecer os mercados de capitais (bolsa de valores) foram determinantes para que, principalmente as empresas estatais instituíssem planos de benefícios. Pode-se resumir em quatro as principais características do surgimento da Previdência Complementar no Brasil: a) nasce por interesse governamental e não dos trabalhadores, sob iniciativa da ditadura militar, b) nasce com o objetivo de fortalecer o mercado de capitais, c) é fortemente calcada nas empresas públicas, d) é modelada em planos de benefício definido.

Sem romper definitivamente com a visão do Estado paternalista, os planos foram criados assegurando-se garantia total àqueles participantes, uma vez que as empresas públicas patrocinadoras contribuía com a maior parcela do custeio dos planos e, quase sempre, se responsabilizavam sozinhas por eventuais insuficiências de recursos que pudessem aparecer. Por muito tempo, o setor de Previdência Complementar do Brasil, ficou restrito às empresas públicas e seus trabalhadores e as lideranças sindicais se mantiveram totalmente distantes das

discussões mais importantes e totalmente afastadas do controle estratégico dos fundos, uma vez que as próprias características dos planos, que eram complementares à Previdência Social, traziam grande tranquilidade aos trabalhadores.

De um modo geral os fundos de pensão no Brasil foram criados com discurso de amparar o funcionário e sua família durante o seu período de atividade (morte e invalidez) e após o encerramento da carreira (aposentadoria).

Os maiores fundos de pensão vinculados às empresas públicas trazem no seu histórico de planos de benefícios vantagens e tinham realmente o foco no bem estar do participante. E com uma contribuição expressiva das empresas patrocinadoras, algumas vezes até maior que a dos participantes.

Abaixo, alguns exemplos, tomando como base os principais fundos de pensão do país, que deixam claro em seu histórico, a sua finalidade inicial.

a) PREVI: Tido como o primeiro fundo de pensão que se tem registro, a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil foi criada em 16 de abril de 1904 com 52 associados. Com o claro objetivo de amparar os servidores do banco na velhice e na invalidez. Até a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, em 1998, que estabeleceu a paridade contributiva, a Previ praticava a fórmula 2:1, ou seja, duas partes da contribuição para o patrocinador (Banco do Brasil) para uma parte do associado.

b) PETROS: A PETROS originou-se de estudos e projetos desenvolvidos, desde o início da década de 60, pela Petrobras – Petróleo Brasileiro S/A, visando manter a qualidade de vida de seus empregados após o encerramento da atividade profissional, na aposentadoria. Em 1965, foi elaborado o projeto de criação da Petros, como entidade de caráter privado complementar à Previdência Social. As atividades foram iniciadas oficialmente em 1 de julho de 1970 e já em 14 de julho, a Petros pagou o primeiro benefício, um pecúlio por morte. Dois meses depois do início das atividades, mais de 29 mil empregados da Petrobrás e da própria Petros já estavam inscritos no sistema, isentos do pagamento da joia.

c) POSTALIS: O Postalís foi criado em 26 de fevereiro de 1981 para oferecer tranquilidade e bem estar à “família ecetista”.

d) CERES: Foi fundada em fevereiro de 1979, criada pela Embrapa e pela extinta Embrater, com o objetivo de administrar planos de benefício complementares aos da Previdência Social. Foram dois os motivadores da criação da Fundação: a preocupação das empresas do setor com a condição de seus empregados aposentados e a necessidade de atrair novos talentos e dar segurança e estabilidade ao quadro de pessoal.

Todos os planos de benefícios instituídos na época da criação dessas entidades tinham como característica ser BD (Benefício Definido), ou seja, complementar o benefício da Previdência Social e tinha como base de referência o salário em atividade.

2.2 Os fundos de pensão e as privatizações dos anos 90

A partir dos anos 90 inicia-se um forte debate acerca dos fundos de pensão, não pelo seu aspecto previdenciário, mas pela relação “incestuosa” que foi desenvolvida ao longo da história entre os dirigentes desses fundos e as autoridades governamentais que os indicaram, o que permitia variadas formas de abuso de poder, manipulação de recursos e apropriação indébita.

Esse mesmo período coincide com o processo de privatização de estatais no Brasil, para o qual os fundos de pensão tiveram papel estratégico, em face de grande capacidade de disponibilização de recursos para essa finalidade. A pujança patrimonial, que na época já era de aproximadamente R\$ 100 bilhões conforme a tabela da ABRAPP abaixo, não encontrava concorrente:

Tabela 1 – Carteira consolidada por tipo de aplicação (R\$-milhões)

CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE APLICAÇÃO											(R\$ MILHÕES)	
DISCRIMINAÇÃO	Dez/94	%	Dez/95	%	Dez/96	%	Dez/97	%	Dez/98	%	FEV/99	%
01. Ações	18.177	39,1	16.923	29,5	22.162	30,9	24.724	28,5	17.465	19,2	19.004	21,5
02. Imóveis	6.692	14,4	8.548	14,9	9.225	12,9	9.038	10,4	9.684	10,7	9.698	11,0
03. Depósito a prazo	5.334	11,5	8.367	14,6	6.891	9,6	6.623	7,6	8.818	9,7	8.550	9,7
04. Fundos de investimentos - RF	5.779	12,4	6.826	11,9	12.064	16,8	16.729	19,3	20.648	22,8	22.561	25,5
05. Fundos de investimentos - RV	ND		ND		1.832	2,6	9.302	10,7	9.214	10,2	10.153	11,5
06. Empréstimo a participantes	887	1,9	1.067	1,9	1.592	2,2	1.623	1,9	1.740	1,9	1.739	2,0
07. Financiamento imobiliário	2.145	4,6	3.328	5,8	3.688	5,1	3.923	4,5	4.021	4,4	4.023	4,6
08. Debêntures	862	1,9	2.992	5,2	3.446	4,8	3.384	3,9	3.229	3,6	2.963	3,3
09. Títulos públicos	1.771	3,8	2.557	4,4	4.115	5,7	3.240	3,7	5.918	6,5	5.714	6,5
10. Outros	1.201	2,6	1.445	2,5	1.704	2,4	1.878	2,2	2.382	2,6	2.467	2,8
11. Oper. c/patrocinadoras	3.642	7,8	5.408	9,4	4.954	6,9	6.396	7,4	7.637	8,4	1.442	1,6
TOTAL	46.488	100	57.461	100	71.672	100	86.861	100	90.757	100	88.315	100

Fonte: ABRAPP, 1999

Um dos grandes exemplos de investimento envolvendo os fundos de pensão, em especial a Previ, a Funcef e a Petros, se deu em 1997, na privatização da telefonia, envolvendo o banqueiro Daniel Dantas e o Banco Opportunity. Segundo o jornalista Aloysio Biondi (BIONDI, 2001) em sua obra O Brasil Privatizado, “aproveitando-se do dinheiro dos fundos de Pensão das Estatais, Daniel Dantas, em conluio com Mary Linn Turner, diretora do Citibank, conseguiu que esse banco formasse o Fundo CVC/Opportunity e o nomeasse administrador”. Assim, Dantas passou a controlar dois fundos, o primeiro conhecido como CVC/Nacional e o outro, CVC/Internacional, sem colocar dinheiro do bolso. Em seguida, esses dois fundos apropriam-se da Telemig Celular e da Amazônia Celular. Além do dinheiro dos fundos de pensão depositados no CVC/Nacional, o governo obrigou esses fundos a montarem um consórcio com o Opportunity – assim, a parte de Dantas no consórcio com os fundos das estatais era bancada por esses próprios fundos e com a multinacional canadense TIW. Em junho de 1998, Dantas também apropriou-se da Brasil Telecom. Novamente o consórcio foi entre o Opportunity e os fundos de pensão, mais a Itália Telecom. Se, na primeira aquisição, o banqueiro colocou 0,6% dos recursos necessários, na última ele se superou e entrou com 0,56% dos recursos. Embora sem colocar recurso para viabilizar as aquisições, o governo FHC montou um acordo acionário onde os fundos de pensão eram obrigados a votar com Dantas nas assembleias do consórcio. Também se estabeleceu que Dantas só poderia ser destituído da direção do CVC se a oposição a ele tivesse mais de 90%

dos cotistas. E se um fundo de pensão votasse contra Dantas, teria seu direito de voto suspenso por 12 anos.

Na mudança de governo em 2003, novas diretorias foram empossadas nos fundos de pensão e estas trataram de destituir o Opportunity do Fundo Nacional, que passou a ser chamado de “Fundo Investidores Institucionais”. Na seqüência, continuando o esforço para evitar a perda dos valores investidos, em 2005 o Fundo Nacional estruturou um grande acordo de gestão, governança e desinvestimento com o Fundo Estrangeiro. Como o Fundo Nacional tinha menos direitos de governança originais, para celebrar os acordos que aumentaram os direitos do Fundo Nacional, o Fundo Estrangeiro exigiu garantias de saída dos investimentos, na forma de opções de venda das suas participações em Brasil Telecom (controle) e em Telemar (minoritárias). Todos esses contratos foram extensa e intensamente debatidos publicamente em 2005 e 2006, durante as CPIs e CPMLs, momento em que as fundações esclareceram aos seus participantes e à sociedade os objetivos e as vantagens de seu esforço de recuperação das condições de suas participações societárias.

A revista Carta Capital (GLASBERG, 2011), por inúmeras edições abordou o tema “Daniel Dantas” e constitui um verdadeiro acervo sobre o caso Opportunity. Uma das matérias, de abril de 2003, foi intitulada “A Previ na Sinuca” e retratava o problema vivido pelos fundos, “de correrem o risco de ver bilhões investidos nas privatizações e telefonia virarem pó”.

A partir da retomada do controle das empresas investidas, que ocorreu ao longo de 2005 (não sem uma grande disputa jurídica com o Opportunity) vários desinvestimentos já foram realizados: Terminal de Contêineres de Santos, Telemig Celular e Teleamazônia, além das sensíveis melhorias na gestão do Metrô do Rio e da Brasil Telecom, que passaram a apresentar resultados positivos.

Recentemente, o assunto das Privatizações do governo FHC voltou à tona com a publicação do livro: “Privataria Tucana” do jornalista Amaury Ribeiro Jr. (RIBEIRO JR, 2011), e deverá motivar uma CPI para apurar as denúncias feitas no livro. O livro mais polêmico e vendido do ano está entre os finalistas do Prêmio Jabuti, na categoria Reportagem sendo este o prêmio mais prestigiado da literatura brasileira.

2.3 A importância dos fundos de pensão para a geração de empregos e como poupança interna.

Os fundos de pensão constituem importante instrumento de valorização do trabalho de que dispõem as empresas e os trabalhadores. Inclusive, a discussão de defesa e constituição de planos de benefícios tem figurado frequentemente na pauta de reivindicações trabalhistas, evidenciando a tomada de consciência por parte dos trabalhadores a respeito da necessidade previdenciária. Podemos dizer que é uma escolha do trabalhador, que abdica de uma parcela do seu salário para consumo no momento presente, para garantir uma melhor condição de vida no futuro, com a aposentadoria.

Segundo Francisco Baima (BAIMA, 1998), em sua dissertação, “a criação do fundo de pensão representa vários aspectos positivos para a empresa, particularmente na execução de sua política de recursos humanos”. Motivação dos empregados, atração de mão de obra qualificada, retenção dos potenciais e facilidade nas substituições são alguns dos benefícios às empresas citados pelo autor.

As tabelas e gráficos abaixo citam de forma apropriada a melhoria nos níveis de emprego da população de um modo geral. Dados do IBGE demonstram que de 2003 a 2011 houve uma variação de 13,1% na população economicamente ativa:

Tabela 2 – Pessoas ocupadas, segundo as regiões metropolitanas (em 1.000 pessoas).

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	18.520	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598
2004	19.052	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623
2005	19.554	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666
2006	19.926	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686
2007	20.435	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718
2008	21.122	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795
2009	21.276	1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Tabela 3 – Variação da população ocupada, segundo as regiões metropolitanas (em %)

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2004-2003	2,9	0,7	4,3	4,3	1,8	3,5	1,6
2005-2004	2,6	1,1	4,8	2,8	1,1	3,4	2,7
2006-2005	1,9	2,6	2,9	5,5	1,1	1,3	1,2
2007-2006	2,6	0,5	5,6	4,2	1,3	2,8	1,9
2008-2007	3,4	1,9	1,1	4,2	2,2	4,3	4,5
2009-2008	0,7	2,3	3,1	1,1	0,2	0,6	-0,8
2009-2003	14,9	9,3	23,8	24,2	8,0	16,9	11,5

FONTES: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Se, de uma forma geral, o crescimento no número de trabalhadores com emprego aumentou, no segmento de empresas patrocinadoras de planos de benefícios não foi diferente. As empresas, em especial as públicas, a partir de 2003 passaram a recompor o quadro de pessoal, desmantelado durante o governo FHC conforme demonstra o jornalista Aloysio Biondi em seu livro: O Brasil Privatizado. Somente a Caixa Econômica Federal contratou quase 50.000 novos trabalhadores a partir de 2003.

Tabela 4 – Admitidos na caixa a partir de 1977

ANO	QUANT.	ANO	QUANT.
1977	2.882	1995	2
1978	3.247	1996	1
1979	2.311	1997	2
1980	3.492	1998	1.140
1981	7.583	1999	1.449
1982	7.505	2000	2.851
1983	1.302	2001	5.014
1984	7.245	2002	4.183
1985	418	2003	2.864
1986	7	2004	4.043
1987	395	2005	10.091
1988	74	2006	6.192
1989	22.853	2007	4.088
1990	3.965	2008	5.818
1991	6	2009	5.061
1992	12	2010	5.904
1994	12	2011	4.537
TOTAL: 126.549			

Fonte: VIPES-CAIXA, SET/2011

Esse movimento não foi exclusivo da Caixa Econômica Federal. Outras estatais, como Banco do Brasil, Petrobras e Correios, tiveram um movimento de resgate de suas instituições e de prestação de serviços ao governo e ao povo brasileiro.

Dados da Abrapp de junho de 2011 registram 2.162.061 participantes ativos e 666.788 participantes assistidos, representando um crescimento de 29% no segmento de ativos e de 46% no segmento de assistidos em relação a novembro de 1998 quando, segundo os dados, os fundos contavam com 1.671.416 participantes ativos e 455.887 participantes assistidos.

Tabela 5 – Quantitativo de participantes dos fundos de pensão – 1995/1998

Evolução de beneficiários				
Período	Ativos	APOSENTADOS PENSIONISTAS	DEPENDENTES	POPULAÇÃO TOTAL
1995	1.865.231	346.214	4.704.282	6.915.727
1996	1.795.780	383.922	4.624.284	6.803.986
1997	1.788.051	426.307	4.525.985	6.740.343
Dez/98	1.650.552	460.475	4.297.346	6.408.373

FONTE SPC

Tabela 6 – Quantitativo de participantes dos fundos de pensão – Junho/2011

TOTAL INFORMADO	
Investimentos (R\$ mil)	547.699.258
Participantes Ativos*	2.162.061
Dependentes*	3.499.247
Assistidos*	666.788

*Junho/11

Fonte: ABRAPP, 2011

Além disso, os fundos de pensão dão uma importante contribuição para a geração de emprego e renda nos setores que atuam, especialmente nos mobiliários e imobiliários. Recentes estudos realizados pela Diretoria de Participações da Funcef (DIPAR) demonstram como os investimentos da Fundação influenciam positivamente na geração direta e indireta de empregos na região onde o empreendimento está instalado. Segundo levantamento da diretoria, os investimentos realizados exclusivamente sob sua gestão geram 140.094 empregos diretos e indiretos, subdivididos conforme quadro abaixo:

Tabela 7 – Números de empregos proporcionais:

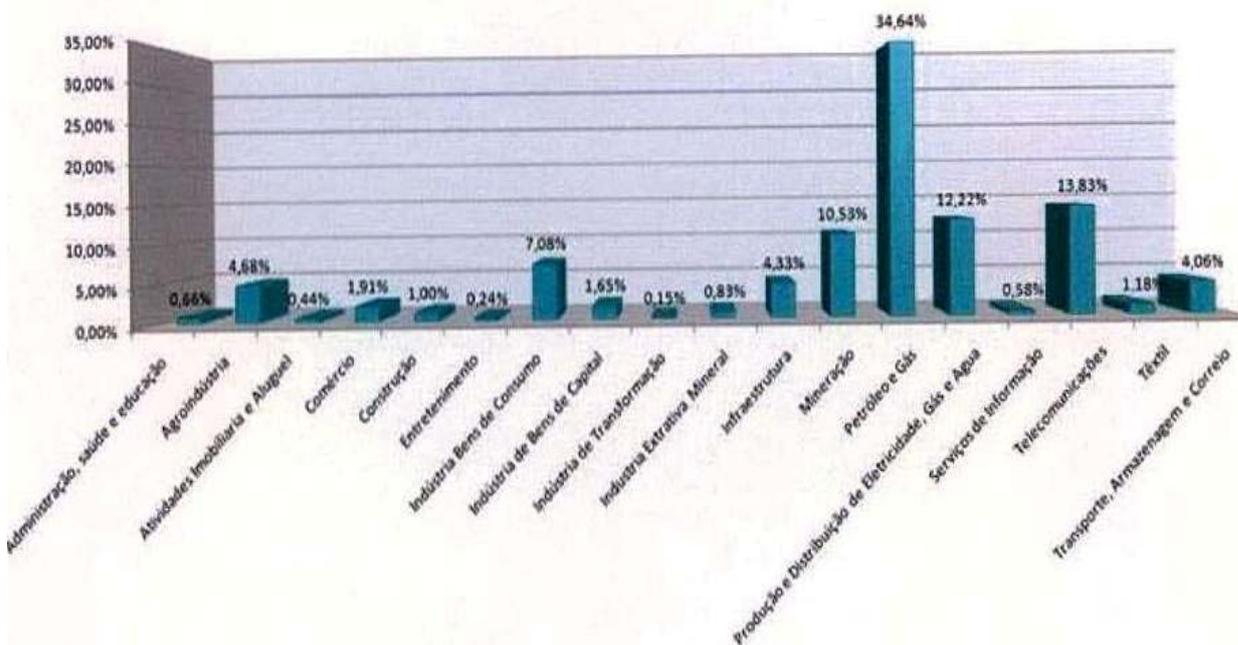
	Empregos Diretos e Indiretos	
	Total	FUNCEF ¹
Segmento Imobiliário - Shopping Centers	52.725	19.169
Segmento Imobiliário - Hotéis	3.763	3.362
Segmento Imobiliário - Edificação para Renda	23.275	17.483
Segmento Imobiliário - Imóveis em Construção	9.592	9.592
Fundos de Investimento Imobiliário	8.851	5.087
Participações Societárias - Empresas e Fundos	1.280.347	85.400
Total	1.378.553	140.094

¹ FUNCEF = Número de empregos proporcionais a participação da FUNCEF nos investimentos.

Fonte: FUNCEF, 2011

Somente em participações societárias, os investimentos da Funcef geram 85.400 empregos diretos e indiretos. No gráfico abaixo pode se verificar o quantitativo de empregados por setor, em porcentagem:

Figura 2 – Número de empregados por setor



Fonte: FUNCEF, 2011

Além disso, os fundos são grandes formadores de poupança, efeito do regime de capitalização que constitui a espinha dorsal de sua existência. O regime de capitalização é aquele em que as contribuições são recolhidas durante todo período laboral, seja com controle de contas individuais ou em fundos mutualistas, visando ao financiamento das aposentadorias em momento posterior.

Os Fundos de pensão no Brasil têm sido o sustentáculo do mercado de ações, mantendo extensas carteiras que são administradas de forma conservadora, assim contribuindo para a estabilidade do mercado. Além dos investimentos no mercado acionário, os fundos também investem em imóveis (*shopping centers*, hotéis e grandes prédios comerciais) garantindo também a estabilidade da construção civil. Projeções mostram que a poupança formada pelos fundos de pensão poderá sustentar a retomada do crescimento brasileiro, financiando projetos do setor privado.

Dados da Abrapp divulgados em sua publicação “Consolidado Estatístico” de junho de 2011 mostram a evolução da Carteira Consolidada por tipo de aplicação:

Tabela 8 – Carteira consolidada por tipo de Aplicação (R\$-milhões)

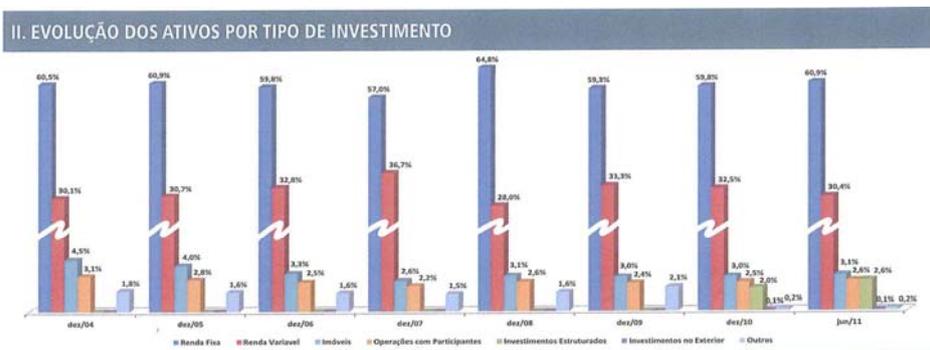
I. CARTEIRA CONSOLIDADA POR TIPO DE APLICAÇÃO																	(R\$ milhões)	
Discriminação	dez/04	%	dez/05	%	dez/06	%	dez/07	%	dez/08	%	dez/09	%	dez/10	%	mar/11	%	jun/11	%
Renda Fixa	154.723	60,5	179.685	60,9	210.545	59,8	248.302	57,0	271.542	64,8	291.627	59,3	321.954	59,8	326.249	59,8	331.561	60,9
Títulos públicos	29.871	11,7	35.818	12,1	43.972	12,5	64.925	14,9	79.988	19,1	86.749	17,6	91.922	17,1	93.175	17,1	93.762	17,2
Créditos Privados e Depósitos	5.751	2,2	6.768	2,3	8.321	2,4	9.223	2,1	14.079	3,4	14.862	3,0	24.211	4,5	25.730	4,7	27.203	5,0
SPE													119	0,0	201	0,0	196	0,0
Fundos de investimentos - RF ¹	119.101	46,6	137.098	46,4	158.252	44,9	174.154	40,0	177.475	42,3	190.016	38,6	205.703	38,2	207.143	38,0	210.400	38,6
Renda Variável	77.096	30,1	90.747	30,7	115.653	32,8	160.014	36,7	117.306	28,0	163.753	33,3	174.902	32,5	173.249	31,8	165.764	30,4
Ações	51.188	20,0	59.975	20,3	73.848	21,0	90.451	20,8	54.381	13,0	82.800	16,8	88.251	16,4	88.473	16,2	80.910	14,9
Fundos de investimentos - RV ²	25.908	10,1	30.772	10,4	41.805	11,9	69.563	16,0	62.925	15,0	80.952	16,4	86.651	16,1	84.776	15,5	84.853	15,6
Investimentos Estruturados	ND		10.634	2,0	13.959	2,6	14.422	2,6										
Empresas Emergentes													241	0,0	330	0,1	319	0,1
Participações													9.466	1,8	12.622	2,3	13.081	2,4
Fundo Imobiliário ³													927	0,2	1.007	0,2	1.022	0,2
Investimentos no Exterior	ND		357	0,1	333	0,1	322	0,1										
Ações													45	0,0	42	0,0	40	0,0
Dívida Externa													312	0,1	291	0,1	282	0,1
Imóveis	11.565	4,5	11.836	4,0	11.662	3,3	11.510	2,6	12.915	3,1	14.652	3,0	16.197	3,0	16.715	3,1	17.113	3,1
Operações com participantes	7.897	3,1	8.133	2,8	8.844	2,5	9.509	2,2	10.692	2,6	11.909	2,4	13.412	2,5	13.834	2,5	14.340	2,6
Empréstimo a Participantes	4.883	1,9	5.650	1,9	6.519	1,9	7.426	1,7	8.510	2,0	9.872	2,0	11.468	2,1	11.892	2,2	12.391	2,3
Financiamento imobiliário	3.015	1,2	2.483	0,8	2.325	0,7	2.083	0,5	2.182	0,5	2.037	0,4	1.944	0,4	1.941	0,4	1.949	0,4
Outros⁴	4.507	1,8	4.849	1,6	5.492	1,6	6.435	1,5	6.774	1,6	10.192	2,1	960	0,2	1.068	0,2	1.179	0,2
Total	255.788	100	295.250	100	352.196	100	435.770	100	419.229	100	492.134	100	538.417	100	545.407	100	544.701	100

Notas: ¹ Inclui Curto Prazo, Referenciado, Renda Fixa, Multimercado, Cambial e FIDC; ² Inclui Ações e Índice de Mercado; ³ Até 2009 consolidado no grupo Imóveis; ⁴ Outros Realizáveis, Derivativos e Outros.

Fonte: ABRAPP, 2011

Esses dados demonstram que os fundos, embora com uma carteira de investimentos bem diversificada, têm um perfil ainda bastante conservador. No gráfico abaixo pode-se constatar essa afirmativa observando a evolução dos ativos por tipo de investimento, onde predominantemente há concentração em renda fixa.

Figura 3 – Evolução dos ativos por tipo de investimentos



Fonte: ABRAPP, 2011

2.3.1 A aplicação das reservas dos fundos de pensão

Pode-se observar na tabela abaixo que a origem das reservas dos fundos de pensão está distribuída por diversos setores da economia, sendo que nos últimos anos o setor de infraestrutura tem recebido um quantitativo maior de investimentos. Este tipo de investimento acaba sendo uma boa opção de longo prazo para os fundos, levando-se em conta a perspectiva de uma redução da taxa real de juros. Ao mesmo tempo, com o amadurecimento dos planos de benefícios, com muitos participantes em benefícios, os investimentos deverão privilegiar aspectos de segurança e liquidez. Por isso, o governo deve manter uma política de incentivo à previdência complementar fechada, a fim de oxigenar os planos.

Tabela 9 – Distribuição dos investimentos por setor vinculado aos fundos de pensão (R\$ milhões)

Distribuição dos investimentos por setor vinculado aos fundos de pensão						(R\$ MILHÕES)
SETORES	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Fev/99
FINANCEIRO	27.924	29.407	36.576	47.302	47.876	44.284
Serviços	17.236	16.641	20.591	27.036	29.700	26.957
Industrial	9.329	11.416	14.505	16.522	17.181	17.072
PETROQUÍMICA	2.985	3.655	4.632	4.872	4.952	4.913
SIDERÚRGICA	3.042	3.406	4.198	4.614	4.399	4.240
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	690	1.000	1.275	1.559	1.598	1.708
QUÍMICA	463	614	858	1.074	1.235	1.242
ELETRÔNICA	433	555	677	800	845	897
AUTOMOBILÍSTICA	302	381	529	700	806	799
ALIMENTÍCIA	289	360	487	624	754	754
MINERAÇÃO	207	248	317	282	275	271
BEBIDAS	190	212	268	334	377	372
OUTROS	732	985	1.264	1.664	1.940	1.876
TOTAL	46.488	57.461	71.672	86.861	90.757	88.315

Fonte: ABRAPP, JUN/99

Tabela 10 – Origem das reservas dos fundos de pensão (R\$ milhões)

III. ORIGEM DAS RESERVAS DOS FUNDOS DE PENSÃO									(R\$ milhões)
Setores	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	mar/11	jun/11
Financeiro	127.139	147.807	181.220	235.220	215.154	255.744	276.348	280.791	279.047
Serviços	67.779	77.252	85.847	99.596	103.376	118.652	132.329	135.460	136.522
Industrial	60.870	70.191	85.129	100.955	100.700	117.738	129.740	129.156	129.133
- Petroquímica	26.089	29.950	34.187	41.032	41.526	47.233	57.222	54.442	54.464
- Siderúrgica	12.896	14.783	18.037	22.303	21.130	26.200	28.132	29.149	28.718
- Máquinas e equipamentos	4.882	5.747	7.991	9.500	9.433	10.774	11.484	11.738	11.891
- Química	5.837	6.844	8.814	9.733	9.671	11.297	11.744	12.514	12.551
- Eletro eletrônica	2.159	2.472	3.264	3.806	3.628	4.556	4.388	4.485	4.520
- Automobilística	2.855	3.114	4.091	4.373	4.646	5.359	3.269	3.331	3.299
- Alimentícia	2.091	2.447	2.985	3.531	3.691	4.282	4.554	4.690	4.738
- Mineração	362	445	809	961	1.042	1.162	1.193	1.371	1.425
- Bebidas	892	1.009	1.182	1.337	1.351	1.557	1.694	1.726	1.741
- Outros	2.808	3.379	3.769	4.377	4.585	5.318	6.059	5.710	5.788
Total	255.788	295.250	352.196	435.770	419.229	497.134	538.417	545.407	544.701

Fonte: ABRAPP, 2011

Os quadros mostram a evolução nas reservas dos fundos de pensão, saltando de um montante de R\$ 88 bilhões em fevereiro de 1999 para R\$ 544 bilhões em junho de 2011, consolidando-os como importantes investidores no mercado que atuam.

2.3.2 A importância dos fundos de pensão para a constituição da poupança interna

Como já foi dito anteriormente, o patrimônio dos fundos de pensão é um importante investidor institucional que pode impulsionar não só o mercado financeiro como o setor de infraestrutura e outros setores da economia.

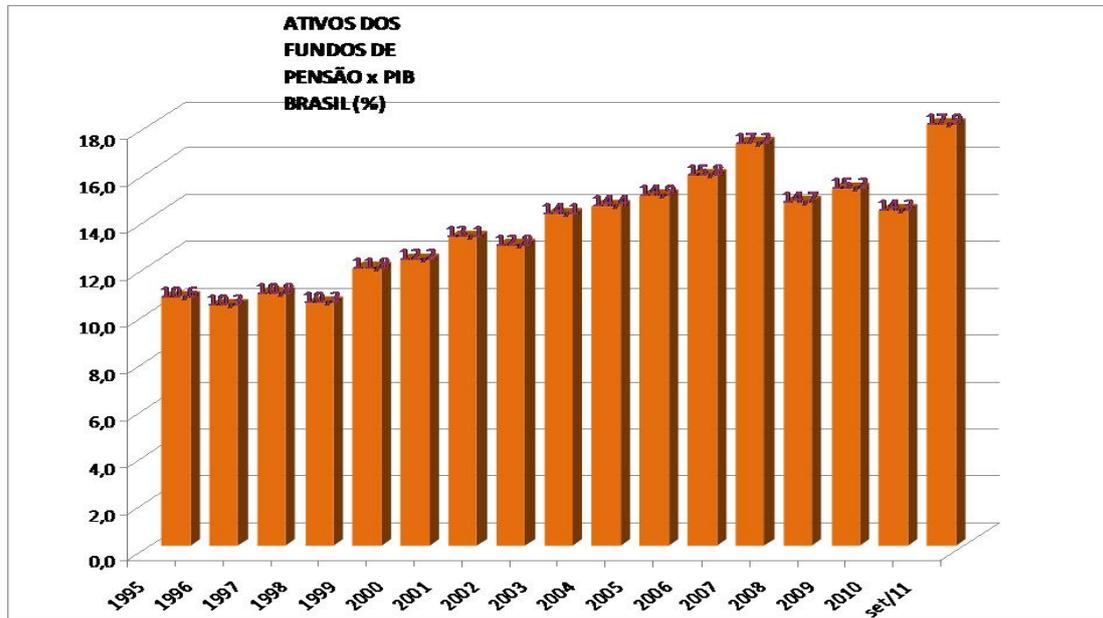
Observa-se no quadro abaixo que a relação entre os ativos dos fundos de pensão e o PIB vem aumentando significativamente nos últimos anos e, mesmo em 2011, com a crise mundial deixando o mercado de bolsas e a renda variável instável, a relação continua alta retornando aos patamares do ano de 2007, antes da crise mundial de 2008.

Tabela 11 – Relação entre os ativos dos fundos de pensão e o PIB

ANO	Ativos das EFPC	PIB	%
1995	74.815	705.641	10,6
1996	86.629	843.965	10,3
1997	101.033	939.147	10,8
1998	101.129	979.276	10,3
1999	125.995	1.064.999	11,8
2000	144.025	1.179.482	12,2
2001	171.152	1.302.136	13,1
2002	189.507	1.477.822	12,8
2003	240.139	1.699.948	14,1
2004	280.517	1.941.498	14,4
2005	320.200	2.147.239	14,9
2006	374.726	2.369.797	15,8
2007	456.565	2.661.344	17,2
2008	444.822	3.032.204	14,7
2009	492.134	3.239.404	15,2
2010	538.417	3.770.085	14,3
SET/11	547.835	3.052.307	17,9

Fonte: ABRAPP/IBGE, 2011

Figura 4 – Ativos dos fundos de pensão X PIB Brasil (%)



Fonte: DIRIN/FUNCEF, 2011

Importantes investimentos em infraestrutura têm tido a participação dos maiores fundos de pensão do país como a Usina de Belo Monte, a Usina de Jirau, rodovias, metrô e aeroportos. A matéria veiculada pela internet em setembro de 2011 (<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/principais-fundos-de-pensao-vaoinvestir-em-aeroportos>) trata da perspectiva de participação dos principais fundos de pensão do país (PREVI, FUNCEF e PETROS) no setor de aeroportos.

Em outra matéria, publicada no site do jornal Estado de Minas, em 19 de setembro de 2011 (http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/09/19/internas_economia,251520/participacao-de-fundos-de-pensao-no-pib-dobrara-diz-abrapp.shtml), o presidente da Abrapp, José de Souza Mendonça, afirma que “a participação de fundos de pensão dobrará em dez anos chegando a 32% do PIB em 2021”. Segundo ele, boa parte desse aumento dos patrimônios dos fundos deve ser aplicada na bolsa, uma vez que existe uma tendência dos fundos de assumirem maiores riscos de mercado.

2.4 A Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF)

2.4.1 Histórico

Em 1969, o governo promoveu a unificação das antigas Caixas Econômicas Federais existentes em 22 estados brasileiros e, através do Decreto-Lei nº 759, instituiu a Caixa Econômica Federal como empresa pública e centralizou sua gestão administrativa. As relações de trabalho de seus servidores passaram a ser regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os benefícios dos “Economiários” passaram a ser regidos pelas regras do Regime Geral de Previdência Social. Por força da Lei nº 6.430, de 7 de julho de 1977, o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (SASSE) foi extinto e todos os seus aposentados e pensionistas foram transferidos para o INPS. Essa mesma lei determinou que as Caixas Econômicas Federais e Estaduais, vinculadas ao SASSE, teriam até 60 dias após a extinção do órgão para criarem uma fundação de previdência complementar.

A Funcef foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Atualmente, a fundação é o terceiro maior fundo de pensão do país, com patrimônio de R\$ 45 bilhões e aproximadamente 116 mil participantes e assistidos. A Funcef é regida pela legislação específica do setor, por seu estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em diversas áreas de acordo com a política de investimentos aprovada pelos seus órgãos deliberativos. Sua missão é: Administrar, com excelência, planos de benefícios para promover segurança e qualidade de vida aos participantes e contribuir para o desenvolvimento do país.

2.4.2 Órgãos estatutários

Conselho Deliberativo: composto por seis membros, sendo três indicados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes e assistidos;

Conselho Fiscal: composto por quatro membros, sendo dois indicados pela patrocinadora e dois eleitos pelos participantes e assistidos;

Diretoria Executiva: composta por seis membros, sendo três indicados pela patrocinadora e três eleitos pelos participantes e assistidos. No caso da DE cabe um destaque, pois a paridade na gestão é resultado de um amplo processo de negociação entre a Caixa, a Funcef e os representantes dos participantes, realizado no ano de 2003 e que culminou com um novo estatuto, aprovado em agosto de 2007.

Comitês de Assessoramento Técnico: instituídos para atender demandas do Conselho Deliberativo têm em sua composição 50% dos membros indicados pelos conselheiros eleitos e 50% indicados pela Caixa e Funcef. Também foi um avanço conquistado com o novo estatuto.

2.4.3 Planos de Benefícios

O primeiro plano de benefícios instituído pela Funcef foi o REG em 1977. Suas principais características eram: plano de benefício definido (BD), a contribuição da Caixa correspondia a 3,8 vezes a contribuição do participante e a não exigência para idade mínima de aposentadoria. O aporte inicial da Caixa foi de Cr\$ 134,4 milhões (equivalente a R\$ 42 milhões em DEZ/2005), valor esse inferior à reserva necessária para a recepção dos participantes com benefícios já concedidos ou com direito adquirido na constituição da entidade, que estava calculado em Cr\$ 921 milhões (equivalente a R\$ 345 milhões em DEZ/2005). Daí originou-se a famosa Dívida da Caixa, que só foi solucionada em abril de 2003, após a concretização do acordo entre a Caixa e a Funcef.

A Funcef promoveu a primeira alteração de regulamento e a criação do Replan já em 1979, retroagindo seus efeitos a janeiro de 1978. Dentre as principais características, destacam-se ser um plano de Benefício Definido (BD), a imposição de idade mínima de 55 anos para a aposentadoria integral e a imposição de teto de benefício que consistia em {Funcef + INSS \leq teto de RGPS}. Em 1985, uma nova alteração reduz a contribuição da Caixa, estabelecendo a regra da paridade nas contribuições.

Em 1998, a partir de uma lógica privatista que tomava conta do Brasil, é instituído um novo plano de benefícios, o REB. Com característica de plano de Contribuição Variável (CV), inicialmente foi oferecido apenas aos novos empregados. Em 2002 a Caixa forçou um processo de migração de planos onde o objetivo inicial era levar todos os participantes e assistidos do REG/REPLAN para o REB. Não logrou êxito com os participantes ativos, porém, através de chantagem financeira, obrigou os assistidos a migrarem. O plano REB será melhor detalhado no capítulo seguinte, tendo em vista ser o objetivo do trabalho.

O acordo da dívida, além de por fim a uma batalha que durava décadas, também garantiu o compromisso de que a Funcef promoveria as alterações nos planos de benefícios, tanto as previstas na LC 109/01 (os institutos da portabilidade, do benefício proporcional diferido e do resgate mínimo de 100% das contribuições pessoais) quanto a retirada do limite mínimo de idade e da exigência da aposentadoria pelo órgão oficial de previdência para a concessão do benefício de renda vitalícia, que penalizava os associados pós-78. A partir de proposta dos conselheiros eleitos para o Conselho Deliberativo, a Caixa, em 10 de abril de 2003, expressou o propósito de instituir um novo plano de benefícios no âmbito da Funcef, após ampla discussão que envolvesse todas as partes interessadas (participantes, Funcef e Caixa). Para tanto foi criado um grupo de trabalho tripartite que em 21 de novembro de 2003 entregou a proposta de saldamento do REG/Replan e criação do Novo Plano às direções da Caixa e da Funcef. A proposta foi amplamente debatida pelos participantes e assistidos em todo país e em 10 de outubro de 2005 o saldamento e o Novo Plano foram aprovados em plebiscito por 81,5% dos votantes. Em 14 de junho de 2006, após um longo processo de negociação e peregrinação nos órgãos governamentais controladores da Caixa e da Funcef, foi instituído o Novo Plano, pertencente à modalidade de contribuição variável, com contribuição

definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco (invalidez e morte). O Novo Plano passou a ser oferecido a todos os empregados admitidos na Caixa a partir dessa data e foi oferecido também aos participantes do REG/Replan num processo denominado saldamento. No saldamento determinava-se o benefício devido aos participantes com base no direito acumulado, de acordo com as regras do REG/Replan. A data base utilizada foi a de 31 de agosto de 2006. Os participantes ativos optantes teriam seu benefício saldado reajustado anualmente pelo INPC e as contribuições a partir de setembro de 2006 vertidas para o Novo Plano. Os aposentados e pensionistas que migraram para o REB também puderam aderir ao saldamento. Atualmente, apenas os participantes ativos do REB não podem aderir ao Novo Plano. Existe uma proposta de incorporação do REB ao Novo Plano que está aguardando autorização dos órgãos governamentais.

Hoje, a Funcef administra três planos de benefícios: o REG/Replan dividido nas modalidades saldada e não saldada, o REB e o Novo Plano. A maioria de seus participantes e assistidos encontra-se na modalidade saldada e no Novo Plano. Com base nas informações corporativas da Funcef de setembro de 2011 temos:

Tabela 12 – Planos de benefícios

PLANO	PATRIMÔNIO	PARTICIPANTES
REG/Replan não saldado	R\$ 4.016.665.109	6.133
REG/Replan saldado	R\$ 37.042.684.545	58.632
REB	R\$ 904.275.021	9.979
Novo Plano	R\$ 3.012.994.126	39.966

Fonte: FUNCEF, 2011

3 PLANO DE BENEFÍCIOS REB

O período de 1995 a 2002 foi bastante conturbado dentro das empresas públicas, dentre elas a Caixa Econômica Federal. Com a eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência do Brasil, houve uma retomada do projeto político-econômico neoliberal sistematizado doutrinariamente em 1.989, de forma inequívoca, pelo chamado “Consenso de Washington”, conforme relata o Prof. Doutor Luís Filgueiras, diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia em seu artigo intitulado: “Neoliberalismo e Crise na América Latina – o caso do Brasil” com um aprofundamento na política de privatizações com destaque para os setores: elétrico, telefonia, ferrovia, bancos estaduais (BANERJ, Banestado, Banespa) e mineração (Vale do Rio Doce).

Somado a isso, houve a chegada de grandes bancos estrangeiros como Santander, HSBC, ABN-AMRO que adquiriram bancos públicos em leilões e estavam em busca de novas aquisições. O Governo Federal, a fim de satisfazer a essa demanda, intensificou o processo de sucateamento e desmonte dos bancos públicos amplamente denunciado pelas entidades sindicais e associativas através de seus meios de comunicação como: Folha Bancária – do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Apcef em Movimento – da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo, Revista Feneae Agora – da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa. Na Caixa, um modelo de gestão focado na iniciativa privada foi a marca desse período. Com o foco na redução de custos, a empresa fechou agências, desrespeitou e retirou direitos dos trabalhadores, instituiu planos de demissão “voluntária”, criou um novo plano de cargos e salários rebaixado e criou um plano de previdência igualmente precário. A política salarial impôs arrocho, aos seus empregados com reajuste zero de 1996 a 2001 e apenas abonos na data base. Os aposentados foram as maiores vítimas dessa política. Além de não terem reajuste nos benefícios, quando a parcela do INSS reajustava, automaticamente o complemento pago pela Funcef diminuía. Tal situação ficou conhecida entre os participantes como “efeito gangorra” e gerou um passivo judicial para a Fundação. Se não bastasse isso, a Caixa, alegando determinação do Tribunal de Contas da União – TCU suspendeu o pagamento do auxílio-alimentação.

O documento com essa determinação “alegada” pela Caixa nunca foi apresentado aos representantes dos trabalhadores.

Em meio a todo esse cenário, onde os empregados eram denominados pela diretoria de “massa velha”, e com o objetivo de reduzir direitos e compromissos para as patrocinadoras, em 1998 a Caixa alterou o Plano de Cargos e Salários para admissão dos novos empregados e instituiu um novo plano de benefícios na Funcef: o REB.

O REB foi um plano implementado de forma unilateral pela Caixa que se enquadrava na modalidade de Contribuição Variável. Essa característica se diferenciava completamente do plano existente até então na Funcef, o REG/Replan. O benefício perde a vinculação com o salário em atividade na base cálculo e no reajuste. A primeira versão (REB I) previa em seu regulamento que os assistidos respondiam integralmente por eventuais déficits. Isso só foi modificado com a edição, em maio de 2011, das leis complementares nº 108 e 109.

Nos anos de 2001 e 2002 a Caixa e a Funcef criaram um processo de migração para o REB para o pessoal do REG/Replan com o objetivo de isentar a Caixa de responsabilidades futuras com o fundo de pensão. São planos com características diferentes sendo o REG/REPLAN de benefício definido e o REB de contribuição definida. O primeiro tem vinculação com o Plano de Cargos e Salários da Patrocinadora e ao reajuste concedido ao pessoal da ativa. Já o segundo é saldo de conta com reajuste pelo INPC. Além disso, o regulamento do REB previa que a partir do momento que o participante passasse à condição de assistido, assumia integralmente a responsabilidade por déficits. A migração foi bastante combatida pelas entidades associativas e sindicais em todo o país. Problemas como: desconhecimento das premissas atuárias aplicadas no cálculo das reservas matemática e de poupança para migração, obrigatoriedade de assinatura de um termo de transação judicial, abrindo mão de ações contra a Caixa e a Funcef, incentivo financeiro para os aposentados, denominada chantagem pelas entidades sindicais e associativas, ameaças aos gestores, falta de segurança na gestão dos investimentos da Fundação e retrocesso nas discussões sobre gestão compartilhada foram objetos de intensos debates e ações judiciais. Os participantes ativos resistiram e não migraram. Porém, os aposentados que vinham de um arrocho salarial de sete anos e, conseqüentemente, uma brutal perda de poder aquisitivo e intenso endividamento, não conseguiram resistir e a maioria migrou em 2002.

Nesse período, o número de adesões à Funcef diminuiu. Não havia incentivo para que os novos empregados admitidos na Caixa aderissem ao plano de benefícios REB. Nos cursos de integração, quando eram realizados, não havia espaço para falar da Funcef e da importância de uma previdência complementar. Quando o novo empregado chegava à unidade e se deparava com a correria do dia a dia ficava mais difícil conhecer a Funcef. Além do mais, todo o debate sobre o processo de migração colocava em dúvida a credibilidade da Fundação, afastando novos participantes. Durante algum tempo era possível encontrar os gestores das unidades da Caixa oferecendo o Federal Prev (plano de previdência complementar da Caixa Seguros) para o novo empregado em detrimento da Funcef. Para se ter uma ideia, em 2001, dos 5.014 empregados admitidos pela Caixa, apenas 25% aderiram à Fundação.

Em 2003, após o pagamento da dívida da Caixa para com a Funcef, que se originou na criação da Fundação, em 1.977 e se referia ao tempo de serviço passado de empregados admitidos na Caixa antes da criação da Funcef, mais déficit decorrente de alterações no Plano de Cargos e Salários da Caixa e déficit apurado em benefícios concedidos em 1.988. Era de R\$ 3.650.782.026,00 em março de 2.003 e foi paga por R\$ 2.732.997.856,00 em abril de 2003 no que ficou conhecido como “acordo da dívida” e com isso foi constituído um grupo de trabalho tripartite (participantes, Caixa e Funcef) que teve por missão construir uma alternativa aos planos de benefícios existentes na Funcef. Embora o trabalho do grupo tenha apresentado rapidamente um resultado, o processo de aprovação das novas regras (saldamento do Reg/Replan e Novo Plano) demorou a acontecer nos órgãos governamentais. Essa indefinição provocou uma instabilidade muito grande e mais uma vez os novos admitidos não se associaram. Em 2006, ano de aprovação das novas regras, a Funcef acumulava históricos e tristes 16.227 empregados da Caixa não associados a algum de seus planos de benefícios.

Tabela 13 – Histórico quantitativo dos associados e não associados (31/12)

DEZEMBRO	ATIVOS	ASSISTIDOS	Aposent.	Pension.	TOTAL	Não Participantes	Perc. Adesão
1977	18.488	662	609	53	19.150	2	99,99%
1978	19.467	979	880	99	20.446	2	99,99%
1979	22.972	1.411	1.266	145	24.383	3	99,99%
1980	22.594	2.162	1.871	291	24.756	3	99,99%
1981	27.076	2.827	2.435	392	29.903	3	99,99%
1982	33.754	3.415	2.945	470	37.169	5	99,99%
1983	33.781	3.735	3.264	471	37.516	5	99,99%
1984	40.020	4.450	3.847	603	44.470	5	99,99%
1985	39.897	4.719	4.027	692	44.616	5	99,99%
1986	37.770	5.319	4.529	790	43.089	5	99,99%
1987	37.371	5.660	4.776	884	43.031	5	99,99%
1988	37.046	5.938	4.932	1.006	42.984	5	99,99%
1989	53.316	6.237	5.083	1.154	59.553	9	99,98%
1990	61.827	6.965	5.664	1.301	68.792	50	99,92%
1991	61.146	7.423	5.973	1.450	68.569	95	99,84%
1992	59.692	8.871	7.225	1.646	68.563	189	99,68%
1993	59.002	9.452	7.600	1.852	68.454	201	99,66%
1994	58.364	9.907	7.853	2.054	68.271	259	99,56%
1995	56.987	10.863	8.614	2.249	67.850	336	99,41%
1996	53.877	12.338	9.915	2.423	66.215	442	99,19%
1997	50.906	14.024	11.384	2.640	64.930	582	98,87%
1998	54.958	15.014	12.187	2.827	69.972	690	98,76%
1999	54.856	15.850	12.849	3.001	70.706	969	98,26%
2000	54.194	16.265	13.170	3.095	70.459	1.248	97,75%
2001	51.546	18.410	15.260	3.150	69.956	5.135	90,94%
2002	48.609	19.218	16.012	3.206	67.827	7.528	86,59%
2003	48.991	21.737	17.872	3.865	70.728	9.940	83,13%
2004	48.214	22.189	18.248	3.941	70.403	12.781	79,05%
2005	49.592	22.962	18.792	4.170	72.554	15.841	75,79%
2006	56.976	25.100	20.112	4.988	82.076	16.227	77,83%
2007	63.285	27.286	21.357	5.929	90.571	13.266	82,67%
2008	70.492	29.031	22.868	6.163	99.523	10.200	87,36%
2009	75.860	30.016	23.610	6.406	105.876	7.844	90,63%
2010	79.537	31.939	25.401	6.538	111.476	5.812	93,19%
2011 até ago	82.296	33.090	26.416	6.674	115.386	4.757	94,54%

Fonte: FUNCEF, 2011

Aos empregados da Caixa admitidos a partir de junho de 2006, começou a ser oferecido o Novo Plano e o REB passou a ser um plano em extinção, da mesma forma que o REG/Replan.

Aliado a isso, a Funcef e a Caixa adotaram uma postura mais proativa na conquista dos não associados. Uma participação mais qualificada nos cursos de integração dos novos empregados foi implementada e uma campanha permanente de novos associados foi estabelecida. Ainda assim, com todo esse esforço em setembro de 2011, 4.810 empregados da Caixa não eram participantes da Funcef.

Em um estudo sobre o perfil desses empregados destaca-se:

- 47% têm até 5 anos de Caixa;
- 49% têm de 6 a 10 anos de Caixa;
- 49% estão lotados na região Sudeste;
- 58% são homens;
- 53% têm entre 26 e 35 anos de idade;
- 62% são solteiros e

- 71% não têm dependentes.

Em pesquisa com esse público, a Funcef identificou algumas justificativas para a não adesão como:

- Despreocupação com o futuro.
- Arrependimento por não ter aderido no começo da carreira.
- Falta de confiança no plano e na Fundação.

Essa última justificativa vai ao encontro de toda a instabilidade criada durante o processo de migração para o REB, que gerou debates intermináveis entre os participantes e suas entidades de representação. Diversos seminários com especialistas em previdência complementar e reuniões nos locais de trabalho foram realizados ao longo de 2001 e 2002 com o objetivo de levar informações aos participantes e assistidos. Como os canais de negociação com a Caixa estavam fechados, as entidades recorreram à justiça e em 7 de março de 2002 algumas entidades representativas conseguiram suspender judicialmente o processo de migração para o REB. Segundo o presidente da Apcef/SP na época, Valmir Gongora (Apcef em Movimento, 2001) “os modelos de planos de previdência complementar na Caixa precisam ser revistos, mas é necessário que as modificações sejam discutidas com os trabalhadores”.

Aliado a isso, tivemos um período de indefinição quando da aprovação do Novo Plano, que ficou três anos para ser aprovado nos órgãos governamentais, gerando mais insegurança nos participantes. Além disso, a postura da patrocinadora Caixa, de misturar sua política de recursos humanos à questão previdenciária, afeta a imagem da Fundação e conseqüentemente de seus planos de benefícios.

Algumas manchetes extraídas dos boletins informativos das entidades sindicais e associativas da época retratam o clima que estava instalado no conjunto dos participantes da Funcef: “Migração para o REB agride direitos dos associados” divulgava o Informativo DIREP-Funcef, 1999. “Migrar para o REB é uma canoa furada” e “Valor da aposentadoria vai sofrer queda” eram as manchetes do boletim informativo Fenaé Notícias, 2001. “Toda força no combate à migração para o REB” e “O "canto de sereia" da migração” foram matérias do boletim informativo Fenaé Notícias, 2001. “Porque não aderir ao REB”, do informativo bancário do Sindicato dos bancários de São Paulo, 2002. “Fique atento: Migração para o REB é uma armadilha” do boletim semanal da Apcef/SP Apcef em movimento, 2002; “REB II:

festival de incertezas” do boletim semanal da Apcef/SP Apcef em movimento, 2001; “Funcef/REB: mais um atentado” da revista bimestral da Apcef/SP (Espaço, 2001).

Observando a Figura 5 abaixo sobre a evolução patrimonial e de rentabilidade da Funcef de 1998 até agora, pode-se constatar o quanto o período neoliberal foi prejudicial à Fundação como um todo. Baixa adesão de empregados da Caixa, baixa rentabilidade, patrimônio estagnado e desconfiança dos participantes com a lisura na definição dos investimentos fizeram com que a entidade vivesse momentos de bastante instabilidade no final dos anos 90.

Tabela 14 – Ativo total e Rentabilidade X Meta atuária

Período	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Nov/2011
Ativo Total	6,7	8,1	8,6	8,7	9,7	15,3	18,4	21,7	25,9	32,1	32,6	38,9	43,9	45,9
Rentabilidade	-4,33%	31,40%	5,31%	23,36%	19,56%	21,67%	22,68%	18,88%	23,34%	28,07%	1,74%	20,13%	16,84%	5,34%
Meta Atuarial	8,69%	16,41%	11,66%	16,06%	21,60%	17,06%	12,61%	11,35%	8,98%	10,94%	12,34%	9,84%	12,32%	10,85%
Rent. Acum.	-4,33%	25,71%	32,39%	63,31%	95,25%	137,57%	191,45%	246,47%	327,34%	447,29%	456,81%	568,90%	681,54%	723,28%
M. Atuarial Acur	8,69%	26,53%	41,28%	63,97%	99,39%	133,40%	162,83%	192,66%	218,95%	253,84%	297,50%	336,62%	390,41%	443,62%

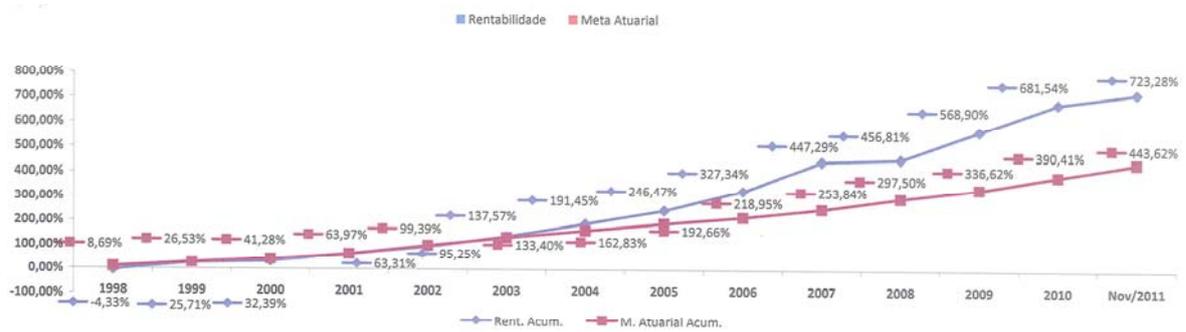
Fonte: FUNCEF, 2011

Figura 5 – Ativo total e Rentabilidade X Meta atuária



Fonte: FUNCEF, 2011

Figura 6 – Rentabilidade X Meta atuária



Fonte: FUNCEF. 2011

Apesar dos planos manterem a mesma característica de contribuição variável, o Novo Plano apresenta vantagens e benefícios bem superiores ao REB, conforme pode ser observado no quadro comparativo abaixo:

Tabela 15 – Principais melhorias do novo plano em relação ao REB

	REB	NOVO PLANO
CONTRIBUIÇÃO PATROCINADORA	Até 7% da folha de salários de participação	Até 12% da folha de salários de participação
CONTRIBUIÇÃO PARTICIPANTE	No mínimo de 2%	No mínimo de 5%
SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	Não inclui o Complemento Temporário Variável de Ajuste ao Mercado (CTVA)	Inclui o Complemento Temporário Variável de Ajuste ao Mercado (CTVA)
DEPENDENTE	Necessário o reconhecimento pelo INSS.	Não é necessário o reconhecimento pelo INSS. É escolhido pelo participante dentre possibilidades previstas no Regulamento.
DEPENDENTE -- FILHO	É reconhecido como dependente até completar os 21 anos de idade. Caso esteja recebendo o benefício de pensão por morte poderá estender o recebimento até os 24 anos de idade	É reconhecido como dependente até completar os 24 anos de idade
BENEFÍCIO POR INVALIDEZ E PENSÃO POR MORTE	O valor mínimo é igual 10% do Salário Real de Benefício, independentemente do valor do benefício pago pelo INSS	O valor mínimo é igual 20% do Salário Real de Benefício, independentemente do valor do benefício pago pelo INSS
RESGATE	Até 20% do saldo da Subconta Patrocinadora	100% do saldo da Subconta Patrocinadora
FUNDO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO (FRB)	Não é previsto no regulamento	Existe a previsão regulamentar
TAXA ADMINISTRATIVA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS	É efetuado apenas por parte do assistido	É efetuado paritariamente por parte do assistido e do patrocinador
PECÚLIO POR MORTE	2 vezes o Salário Real de Benefício do participante ou 2 vezes o benefício FUNCEF no caso de assistido	2,5 vezes o Salário Real de Benefício do participante ou 2,5 vezes a soma do benefício FUNCEF e INSS no caso de assistido
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA PROGRAMADA	Recebimento do benefício somente a partir dos 50 anos de idade desde que cumprida a carência de 10 anos	Recebimento do benefício sem idade mínima desde que cumprida a carência de 15 anos
APORTE CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA	Há o desconto de contribuição administrativa	Não há desconto de contribuição administrativa

Fonte: FUNCEF, 2011

Essas vantagens inclusive já se refletem quando se compara os benefícios médios pagos pelos planos da Funcef. O REB, mesmo tendo 8 anos a mais que o Novo Plano, apresenta um benefício médio inferior em quase 25%.

Tabela 16 – Aposentados – Média geral de benefícios em R\$

	NÃO SALDADO	SALDADO	SALDADO + NOVO PLANO	NOVO PLANO PURO	PMPP	REB	REB MIGRADO
FUNCEF	3.171,67	4.051,81	5.445,52	1.253,17	508,06	1.004,76	2.643,43
INSS	2.459,11	2.315,51	2.468,31	2.084,15	4.122,62	2.281,16	2.362,82
TOTAL	5.630,78	6.367,32	7.913,83	3.337,32	4.630,68	3.285,92	5.006,25

Fonte: FUNCEF, 2012

4 ANÁLISE COMPARATIVA

Com o objetivo de conhecer o perfil dos não participantes da Funcef foi realizado um estudo comparativo dos grupos de participantes e não participantes com base no mês de setembro de 2011, sendo que o grupo de participantes contém 80.840 pessoas e o grupo de não participantes contém 4.637 pessoas. Esse estudo analisou as variáveis: tempo de Caixa, sexo, idade, estado civil e ano de admissão na Caixa.

4.1 Descrição dos dados estatísticos

Descrição dos analisados dos grupos de participantes e não participantes. Sendo que o de participantes compreendeu apenas os dados dos ativos.

a) Tempo de Caixa:

Admitidos a partir do ano de 1977 até setembro de 2011.

b) Sexo:

sexo 1 masculino

sexo 2 feminino

c) Idade:

Foi estabelecida de 18 anos até 70 anos.

d) Estado civil:

Viúvo(a)	=	1
Casado(a) ou equiparado(a)	=	2
Divorciado(a)	=	3
Separado(a) judicialmente	=	4
Desquitado(a)	=	5
Solteiro(a)	=	6

e) Ano de admissão:

Período compreendido de 1977 até setembro de 2011.

f) Tempo de Funcef:

Período compreendido de 1977 até setembro de 2011.

4.2 Análise comparativa

4.2.1 Variável “tempo de Caixa”

Observa-se que o participante tem, em média, 13,56 anos de empresa enquanto que o não participante tem 6,57 anos. Pelo teste “t” rejeita-se que o tempo de empresa sejam iguais nos grupos de participantes e não participantes. O não participante tem praticamente a metade do tempo de Caixa do participante, na média.

Tabela 17 – Análise descritiva da variável: Tempo de Caixa

<i>SIM</i>				<i>NÃO</i>			
<i>The UNIVARIATE Procedure</i>				<i>The UNIVARIATE Procedure</i>			
<i>Variable: TEMPO_CAIXA (TEMPO CAIXA)</i>				<i>Variable: TEMPO_CAIXA (TEMPO CAIXA)</i>			
Moments				Moments			
N	80840	Sum Weights	80840	N	4637	Sum Weights	4637
Mean	13.5696096	Sum Observations	1096967.24	Mean	6.57580332	Sum Observations	30492
Std Deviation	10.4566888	Variance	109.342341	Std Deviation	4.13466702	Variance	17.0954713
Skewness	0.3895722	Kurtosis	-1.3693288	Skewness	2.98420814	Kurtosis	15.5673239
Uncorrected SS	23724542.7	Corrected SS	8839125.51	Uncorrected SS	279764	Corrected SS	79254.6051
Coeff Variation	77.0596144	Std Error Mean	0.0367774	Coeff Variation	62.8769873	Std Error Mean	0.06071863
Basic Statistical Measures				Basic Statistical Measures			
Location		Variability		Location		Variability	
Mean	13.56961	Std Deviation	10.45669	Mean	6.575803	Std Deviation	4.13467
Median	9.69167	Variance	109.34234	Median	6.000000	Variance	17.09547
Mode	21.88056	Range	46.13889	Mode	6.000000	Range	41.00000
		Interquartile Range	18.14722			Interquartile Range	3.00000

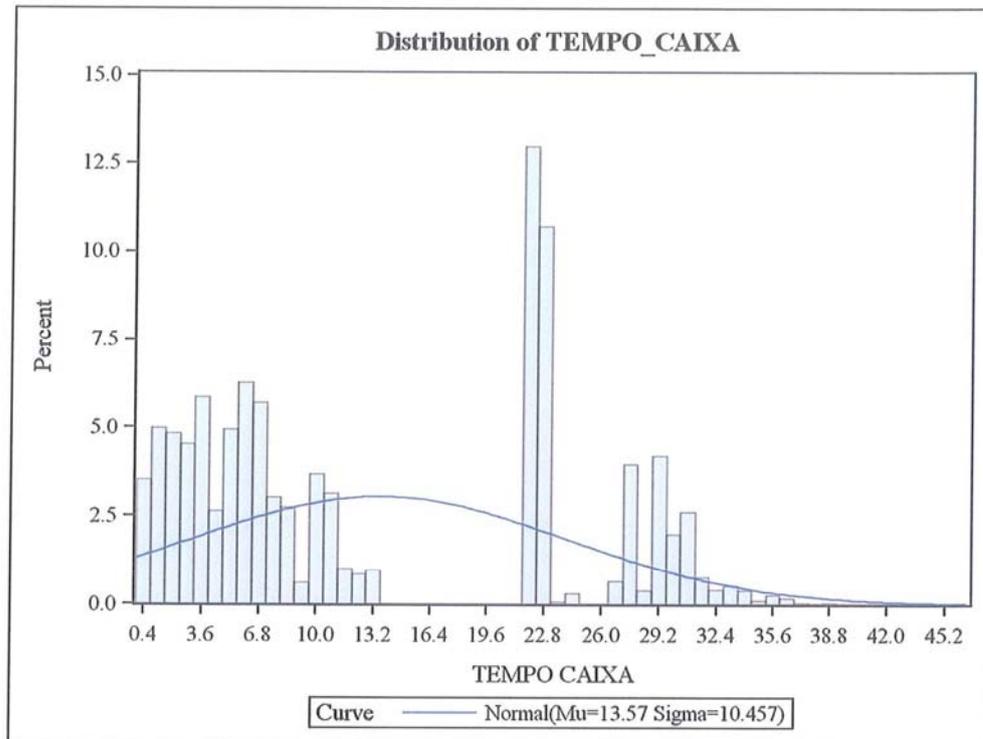
Fonte: A Autora, 2012

Quando se analisa a distribuição gráfica do tempo de Caixa nos participantes, verifica-se um pico de adesão entre 21 e 23 anos de empresa. Isso se explica pelo concurso público de 1988 que admitiu, em 1989, 22.853 novos empregados e, em 1990, 3.965 (vide tabela página 26). Esse volume de contratações coincide com o período de migração e centralização do FGTS para a Caixa. Segundo cadastro da Funcef, praticamente 100% desse público aderiu à Fundação (vide tabela página 39). Esse grupo representa hoje mais de 25% dos participantes da Funcef. Também se observa um vácuo de quase 10 anos de novas adesões que foram os anos que a Caixa deixou de realizar concursos públicos e contratar novos empregados.

Figura 7 – Análise descritiva dos participantes – variável: Tempo de Caixa

SIM

The UNIVARIATE Procedure



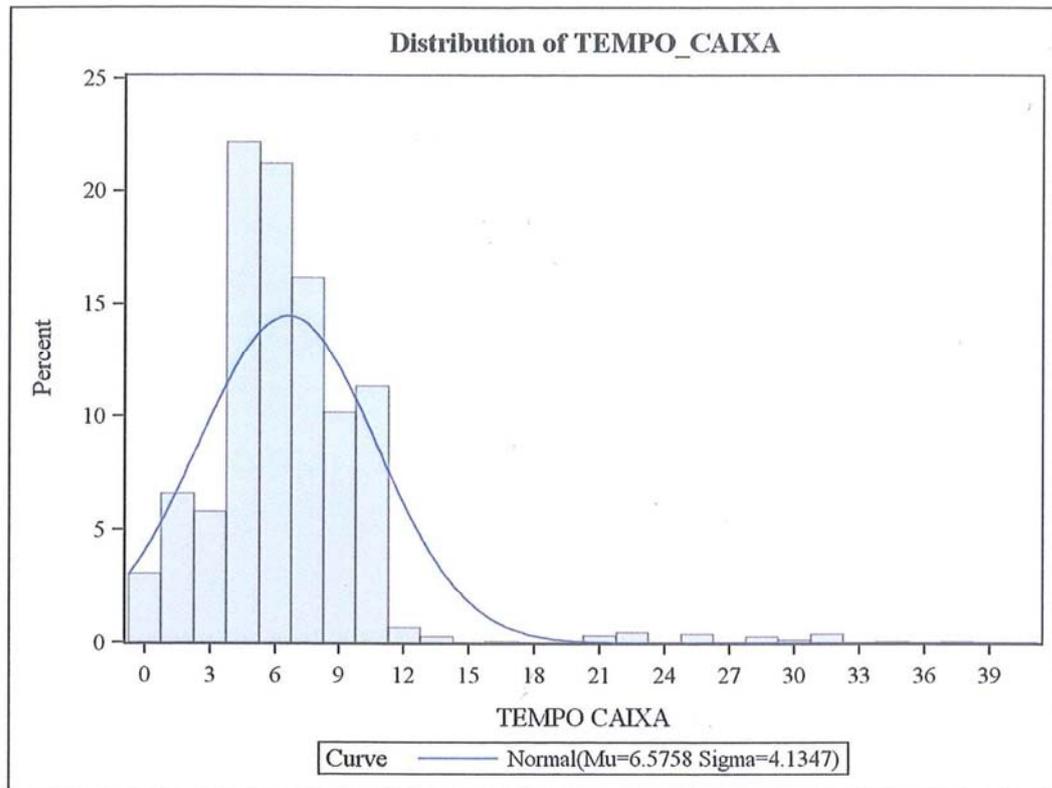
Fonte: A Autora, 2012

Quando se analisa a distribuição gráfica do tempo de Caixa dos não participantes, observa-se um aumento na não adesão a partir do ano 2000, coincidindo com o período no qual a empresa contratava e não oferecia curso de integração aos novos empregados e com o período de intenso debate sobre o processo de Migração para o REB, imposto pela Caixa e combatido pelas entidades, além de diversos escândalos envolvendo os investimentos dos fundos de pensão. Os anos de 2004 e 2005 foram os que apresentaram um maior percentual de não adesão, coincidindo com o período de indefinição para aprovação de um novo plano de benefícios. O Novo Plano, construído a partir de um processo de negociação envolvendo a Caixa, a Funcef e os participantes, finalizado em novembro de 2003, só foi aprovado nas instâncias governamentais em junho de 2006. A partir daí, verifica-se uma diminuição no número de não participantes.

Figura 8 – Análise descritiva dos não participantes - Variável: Tempo de Caixa

NÃO

The UNIVARIATE Procedure



Fonte: A Autora, 2012

4.2.2 Variável “sexo”

Pela análise pode se observar que os dois grupos (participantes e não participantes) têm mais homens e que as mulheres são minoria. Mas a proporção de mulheres que aderem à Funcef é significativamente maior e a de homem, menor. A média do grupo de participantes é de 1,46 enquanto no grupo de não associados é de 1,41. Quanto mais próximo de 2 indica maior número de mulheres.

Recentes pesquisas demonstram que nos últimos anos aumentou significativamente a participação da mulher no mercado de trabalho e houve um

aumento no número de famílias chefiadas por mulheres, fazendo com que a mulher tenha uma preocupação maior com o futuro, em especial com o futuro de sua família, caso ela falte ou perca a capacidade laboral (Denise Bueno, 2011).

Tabela 18 – Análise descritiva variável: Sexo

<i>SIM</i>				<i>NÃO</i>			
<i>The UNIVARIATE Procedure</i>				<i>The UNIVARIATE Procedure</i>			
<i>Variable: sexo1</i>				<i>Variable: sexo1</i>			
Moments							
N	80840	Sum Weights	80840	N	4637	Sum Weights	4637
Mean	1.46133102	Sum Observations	118134	Mean	1.41276688	Sum Observations	6551
Std Deviation	0.49850555	Variance	0.24850778	Std Deviation	0.49238467	Variance	0.24244267
Skewness	0.15514344	Kurtosis	-1.9759794	Skewness	0.35448206	Kurtosis	-1.8751514
Uncorrected SS	192722	Corrected SS	20089.1208	Uncorrected SS	10379	Corrected SS	1123.9642
Coeff Variation	34.1131162	Std Error Mean	0.0017533	Coeff Variation	34.8525069	Std Error Mean	0.00723079

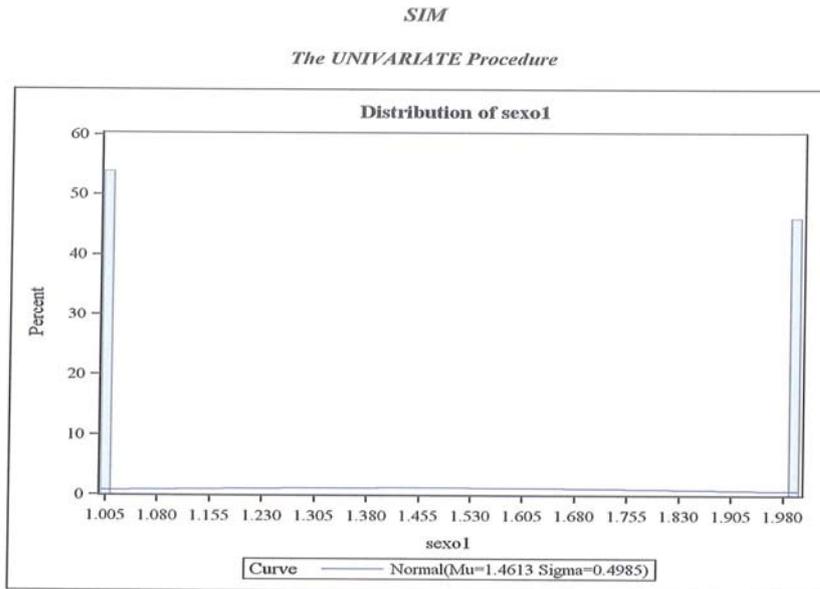
Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	1.461331	Std Deviation	0.49851
Median	1.000000	Variance	0.24851
Mode	1.000000	Range	1.00000
		Interquartile Range	1.00000

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	1.412767	Std Deviation	0.49238
Median	1.000000	Variance	0.24244
Mode	1.000000	Range	1.00000
		Interquartile Range	1.00000

Fonte: A Autora, 2012

Quando se analisa a distribuição por sexo do grupo de associados à Funcef, verificamos percentualmente a proporção de homens e mulheres. Os homens correspondem a 54% e as mulheres a 46% desse grupo.

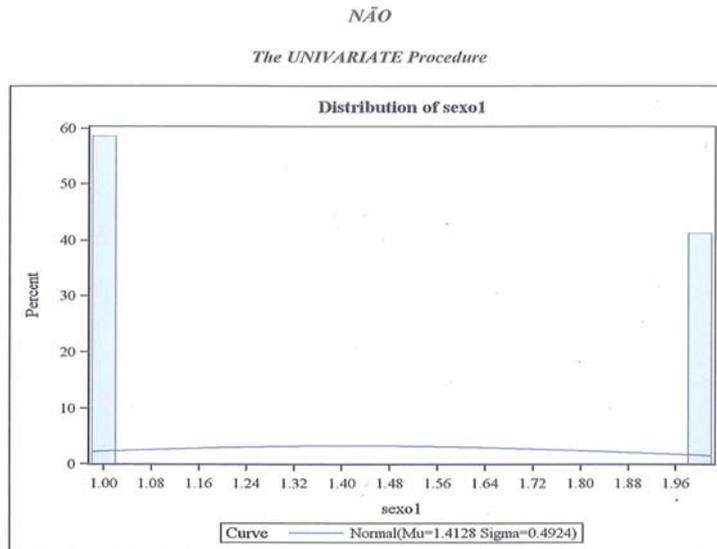
Figura 9 – Análise descritiva dos participantes - variável: Sexo



Fonte: A Autora, 2012

Já quando se analisa a distribuição por sexo do grupo de não participantes, verificamos que o percentual de homens corresponde a 59% e o de mulheres a 41% desse grupo.

Figura 10 – Análise descritiva dos não participantes - variável: Sexo



Fonte: A Autora, 2012

4.2.3 Variável “idade”

Na análise dessa variável pode se constatar que os participantes são mais velhos que os não participantes. Quando se olha a idade, os participantes têm, em média, 41,07 anos enquanto que os não participantes têm, em média, 36,03 anos.

Quando se analisa pela moda, ou seja, pelos valores mais frequentes, essa distância fica maior ainda, tendo os participantes com 47,5 anos e os não participantes com 30 anos.

Essa realidade na Funcef contraria estudos recentes que demonstram que os jovens têm se preocupado cada vez mais cedo com a aposentadoria (Diego Lazzaris Borges, 2011). Isso reforça o entendimento desse trabalho de que os problemas ocorridos na Fundação entre 2000 e 2006 afastaram esse público da previdência complementar.

Tabela 19 – Análise descritiva da variável: Idade

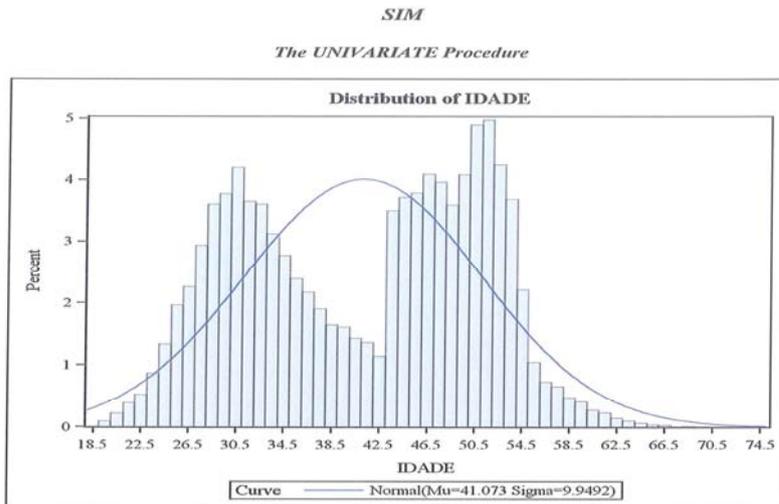
<i>SIM</i>				<i>NÃO</i>			
<i>The UNIVARIATE Procedure</i>				<i>The UNIVARIATE Procedure</i>			
<i>Variable: IDADE (IDADE)</i>				<i>Variable: IDADE (IDADE)</i>			
Moments							
N	80840	Sum Weights	80840	N	4637	Sum Weights	4637
Mean	41.0727887	Sum Observations	3320324.24	Mean	36.0312702	Sum Observations	167077
Std Deviation	9.94915307	Variance	98.9856467	Std Deviation	9.01401538	Variance	81.2524732
Skewness	-0.1043865	Kurtosis	-1.1967454	Skewness	0.9353701	Kurtosis	0.25512528
Uncorrected SS	144376876	Corrected SS	8001900.69	Uncorrected SS	6396683	Corrected SS	376686.466
Coeff Variation	24.2232227	Std Error Mean	0.03499234	Coeff Variation	25.0172012	Std Error Mean	0.1323731
Basic Statistical Measures							
Location		Variability		Location		Variability	
Mean	41.07279	Std Deviation	9.94915	Mean	36.03127	Std Deviation	9.01402
Median	43.30278	Variance	98.98565	Median	34.00000	Variance	81.25247
Mode	47.50278	Range	56.08333	Mode	30.00000	Range	53.00000
		Interquartile Range	18.06389			Interquartile Range	12.00000

Fonte: A Autora, 2012

Quando se analisa a distribuição por idade do grupo de participantes, verifica-se que hoje existe um encontro de gerações na Funcef, com um percentual significativo de pessoas com mais de 50 anos e percentual significativo de pessoas

com menos de 35 anos. Embora não exista limitação de idade para contratação na Caixa, o fato da empresa ter ficado praticamente 10 anos (1990 a 1998) sem contratar pode explicar essa variação.

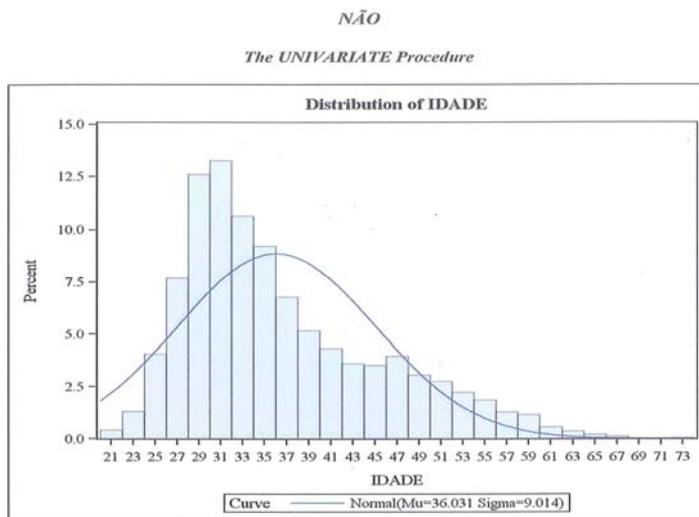
Figura 11 – Análise descritiva dos participantes - variável: Idade



Fonte: A Autora, 2012

Quando se observa a distribuição por idade do grupo de não participantes, verifica-se uma grande concentração de pessoas com idade entre 25 e 35 anos.

Figura 12 – Análise descritiva dos não participantes - variável: Idade



Fonte: A Autora, 2012

4.2.4 Variável “estado civil”

Pela média, pode se observar que o grupo de participantes possui maior possibilidade de ter laços afetivos. Tal avaliação encontra coerência quando se analisa a moda, cujo resultado é 2, que na classificação do estudo, refere-se à variável “casados”.

Já no grupo de não participantes, verifica-se uma maior possibilidade de serem solteiros, na média. Essa avaliação encontra coerência quando se analisa a moda, cujo resultado é 6, que na classificação do estudo, refere-se à variável “solteiros”.

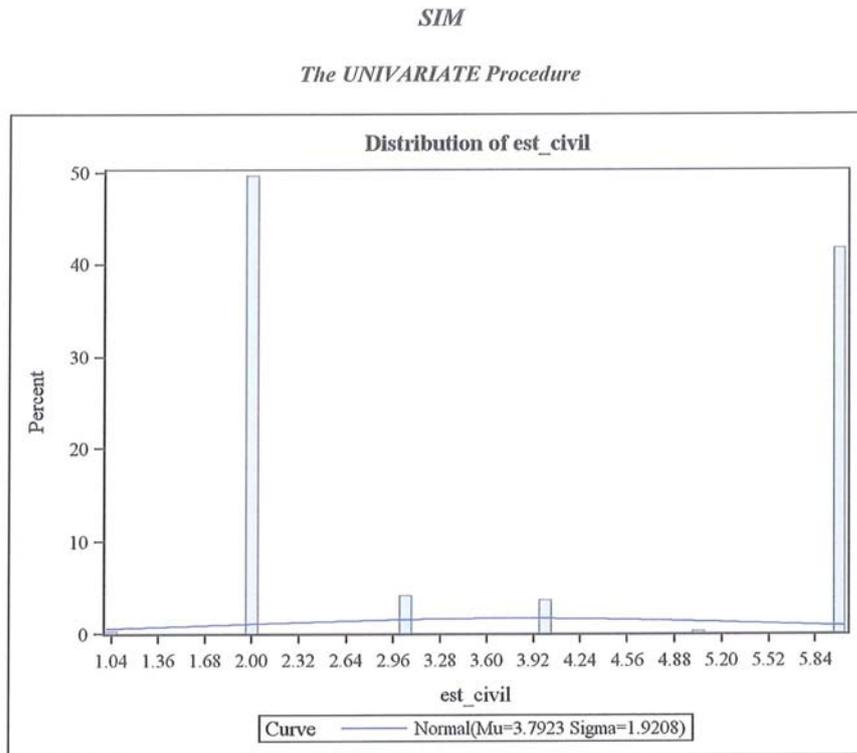
Recente pesquisa patrocinada pelo banco HSBC e conduzida pela consultoria inglesa Cicero revela que “quando indagados, mais homens e mulheres casados associaram a aposentadoria à felicidade, comparativamente àqueles solteiros”. O estudo também mostra que a estrutura familiar tem influência decisiva sobre o comportamento, uma vez que, novamente, mais pessoas do grupo de homens e mulheres com filhos afirmaram possuir um plano financeiro, do que o grupo dos que não têm filhos (Marcelo D’Agosto, 2011).

Tabela 20 - Análise descritiva da variável: Estado civil

<i>SIM</i>				<i>NÃO</i>			
<i>The UNIVARIATE Procedure</i>				<i>The UNIVARIATE Procedure</i>			
<i>Variable: est_civil</i>				<i>Variable: est_civil</i>			
Moments				Moments			
N	80840	Sum Weights	80840	N	4637	Sum Weights	4637
Mean	3.79233053	Sum Observations	306572	Mean	4.55380634	Sum Observations	21116
Std Deviation	1.92077542	Variance	3.68937821	Std Deviation	1.88357331	Variance	3.54784843
Skewness	0.2182139	Kurtosis	-1.8787381	Skewness	-0.5701603	Kurtosis	-1.6283554
Uncorrected SS	1460868	Corrected SS	298245.645	Uncorrected SS	112606	Corrected SS	16447.8253
Coeff Variation	50.6489454	Std Error Mean	0.00675559	Coeff Variation	41.3626135	Std Error Mean	0.02766075
Basic Statistical Measures				Basic Statistical Measures			
Location		Variability		Location		Variability	
Mean	3.792331	Std Deviation	1.92078	Mean	4.553806	Std Deviation	1.88357
Median	2.000000	Variance	3.68938	Median	6.000000	Variance	3.54785
Mode	2.000000	Range	5.00000	Mode	6.000000	Range	5.00000
		Interquartile Range	4.00000			Interquartile Range	4.00000

Quando se analisa a distribuição por estado civil no grupo de participantes, observa-se que existe um maior percentual de casados em relação aos solteiros. Os primeiros aparecem com aproximadamente 48% enquanto que os segundos, com aproximadamente 41% do grupo.

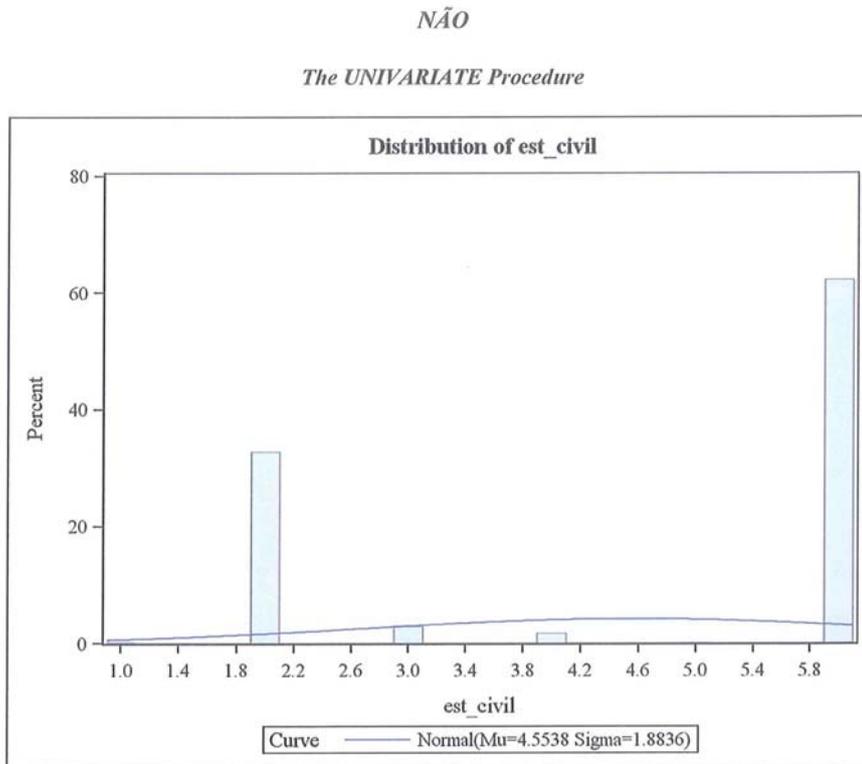
Figura 13 – Análise descritiva dos participantes - variável: Estado Civil



Fonte: A Autora, 2012

Quando se analisa a distribuição por estado civil no grupo de não participantes, essa proporção muda, aparecendo um percentual maior de solteiros (aproximadamente 60%) em relação aos casados (aproximadamente 33%). Comparando ainda com o grupo de participantes, verifica-se que a distância entre os casados ou com relação afetiva é bem menor se comparado com a do grupo de não participantes.

Figura 14 – Análise descritiva dos não participantes - variável: Estado civil



Fonte: A Autora, 2012

4.2.5 Variável “ano de admissão”

Pode-se observar que pela média o grupo de participantes entrou na Caixa em 1998, confirmando a média analisada anteriormente pela variável “tempo de Caixa”, que aponta 13,56 anos. Porém, confirmando outros dados avaliados anteriormente, pela análise da moda, observa-se que o mais frequente é o participante admitido em 1989.

No outro grupo, os não participantes da Funcef ingressaram na Caixa, na média, em 2004, confirmando também a média analisada anteriormente pela variável tempo de Caixa que aponta 6,57 anos. E, confirmando outros dados avaliados anteriormente, pela análise da moda observa-se que o mais frequente é o não participante admitido em 2005.

Tabela 21 - Análise descritiva da variável: Ano de admissão na Caixa

<i>SIM</i>				<i>NÃO</i>			
<i>The UNIVARIATE Procedure</i>				<i>The UNIVARIATE Procedure</i>			
<i>Variable: ano_de_ADMISSAO (ano de ADMISSAO)</i>				<i>Variable: ano_de_ADMISSAO (ano de ADMISSAO)</i>			
Moments				Moments			
N	80840	Sum Weights	80840	N	4637	Sum Weights	4637
Mean	1998.00513	Sum Observations	161518735	Mean	2004.31551	Sum Observations	9294011
Std Deviation	10.4983323	Variance	110.214981	Std Deviation	4.17239105	Variance	17.4088471
Skewness	-0.387407	Kurtosis	-1.3715924	Skewness	-2.9381179	Kurtosis	15.1184972
Uncorrected SS	3.22724E11	Corrected SS	8909668.87	Uncorrected SS	1.86282E10	Corrected SS	80707.4151
Coeff Variation	0.52544071	Std Error Mean	0.03692387	Coeff Variation	0.20817037	Std Error Mean	0.06127262

Basic Statistical Measures				Basic Statistical Measures			
Location		Variability		Location		Variability	
Mean	1998.005	Std Deviation	10.49833	Mean	2004.316	Std Deviation	4.17239
Median	2002.000	Variance	110.21498	Median	2005.000	Variance	17.40885
Mode	1989.000	Range	46.00000	Mode	2005.000	Range	41.00000
		Interquartile Range	18.00000			Interquartile Range	4.00000

Fonte: A Autora, 2012

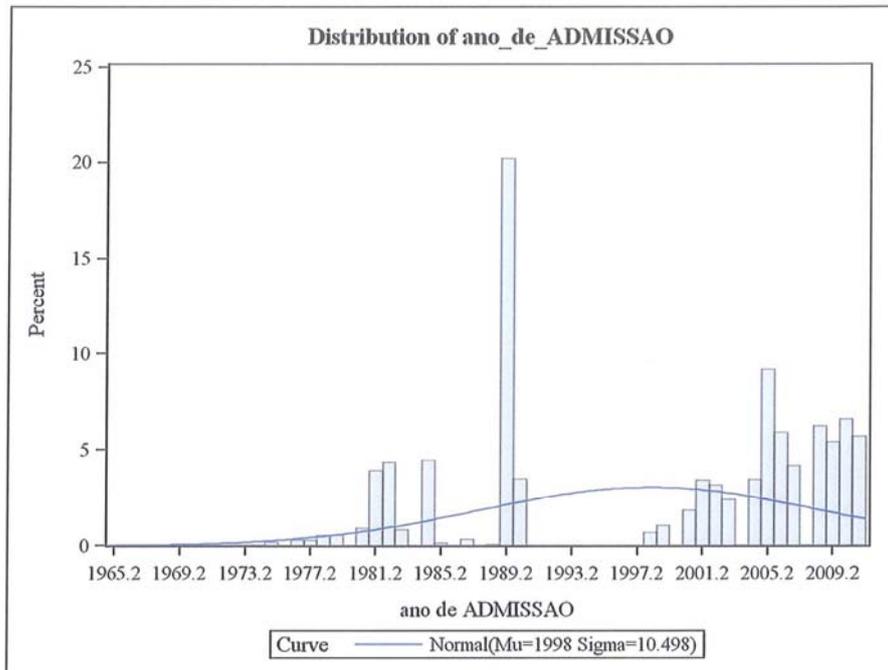
Quando se analisa a distribuição por ano de admissão do grupo de participantes, observa-se um pico em 1989, ano que a Caixa contratou os concursados de 1988 para suprir a demanda de centralização do FGTS, representando 26.818 trabalhadores entre 1989 e 1990. Observa-se também um vácuo de quase dez anos, período que a Caixa não contratou empregados e tentava suprir sua demanda com trabalhadores terceirizados. Nesse período a Caixa chegou a ter quase 50% de trabalhadores terceirizados dentro de suas unidades. Essa situação motivou um Termo de Ajuste de Conduta entre a Caixa e o Ministério Público com o objetivo de substituir a mão de obra terceirizada por concursados.

A partir de 1998 a Caixa retoma, de forma lenta e gradual, a contratação de novos empregados, com plano de cargos e salários e plano de benefícios na Funcef diferenciados dos empregados admitidos anteriormente.

Figura 15 – Análise descritiva dos participantes - variável: Admissão na Caixa

SIM

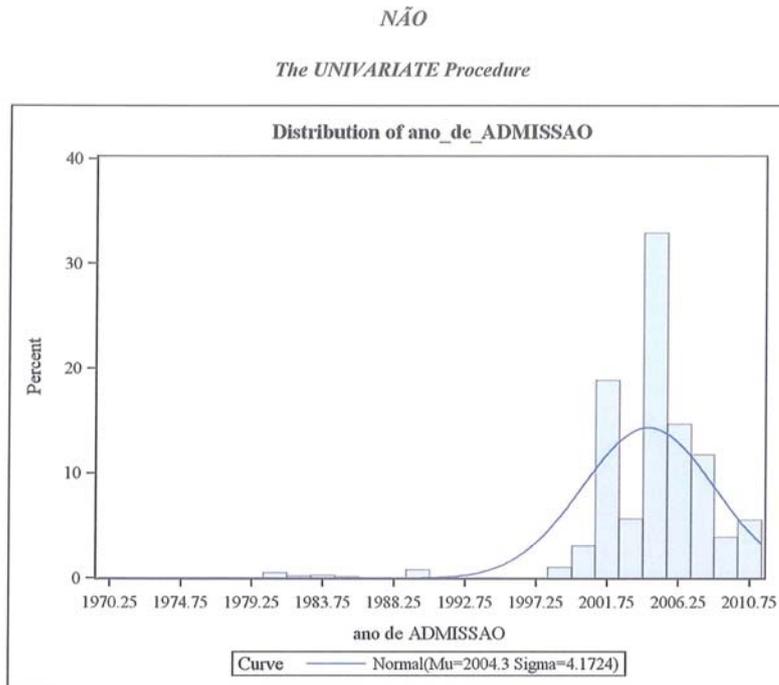
The UNIVARIATE Procedure



Fonte: A Autora, 2012

Quando se analisa a distribuição por ano de admissão no grupo de não participantes, pode se constatar que o problema de não adesão à Funcef tem início justamente a partir de 1998, com os novos contratados, que se veem diante de uma situação discriminatória perante os empregados antigos pois o plano de benefícios oferecido a eles tinha características completamente diferentes dos demais participantes, em especial, a transferência de responsabilidades para o participante. Somado a isso, veio o processo de migração imposto pela Caixa e a demora, a partir de 2003, na aprovação das regras do Novo Plano, tendo um pico de não adesão nos anos de 2004 e 2005, assuntos esses já discutidos nesse trabalho.

Figura 16 – Análise descritiva dos não participantes - variável: Admissão na Caixa



Fonte: A Autora, 2012

4.2.6 Variável “tempo de Funcef”

A partir do estudo realizado com o grupo de participantes verifica-se que a média de tempo na Funcef é de 12,4 anos. A Caixa, de 1998 a setembro de 2011, contratou 63.235 trabalhadores, ou seja, 49,97% dos seus 126.549 empregados. Analisando as contratações a partir de 2003, foram 48.598 trabalhadores, representando 38,4% do total de empregados em setembro de 2011.

Estudo realizado pela Funcef também com base em setembro de 2011 revela que as campanhas realizadas pela Fundação para diminuir o número de não participantes resultaram em 19.040 adesões no período de 12 de maio de 2008 a 30 de dezembro de 2010, sendo que nesse período a Caixa contratou aproximadamente 16 mil novos empregados. Com base nesse estudo, concluímos que as campanhas têm atingido os não participantes que ingressaram na Caixa e

não aderiram imediatamente à Funcef contribuindo para que a média de tempo de Funcef, (12,4 anos) seja mais baixa que a média de tempo de Caixa (13,57 anos).

Tabela 22 – Análise descritiva da variável: Tempo de Funcef

SIM

The UNIVARIATE Procedure
Variable: *TEMPO_FUNCEF (TEMPO FUNCEF)*

Moments			
N	80840	Sum Weights	80840
Mean	12.4069272	Sum Observations	1002975.99
Std Deviation	10.6331794	Variance	113.064505
Skewness	0.47029915	Kurtosis	-1.3830616
Uncorrected SS	21583871.6	Corrected SS	9140021.5
Coeff Variation	85.7035692	Std Error Mean	0.03739814

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	12.40693	Std Deviation	10.63318
Median	6.58333	Variance	113.06450
Mode	13.35556	Range	34.46111
		Interquartile Range	19.20278

Fonte: A Autora, 2012

Tabela 23 – Análise descritiva do não participante. Variável: Tempo de Funcef

Missing Values			
Missing Value	Count	Percent Of	
		All Obs	Missing Obs
.	4.637	100.00	100.00

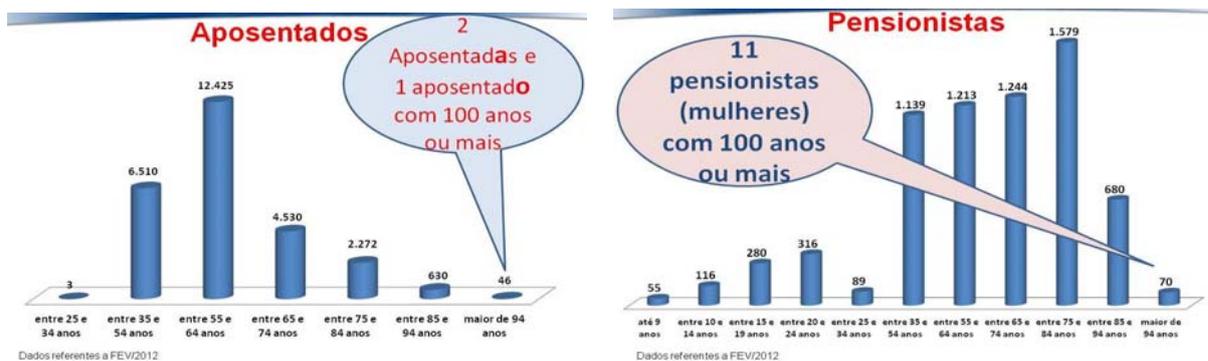
Fonte: A Autora, 2012

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho foi demonstrada a importância dos fundos de pensão para a economia do país. O tamanho do patrimônio dos fundos os tornam importantes investidores institucionais, capazes de interferir no mercado de capitais e de investir em projetos de infraestrutura. Em setembro de 2011 os ativos dos fundos de pensão correspondiam a R\$ 547.835 bilhões e representavam 17,9% do PIB do Brasil.

Além disso, uma análise dos dados disponibilizados pela área de benefícios da Funcef demonstra a importância de um plano de previdência na vida de uma pessoa, em especial, de uma pessoa aposentada. Observando os dados, verifica-se que a Funcef tem quase 3.000 participantes aposentados acima de 75 anos. E 2 aposentadas e 1 aposentado com 100 anos ou mais. No caso das pensionistas (aproximadamente 80% do grupo são mulheres) mais de 2.300 participantes têm mais de 75 anos, sendo 11 pensionistas mulheres com 100 anos ou mais.

Figura 17 - Quantitativo de aposentados e pensionistas da Funcef



Fonte: FUNCEF, 2011

Isso demonstra o tamanho da responsabilidade da gestão de um fundo de pensão, que precisa saber aplicar bem os recursos a fim de garantir o pagamento dos benefícios presentes e futuros, ainda mais no momento em que a expectativa de vida da população tem aumentado e ter 100 ou mais deixou de ser um acontecimento raro.

Em janeiro de 2012, conforme dados da área de benefícios, a Funcef pagou R\$ 184.902.043,00 em benefícios. Desse montante, o INSS representou R\$ 66.086.506,00, ou seja, 35% do valor pago. Pode se dizer que, se esses trabalhadores não tivessem contribuído para a Fundação, a renda na aposentadoria seria 65% menor.

Tabela 24 – Benefícios pagos pela Funcef

Plano	Valor - R\$
SALDADO	107.754.388
NÃO SALDADO	8.632.664
REB	1.301.818
PMPP	471.757
NOVO PLANO	654.907
TOTAL FUNCEF	118.815.536
INSS	66.086.506
TOTAL GERAL	184.902.043

Fonte: FUNCEF, 2012

Foi demonstrado também o quão prejudicial foi a implantação, pela Caixa, do plano de benefícios REB na Funcef e suas consequências para a Fundação e seus participantes, em especial, na queda do percentual de participantes no período de 1998 a 2006.

Em 1998, ano de lançamento do REB, o patrimônio da Funcef somava R\$ 6,7 bilhões e muitos de seus investimentos eram alvo de críticas e suspeitas por parte dos participantes e do Ministério Público. Contava com 69.000 participantes, o que representava 98,76% dos empregados da Caixa.

Em 2006, ano em que o REB passou para a categoria “plano em extinção” e foi instituído o Novo Plano, a Fundação tinha um patrimônio de R\$ 25,9 bilhões e contava com 82.076 participantes, representando 77,83% dos empregados da Caixa. Contabilizava vergonhosos 16.227 empregados da Caixa não associados. Com a análise estatística do grupo de não participantes, particularmente nas variáveis “tempo de Caixa” e “ano de admissão”, fica bastante claro que o aumento

no número de não participantes deu-se a partir de 1998, intensificando-se a opção de não adesão nos anos de 2004 e 2005.

Conclui-se que a baixa atratividade do REB, os escândalos envolvendo os investimentos dos fundos de pensão no final dos anos 90, a polêmica envolvendo o processo de migração para o REB e a demora na aprovação do Novo Plano afastaram os empregados da Caixa admitidos a partir de 1998.

Com a instituição do Novo Plano em junho de 2006, inúmeras campanhas foram realizadas para conscientizar o não associado da importância de contribuir para um plano de benefícios patrocinado. Um trabalho intenso de resgate da credibilidade da Fundação também foi necessário. Em 2007, após um processo de negociação com representantes dos participantes, foi aprovado um novo estatuto para a Funcef, no qual dentre muitos avanços, pode-se destacar a instituição da diretoria paritária, tendo três diretores eleitos diretamente pelos participantes e três indicados pela patrocinadora e algumas travas para utilização do voto de minerva (mecanismo previsto na lei e que dá a prerrogativa do desempate para a patrocinadora), em situações como alteração nos regulamentos dos planos, alteração estatutária, retirada de patrocínio e implantação e extinção dos planos. Além disso, foi instalada a Ouvidoria em agosto de 2011, uma reivindicação antiga dos participantes. Essas mudanças sinalizaram uma maior transparência na gestão, maior governança sobre os investimentos e sobre os planos de benefícios e estreitamento na relação com o participante, favorecendo a melhoria da imagem da Funcef e dos seus gestores. Hoje, a imagem da Funcef é bem positiva, apresentando, em pesquisa realizada pelo *Instituto Acerte* em janeiro de 2012, 72% de aprovação.

Somada a isso, a elaboração do Novo Plano, a partir de um esforço conjunto dos representantes dos participantes, da Caixa e da Funcef, trouxe melhorias significativas para os participantes como o aumento no percentual de contribuição, aumento na base contributiva, melhoria nos benefícios de risco (invalidez e morte) e implantação do Fundo de Revisão de Benefícios que cria a possibilidade de aumentos reais vinculados ao desempenho da Funcef.

Dados da área de Comunicação Social da Funcef – COSOC apresentados recentemente informam que de 12 de maio de 2008 a 30 de dezembro de 2010 foram conquistados 19.040 novos associados. No desfecho da campanha

salarial de 2011, as entidades representativas (Fenae, Contraf, 2011), em conjunto com a Caixa e a Funcef, divulgaram uma carta aos não participantes da Funcef com o objetivo de mostrar a importância de ter um plano de previdência complementar e programar seu padrão de vida, no futuro, com segurança.

Uma nova campanha foi lançada em janeiro de 2012 pela Fundação com o tema “Dobre as chances de ter um futuro tranquilo”. Até julho de 2011, 94,48% dos empregados da Caixa eram associados da Funcef. O objetivo da campanha é atingir 98% desse contingente até o final de 2013, conforme meta estabelecida pelo Planejamento Estratégico da Fundação.

Dados da área de benefícios de fevereiro de 2012 revelam que o esforço tem alcançado resultados positivos e a Funcef atingiu 117.543 participantes, reduzindo o número de não participantes para 4.320.

Tabela 25 – Participantes da Funcef

	REG/REPLAN NÃO SALDADO	REG/REPLAN SALDADO	NOVO PLANO PURO	PMPP	REB	TOTAL
ATIVOS	3.395	29.775	41.943	0	9.233	84.346
APOSENTADOS	2.198	23.724*	19	155	320	26.416
PENSIONISTAS	533	5.068*	125	741	314	6.781
TOTAL	6.126	58.567	42.087	896	9.867	117.543

()Os assistidos que recebem benefício em 2 planos (SALDADO + NOVO PLANO) são contabilizados somente no plano REG/REPLAN, modalidade SALDADA e correspondem a: 1.413 Aposentados e 196 Pensionistas.*

Dados referentes a FEV/2012.

Fonte: FUNCEF, 2012

Aderir a um plano de previdência representa um esforço contínuo no presente para se formar uma poupança no futuro que garanta uma aposentadoria tranquila. Os prejuízos causados pela política do governo Fernando Henrique Cardoso e desempenhadas pela direção da Caixa na época talvez sejam irreversíveis. Os participantes que demoraram a aderir não terão os valores incorporados no seu saldo de conta. Inúmeros investimentos estão sob análise do Ministério Público, tantos outros foram lançados a prejuízo ou reestruturados para estancar as perdas. A falta de respeito e transparência com que os participantes foram tratados no final dos anos 90 geraram uma legião de desconfiados que mesmo quando a notícia é boa se perguntam o que está por vir.

Todo o esforço nos últimos anos tem sido para extinguir o REB e incorporar os seus 12.500 participantes e assistidos ao Novo Plano. Extinguir o REB será mais que uma medida burocrática, será como apagar um período triste do qual a Funcef e seus participantes foram protagonistas e querem esquecer.

Que o resultado desse trabalho sirva como exemplo para os futuros gestores da Caixa e da Funcef. Que seja um exemplo para nunca ser seguido.

REFERÊNCIAS

ABRAPP. **Consolidado estatístico**. Disponível em: <http://www.abrapp.org.br/ppub//portal/adm/editor/UploadArquivos/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_06_2011.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

A FARSA DO REB. **João de Barro**, mar, 2002. Disponível em : <<http://www.apcefrs.org.br/funcef/rejb.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

ALONSO GONÇALVES, José Carlos. **Informações gerenciais**. Brasília, DIBEN/FUNCEF. Informações Gerenciais. Brasília, 2012. 49 p.

BAIMA, Francisco de Rezende. **Análise de desempenho dos investimentos dos fundos de pensão no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 45 p.

BORGES, Diego Lazzaris. Sem conhecer inflação, jovens de hoje se preocupam mais com aposentadoria. **Infomoney**, local, julho de 2011. Disponível em: <www.infomoney.com.br>. Acesso em: 14 fev. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei n. 72, de 21 de novembro de 1966. Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, DF, v. 7, p. 160, 1966.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 20, de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 16.337, 16 dez. 1998.

_____. Lei Complementar n. 108, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 mai. 2001. Seção 1, p. 1.

_____. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 mai. 2001. Seção 1, p. 3.

_____. Lei n. 6.926, de 30 de julho de 1981. Institui o "Dia Nacional do Aposentado", a ser comemorado anualmente a 24 de janeiro. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, DF, v.5, p.81, 1981.

_____. Lei n. 9.912-A, de 26 de março de 1888. Reforma os Correios do Imperio. **Coleção de Leis do Brasil**, v. 1, p. 345, pt. II, 1888.

_____. Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. **Coleção de Leis do Brasil**, v. 1, p. 126, 1923.

_____. Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977. Dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências. **Coleção de Leis do Brasil**, Brasília, DF, v. 5, p. 30, 1977.

_____. Ministério de Previdência Social. Secretaria de Previdência Complementar. **Previdência Complementar: Cartilha do Participante**. Brasília, Nov, 2008. 52 p.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. Previdência Social e distribuição regional da renda. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, n. 1318, jan. 2008.

CUIDADO: REBII traz ainda mais prejuízos. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 510, 4 jun., 2001.

D'Agosto, Marcelo. Família e aposentadoria. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 nov. 2011. Disponível em : < <http://www.valor.com.br/valor-investe/o-consultor-financeiro/1087216/familia-e-apos>>. Acesso em: 14 maio 2012.

DELGADO, Guilherme C. et al. Avaliação de resultados da lei do fator previdenciário (1999-2004). **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, n. 1161, fev. 2006.

ESPECIAL REB. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 538, 5 mar. 2001.

FENAE; Contraf. **Convite a um futuro seguro**. Brasília, 08.12.2011. Disponível em: <<http://cedoc.fenae.org.br/goldendoc/index.asp?op=download&appname=cedoc&basename=cedoc&file=4446%5F1396%5Fdocumento>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

FIQUE atento: migração para o REB é uma armadilha. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 536, 13 fev. 2002.

FUNCEF. **Boletim do Diretor Representante da FUNCEF**. Brasília: FUNCEF, ano 4, n. 13, jun. 1998.

_____. **2º relatório da revisão do planejamento estratégico 2011-2015: Proposição de Metas e Prazos dos Objetivos Estratégicos**. Brasília: Funcef, 2011. 7p.

FUNCEF: O nó. **Espaço**, São Paulo, n. 19, p. 8-9, jun. 2002.

FUNCEF: Política do desrespeito. **Espaço**: Revista da APCEF/SP, São Paulo, p. 8-9, fev. 2001.

FUNCEF: Vale a pena pagar para ver? **Espaço**, São Paulo, n. 23, p. 8, 2002.

FUNCEF: vem chumbo grosso. **Espaço**, São Paulo, n. 31, p. 8, jun. 2002.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS. FUNCEF: **Apresentação dos resultados**. Brasília: Acerte Pesquisa e comunicação, jan. 2012. Pesquisa. 57 slides.

_____. 2011, Brasília. **Ata n. 1042**. Geração de empregos diretos e indiretos em decorrência dos investimentos realizados pela FUNCEF- NDE DIPAR 038/11.

_____. **NDE DIBEN 051/11**. Conhecimento da ata da divulgação da proposta de incorporação do REB ao novo plano. Brasília: FUNCEF, Nov. 2011. 7p

_____. 2011, Brasília. **Voto n. 016/211**. Aprovação da proposta referente as metas e prazos para os objetivos estratégicos definidos na revisão do planejamento estratégico 2011-2015. Reratificação do anexo da NDE022-11. 1 p.
GLASBERG, Rubens; POSSEBON, Samuel. A Previ na sinuca. **Carta Capital**, São Paulo, 23.04.2011, p. 20-26.

INFORMA-SE é a melhor maneira de evitar prejuízos futuros. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n.541, 26 mar. 2002. Especial.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa**. Brasília: IBGE, 2010. 207 p.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Retrospectiva_PME2009_Versao_28012010_1730.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2012.

JUSTIÇA suspende migração para o REB. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 540, 18 mar. 2002.

MARÇAL, Heglshychynton Valério. **Três Ensaio Sobre Gerenciamento de Ativos e Passivos em Fundos de Pensão**. 2011. 157fls. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Demóstenes. **Asset and Liability Management (ALM) para entidades fechadas de previdência complementar no Brasil**: validação de um modelo de otimização com a aplicação a um caso prático. 19 de março de 2011. 150 fls. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Centro de Estudos em Regulação de Mercados; Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

MATHEUS, Fabiana. Funcef/ REB: mais um atentado. **Espaço**, São Paulo, n. 28, p.9, mar. 2001.

MIGRAÇÃO para o REB continua suspensa. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n.563, 2002.

MIGRAÇÃO para o REB II ainda depende de aprovação do governo. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n.512, 25 jun 2002.

MIGRAÇÃO para o REB: maior furada. **Espaço**, São Paulo, n. 20, p. 7-9, jul. 2001.

MIGRAÇÃO para REB agride direitos dos associados. **Diretor Representante**: Informativo do DIREP/FUNCEF, Brasília, ano 4, n.17, p.2-8, maio 1999.

MIGRAÇÃO para o REB começa a fazer água. **Diretor Representante:** Informativo do DIREP/FUNCEF, Brasília, ano 4, n.18, p.1-6, ago. 1999.

MULHERES estão cada vez mais preocupadas com o futuro. **Você S/A**, São Paulo, 28 fev. 2011. Disponível em: < <http://www.vocesa.abril.com.br/blog/seguro-sa/2011/02>>. Acesso em: 14 maio 2012.

NÃO faça a migração: se você migrar, o prejuízo pode ser irreversível. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 538, Especial REB, 5 mar. 2002.

NOVO REB é uma versão pior que a anterior. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 508, 25 maio 2001.

NOVO REB: pacote imposto pela Funcef pode causar prejuízo. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 509, 28 maio 2001.

O FATOR previdenciário e os trabalhadores. **Nota técnica**. Local: Dieese, n. 45, jun. 2007. 7 p.

PARTICIPAÇÃO de fundos de pensão no PIB dobrará, diz Abrapp. **Estado de Minas**, Caderno, Economia, Belo Horizonte, 19.09.2011, Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/09/19/internas_economia,251520/participacao-de-fundos-de-pensao-no-pib-dobrara-diz-abrapp.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2012

PEREIRA, Patrícia Silva Motta. Funcef: Vem chumbo grosso: Justiça extingue mandado de segurança contra a migração, mas a luta continua. **Espaço**: revista da Apcef/SP, São Paulo, n. 31, p. 8, jun. 2002.

PRINCIPAIS fundos de pensão vão investir em aeroportos. **Veja**, São Paulo, 21 set. 2011. Disponível em : < <http://www.veja.abril.com.br/noticia/economia/principais-fundos-d...>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

REB II: Festival de incertezas. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n.511, 11 jun, 2001.

REB. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 512, 18 jun, 2001.

REB. **João de Barro**. Jornal da Apcef/RS, n.261, 2002.

REB: não migre! Os prejuízos podem ser irreversíveis **Apcef em Movimento**, São Paulo, n.553, 8, jul, 2002.

REB: Um pacote de prejuízos para os associados. **Apcef em Movimento**, São Paulo, n. 537, 26 fev. 2001.

RIBEIRO JR., Amaury. **Privataria Tucana**. São Paulo: Geração. 2011. 344 p.

VIECELLI, Gaspar Pedro. **Os prejuízos do REB**. João de Barro, Porto Alegre, n. 254, ago. 2001.

ANEXOS

ANEXO A – Rotina para executar a importação de dados

```

                                prog_fabiana
/*-----*/
/*--
/*--          --*/          Rotina para executar a importação do banco de dados          --*/
/*--          --*/
/*--          --*/
/*-----*/
-----*/

Proc delete data = _all_;run;/*LIBERA MEMORIA*/ DM'OUTPUT;CLEAR;LOG;CLEAR;';
title1;title2;footnote;

/*ESTE CAMINHO ESTÁ OS DADOS */
%let caminho  = C:\Users\fabiana\Desktop\temp2 ;

/*LOCALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA*/;
%let caminho2 = C:\Users\fabiana\Desktop\temp2;

/*NOME DA BIBLIOTECA*/;
%LET dados = fabiana;

libname &dados "&caminho2";

/*IMPORTAÇÃO DOS dados*/
PROC IMPORT OUT= &dados..ativo
            DATAFILE= "&caminho.\DADOS CADASTRAIS ATIVOS E ASSISTIDOS.3.xls"
            DBMS=EXCEL REPLACE;
            SHEET="ATIVOS$";
            GETNAMES=YES;
            MIXED=NO;
            SCANTEXT=YES;
            USEDATE=YES;
            SCANTIME=YES;
RUN;

PROC IMPORT OUT= &dados..ativo2
            DATAFILE= "&caminho.\DADOS CADASTRAIS ATIVOS E ASSISTIDOS.3.xls"
            DBMS=EXCEL REPLACE;
            SHEET="ATIVOS.2$";
            GETNAMES=YES;
            MIXED=NO;
            SCANTEXT=YES;
            USEDATE=YES;
            SCANTIME=YES;
RUN;

PROC IMPORT OUT= &dados..ASSISTIDOS
            DATAFILE= "&caminho.\DADOS CADASTRAIS ATIVOS E ASSISTIDOS.3.xls"
            DBMS=EXCEL REPLACE;
            SHEET="ASSISTIDOS$";
            GETNAMES=YES;
            MIXED=NO;
            SCANTEXT=YES;
            USEDATE=YES;
            SCANTIME=YES;
RUN;

PROC IMPORT OUT= &dados..Ativos_ao_funcef
            DATAFILE= "&caminho.\Planilha - Fabiana.xls"
            DBMS=EXCEL REPLACE;
            SHEET="Emp Ativos Não Assoc FUNCEF$";
            GETNAMES=YES;
            MIXED=NO;

```

```

                                prog_fabiana
SCANTEXT=YES;
USEDATE=YES;
SCANTIME=YES;
RUN;

/*consertando os dados*/

data &dados..Ativos_ao_funcef;
set &dados..Ativos_ao_funcef;
    if DADO_ERRADO NE "" then delete;
    FUNCEF = "NAO";
    if idade > 75 then delete;
run;

DATA &dados..ativos_total;
set &dados..ativo &dados..ativo2;
    FUNCEF = "SIM";
    if idade > 75 then delete;
run;

DATA &dados..ativos_total;
set &dados..ativos_total;
    if sexo = "M" then sexo1 = "MASCULINO";
    if sexo = "F" then sexo1 = "FEMININO";
    drop sexo;
run;

DATA &dados..ativos_total;
set &dados..ativos_total;
    rename SEXO1 = SEXO;
    LABEL SEXO1 = SEXO;
RUN;

DATA &dados..todos_caixa;
set &dados..ativos_total &dados..Ativos_ao_funcef;
    drop f1-f200;
    if sexo = "MASCULINO" then sexo1 = 1;
    if sexo = "FEMININO" then sexo1 = 2;

if ESTADO_CIVIL = "viúvo(a)" then est_civil = 1;
if ESTADO_CIVIL = "Casado(a) ou Equiparado(a)" then est_civil = 2;
if ESTADO_CIVIL = "Divorciado(a)" then est_civil = 3;
if ESTADO_CIVIL = "Separado(a) Judicial" then est_civil = 4;
if ESTADO_CIVIL = "Desquitado(a)" then est_civil = 5;
if ESTADO_CIVIL = "Solteiro(a)" then est_civil = 6;
run;

data &dados..todos_caixa;
set &dados..todos_caixa;
IF PLANO = "" THEN PLANO = "NAO_PARTICIPA";
RUN;
data &dados..todos_caixa_2;
set &dados..todos_caixa;
drop MATR_CULA NOME NUM_FILIAL LOTA__O END_LOTA__O
    NUM_LOTA__O COMPL_LOTA__O BAIRRO_LOTA__O CEP_LOTA__O
    CIDADE_LOTA__O DDD_LOTA__O TELEFONE_LOTA__O DDD
    TELEFONE_NUMERO EMAIL SIT_CEF CARGO DTINICIO DADO_ERRADO;
RUN;

/*ANALISE DESCRITIVA*/
/*AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS SÃO */
/*FUNCEF*/
/* sexo1 idade est_civil ano_de_ADMISSAO TEMPO_CAIXA TEMPO_FUNCEF*/

ods html    path = "C:\Users\fabiana\Desktop\temp2"
             gpath = "C:\Users\fabiana\Desktop\temp2\gif" (url="gif/")

```

```

                                prog_fabiana
file = "Fabiana.html";
ods graphics on;

title "SIM";
PROC UNIVARIATE DATA = &dados..todos_caixa_2;
  where FUNCEF="SIM";
  VAR TEMPO_CAIXA sexo1 idade est_civil ano_de_ADMISSAO TEMPO_CAIXA
TEMPO_FUNCEF;
  histogram / normal;
run;

title "NÃO";
PROC UNIVARIATE DATA = &dados..todos_caixa_2;
  where FUNCEF="NAO";
  VAR TEMPO_CAIXA sexo1 idade est_civil ano_de_ADMISSAO TEMPO_CAIXA
TEMPO_FUNCEF;
  histogram / normal;
run;
title;

/* Sexo e Est_civil */
proc freq data = &dados..todos_caixa_2;
  tables sexo * funcef / chisq;
  tables ESTADO_CIVIL* funcef / chisq;
run;quit;

/*Análise de Dados*/
data &dados..todos_caixa_3;
set &dados..todos_caixa_2;
  if funcef = "SIM" then funcef1 = 1;
  else funcef1 = 0;
run;

proc sort data = &dados..todos_caixa_3;
  by funcef;
run; quit;

proc ttest data = &dados..todos_caixa_3;
  class funcef;
  var TEMPO_CAIXA idade ano_de_ADMISSAO;
run; quit;

ods graphics off;
ods html close;

```

ANEXO B – Análise Estatística Comparativa do Banco de Dados de Associados e Não Associados da FUNCEF em Setembro de 2011

Sim
The Univariate Procedure
Variable: tempo_Caixa (tempo Caixa)

Moments			
N	80840	Sum Weights	80840
Mean	13.5696096	Sum Observations	1096967.24
Std Deviation	10.4566888	Variance	109.342341
Skewness	0.3895722	Kurtosis	-1.3693288
Uncorrected SS	23724542.7	Corrected SS	8839125.51
Coeff Variation	77.0596144	Std Error Mean	0.0367774

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	13.56961	Std Deviation	10.45669
Median	9.69167	Variance	109.34234
Mode	21.88056	Range	46.13889
		Interquartile Range	18.14722

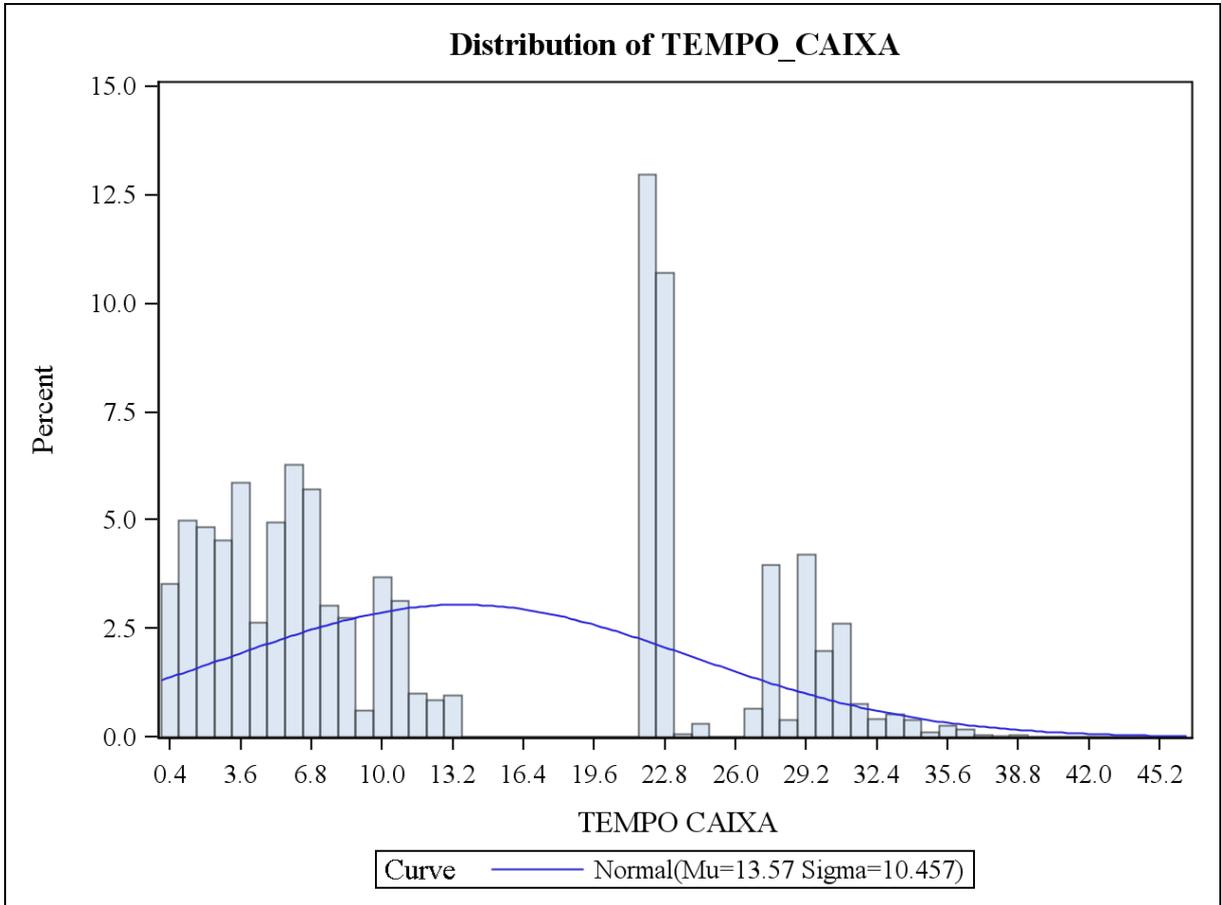
Tests for Location: $\mu_0=0$				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	368.966	Pr > t 	<.0001
Sign	M	40420	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	1.6338E9	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	46.255556
99%	33.769444
95%	30.488889
90%	29.325000
75% Q3	22.558333

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
50% Median	9.691667
25% Q1	4.411111
10%	1.744444
5%	0.963889
1%	0.386111
0% Min	0.116667

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
0.116667	73795	39.7861	4307
0.136111	73794	41.0000	4287
0.136111	73793	43.5833	4264
0.136111	73792	44.5583	4258
0.136111	73791	46.2556	80125

Sim
The Univariate Procedure



Sim
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for tempo_Caixa

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	13.56961
Std Dev	Sigma	10.45669

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.19271	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	777.02028	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	4223.51759	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	0.38611	-10.75629
5.0	0.96389	-3.63011
10.0	1.74444	0.16882
25.0	4.41111	6.51668
50.0	9.69167	13.56961
75.0	22.55833	20.62254
90.0	29.32500	26.97040
95.0	30.48889	30.76933
99.0	33.76944	37.89551

Sim
The Univariate Procedure
Variable: sexo1

Moments			
N	80840	Sum Weights	80840
Mean	1.46133102	Sum Observations	118134
Std Deviation	0.49850555	Variance	0.24850778
Skewness	0.15514344	Kurtosis	-1.9759794
Uncorrected SS	192722	Corrected SS	20089.1208
Coeff Variation	34.1131162	Std Error Mean	0.0017533

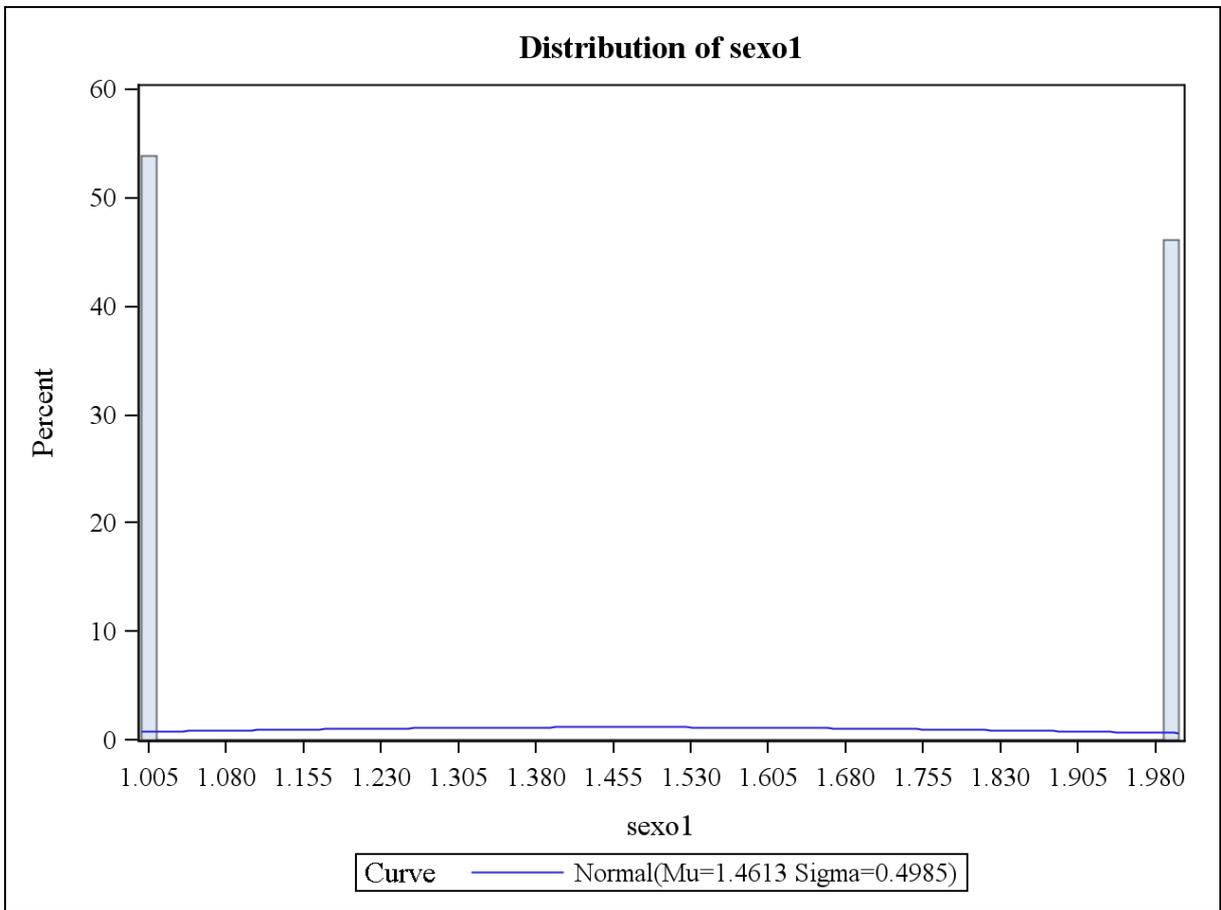
Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	1.461331	Std Deviation	0.49851
Median	1.000000	Variance	0.24851
Mode	1.000000	Range	1.00000
		Interquartile Range	1.00000

Tests for Location: Mu0=0				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	833.4734	Pr > t 	<.0001
Sign	M	40420	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	1.6338E9	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	2
99%	2
95%	2
90%	2
75% Q3	2
50% Median	1
25% Q1	1
10%	1
5%	1
1%	1
0% Min	1

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
1	80840	2	80834
1	80838	2	80835
1	80831	2	80836
1	80830	2	80837
1	80829	2	80839

Sim
The Univariate Procedure



Sim
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for sexo1

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	1.461331
Std Dev	Sigma	0.498506

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.3613	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	2389.6014	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	14638.1947	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	1.00000	0.30163
5.0	1.00000	0.64136
10.0	1.00000	0.82247
25.0	1.00000	1.12509
50.0	1.00000	1.46133
75.0	2.00000	1.79757
90.0	2.00000	2.10019
95.0	2.00000	2.28130
99.0	2.00000	2.62103

Sim
The Univariate Procedure
Variable: idade (idade)

Moments			
N	80840	Sum Weights	80840
Mean	41.0727887	Sum Observations	3320324.24
Std Deviation	9.94915307	Variance	98.9856467
Skewness	-0.1043865	Kurtosis	-1.1967454
Uncorrected SS	144376876	Corrected SS	8001900.69
Coeff Variation	24.2232227	Std Error Mean	0.03499234

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	41.07279	Std Deviation	9.94915
Median	43.30278	Variance	98.98565
Mode	47.50278	Range	56.08333
		Interquartile Range	18.06389

Note: The mode displayed is the smallest of 2 modes with a count of 27.

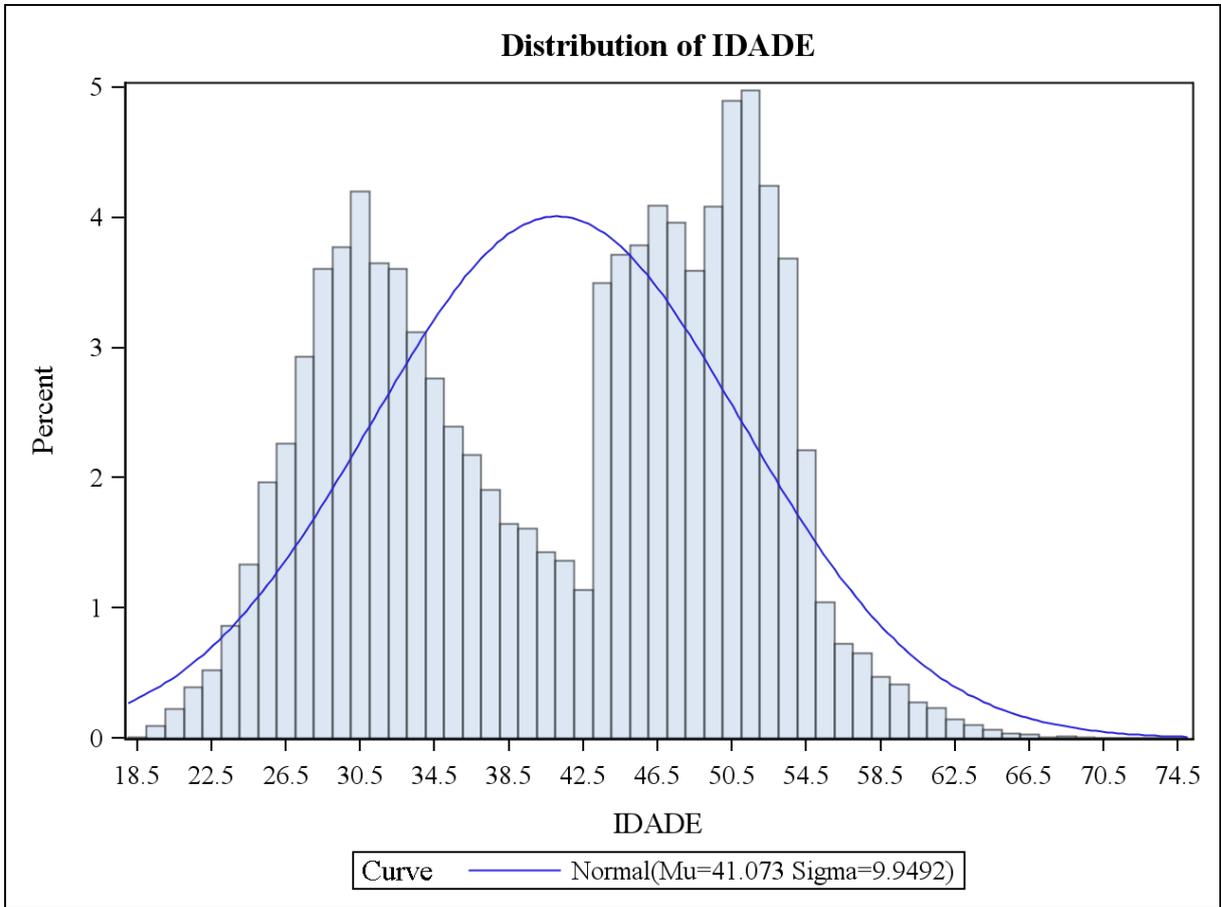
Tests for Location: $\mu_0=0$				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	1173.765	Pr > t 	<.0001
Sign	M	40420	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	1.6338E9	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	74.6694
99%	59.7889
95%	54.5903
90%	53.0347
75% Q3	49.8361
50% Median	43.3028
25% Q1	31.7722

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
10%	27.8167
5%	25.8222
1%	22.5806
0% Min	18.5861

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
18.5861	72693	72.0028	6523
18.8139	71315	72.2778	3827
18.8194	70980	72.2972	4287
18.8500	70940	74.4194	29442
18.9611	70719	74.6694	5119

Sim
The Univariate Procedure



Sim
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for Idade

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	41.07279
Std Dev	Sigma	9.949153

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.09177	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	287.37318	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	1615.12618	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	22.5806	17.9276
5.0	25.8222	24.7079
10.0	27.8167	28.3224
25.0	31.7722	34.3622
50.0	43.3028	41.0728
75.0	49.8361	47.7834
90.0	53.0347	53.8231
95.0	54.5903	57.4377
99.0	59.7889	64.2180

Sim
The Univariate Procedure
Variable: est_civil

Moments			
N	80840	Sum Weights	80840
Mean	3.7923305 3	Sum Observations	306572
Std Deviation	1.9207754 2	Variance	3.6893782 1
Skewness	0.2182139	Kurtosis	- 1.8787381
Uncorrected SS	1460868	Corrected SS	298245.64 5
Coeff Variation	50.648945 4	Std Error Mean	0.0067555 9

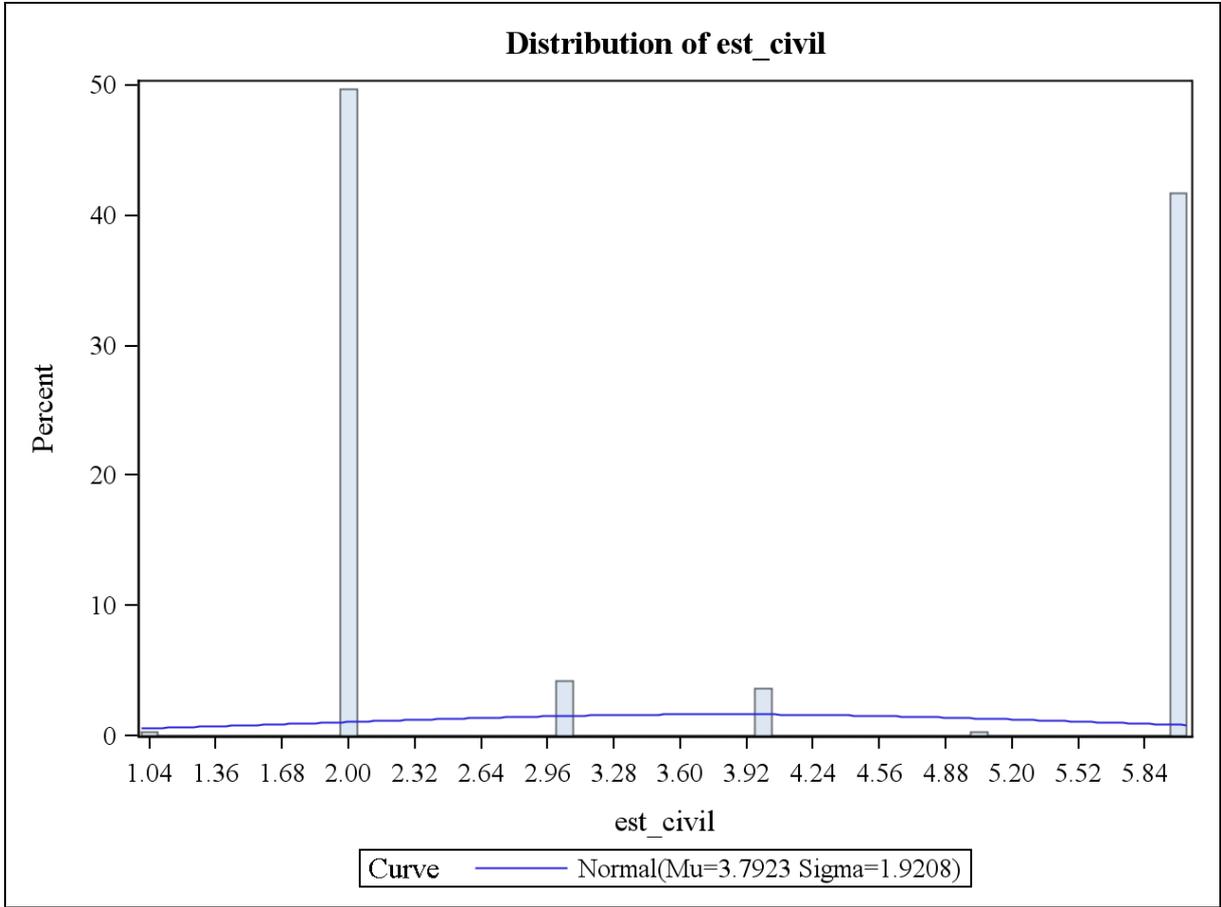
Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	3.79233 1	Std Deviation	1.9207 8
Median	2.00000 0	Variance	3.6893 8
Mode	2.00000 0	Range	5.0000 0
		Interquartile Range	4.0000 0

Tests for Location: Mu0=0				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	561.361 7	Pr > t 	<.000 1
Sign	M	40420	Pr >= M 	<.000 1
Signed Rank	S	1.6338E 9	Pr >= S 	<.000 1

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	6
99%	6
95%	6
90%	6
75% Q3	6
50% Median	2
25% Q1	2
10%	2
5%	2
1%	2
0% Min	1

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
1	8079 8	6	8080 7
1	8068 0	6	8082 3
1	8057 2	6	8083 0
1	8046 1	6	8083 4
1	8034 8	6	8084 0

Sim
The Univariate Procedure



Sim
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for est_civil

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	3.792331
Std Dev	Sigma	1.920775

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.3250	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	1909.8570	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	12105.5599	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	2.00000	-0.67606
5.0	2.00000	0.63294
10.0	2.00000	1.33076
25.0	2.00000	2.49679
50.0	2.00000	3.79233
75.0	6.00000	5.08787
90.0	6.00000	6.25390
95.0	6.00000	6.95172
99.0	6.00000	8.26072

Sim
The Univariate Procedure
Variable: ano_de_admissao (ano de admissao)

Moments			
N	80840	Sum Weights	80840
Mean	1998.0051 3	Sum Observations	16151873 5
Std Deviation	10.498332 3	Variance	110.21498 1
Skewness	-0.387407	Kurtosis	- 1.3715924
Uncorrected SS	3.22724E1 1	Corrected SS	8909668.8 7
Coeff Variation	0.5254407 1	Std Error Mean	0.0369238 7

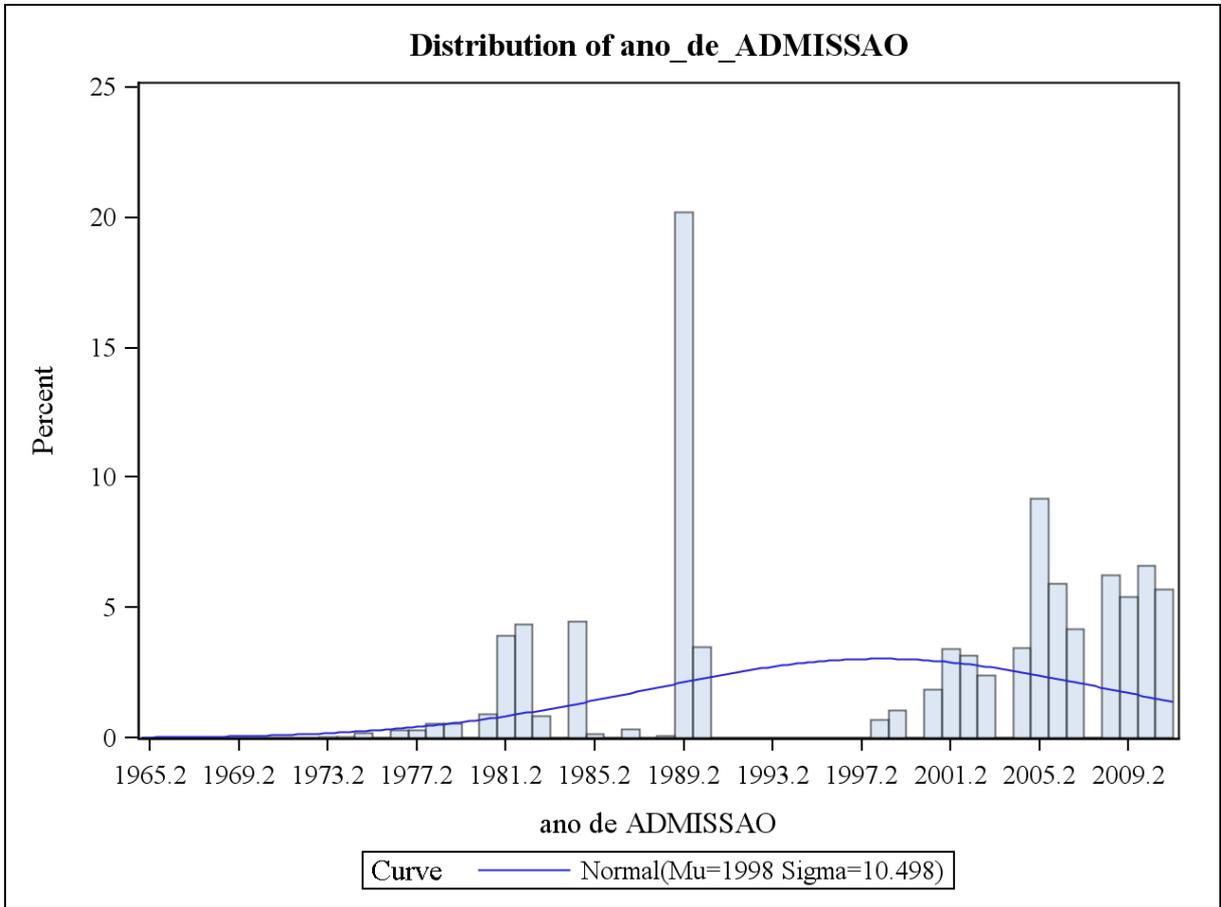
Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	1998.00 5	Std Deviation	10.49833
Median	2002.00 0	Variance	110.2149 8
Mode	1989.00 0	Range	46.00000
		Interquartile Range	18.00000

Tests for Location: Mu0=0				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	54111.4 8	Pr > t 	<.000 1
Sign	M	40420	Pr >= M 	<.000 1
Signed Rank	S	1.6338E 9	Pr >= S 	<.000 1

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	2011
99%	2011
95%	2011
90%	2010
75% Q3	2007
50% Median	2002
25% Q1	1989
10%	1982
5%	1981
1%	1978
0% Min	1965

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
1965	8012 5	2011	7379 1
1967	4258	2011	7379 2
1968	4264	2011	7379 3
1971	4287	2011	7379 4
1972	8065 0	2011	7379 5

Sim
The Univariate Procedure



Sim
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for ano_de_Admissao

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	1998.005
Std Dev	Sigma	10.49833

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.18390	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	783.57904	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	4283.80300	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	1978.00	1973.58
5.0	1981.00	1980.74
10.0	1982.00	1984.55
25.0	1989.00	1990.92
50.0	2002.00	1998.01
75.0	2007.00	2005.09
90.0	2010.00	2011.46
95.0	2011.00	2015.27
99.0	2011.00	2022.43

Sim
The Univariate Procedure
Variable: tempo_Caixa (tempo Caixa)

Moments			
N	80840	Sum Weights	80840
Mean	13.5696096	Sum Observations	1096967.24
Std Deviation	10.4566888	Variance	109.342341
Skewness	0.3895722	Kurtosis	-1.3693288
Uncorrected SS	23724542.7	Corrected SS	8839125.51
Coeff Variation	77.0596144	Std Error Mean	0.0367774

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	13.56961	Std Deviation	10.45669
Median	9.69167	Variance	109.34234
Mode	21.88056	Range	46.13889
		Interquartile Range	18.14722

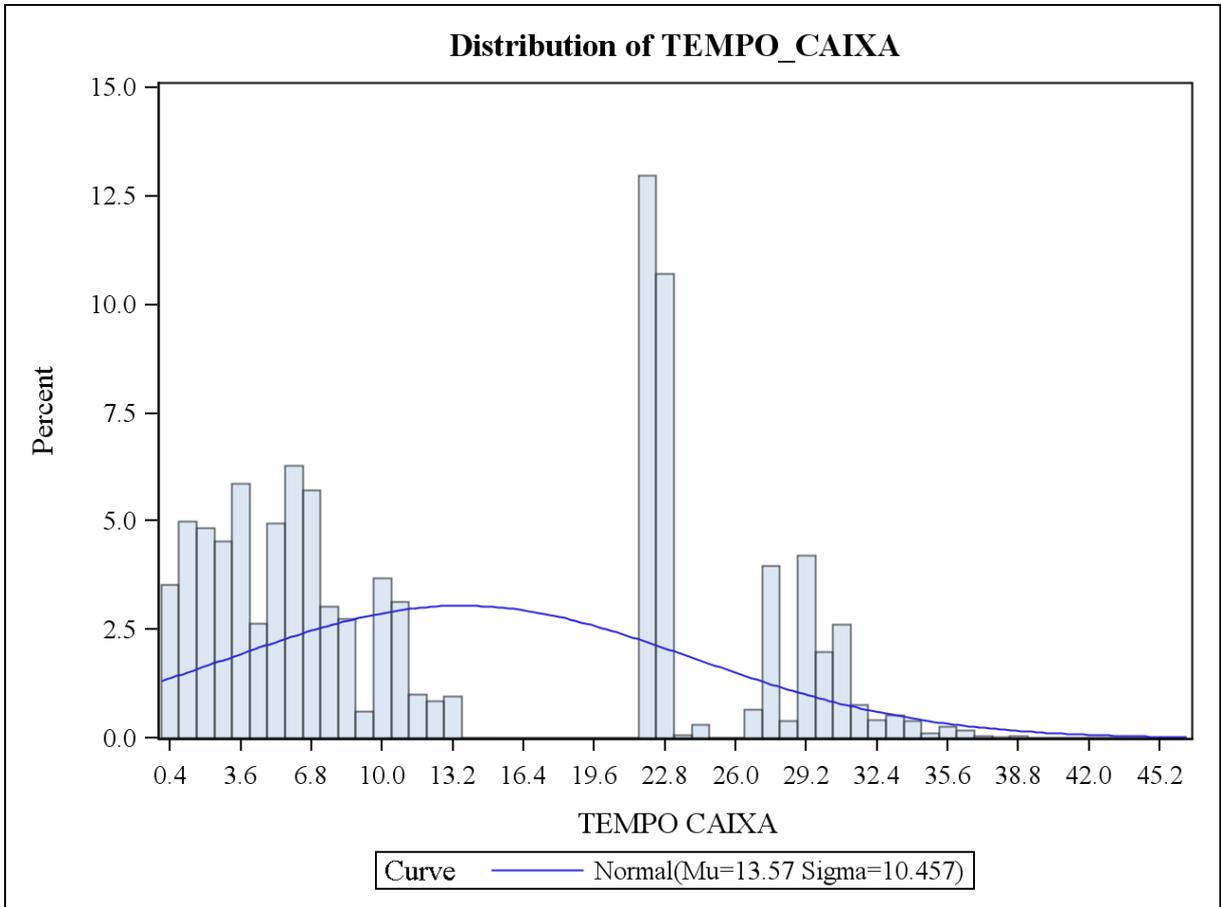
Tests for Location: $\mu_0=0$				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	368.966	Pr > t 	<.0001
Sign	M	40420	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	1.6338E9	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	46.255556
99%	33.769444
95%	30.488889
90%	29.325000
75% Q3	22.558333
50% Median	9.691667

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
25% Q1	4.411111
10%	1.744444
5%	0.963889
1%	0.386111
0% Min	0.116667

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
0.116667	73795	39.7861	4307
0.136111	73794	41.0000	4287
0.136111	73793	43.5833	4264
0.136111	73792	44.5583	4258
0.136111	73791	46.2556	80125

Sim
The Univariate Procedure



Sim
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for Tempo_Caixa

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	13.56961
Std Dev	Sigma	10.45669

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.19271	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	777.02028	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	4223.51759	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	0.38611	-10.75629
5.0	0.96389	-3.63011
10.0	1.74444	0.16882
25.0	4.41111	6.51668
50.0	9.69167	13.56961
75.0	22.55833	20.62254
90.0	29.32500	26.97040
95.0	30.48889	30.76933
99.0	33.76944	37.89551

Sim
The Univariate Procedure
Variable: Tempo_Funcef (tempo Funcef)

Moments			
N	80840	Sum Weights	80840
Mean	12.4069272	Sum Observations	1002975.99
Std Deviation	10.6331794	Variance	113.064505
Skewness	0.47029915	Kurtosis	-1.3830616
Uncorrected SS	21583871.6	Corrected SS	9140021.5
Coeff Variation	85.7035692	Std Error Mean	0.03739814

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	12.40693	Std Deviation	10.63318
Median	6.58333	Variance	113.06450
Mode	13.35556	Range	34.46111
		Interquartile Range	19.20278

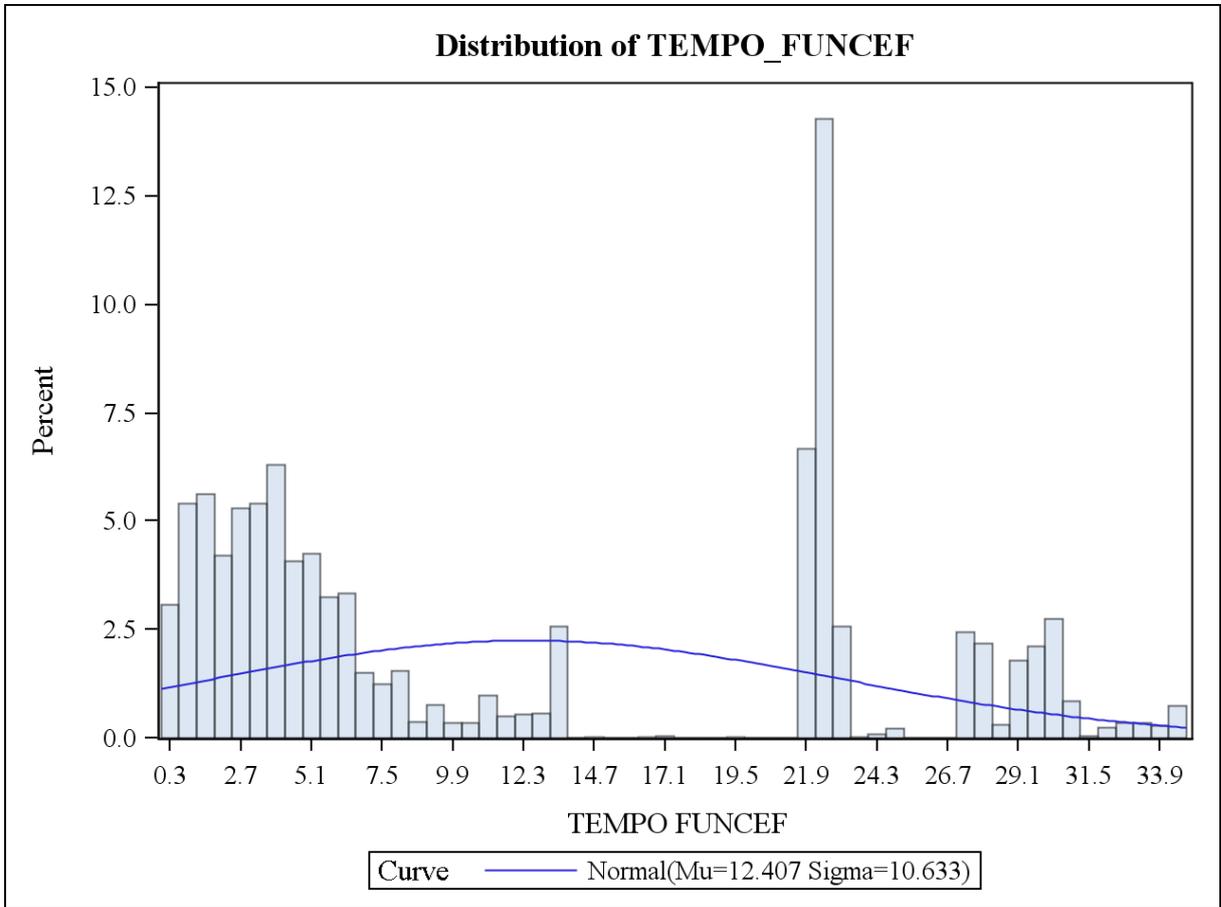
Tests for Location: $\mu_0=0$				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	331.7525	Pr > t 	<.0001
Sign	M	40420	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	1.6338E9	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	34.5000000
99%	33.6666667
95%	30.2083333
90%	27.8750000
75% Q3	22.4361111
50% Median	6.5833333

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
25% Q1	3.2333333
10%	1.3444444
5%	0.8361111
1%	0.2250000
0% Min	0.0388889

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
0.0388889	66082	34.5	80749
0.0388889	44340	34.5	80754
0.0388889	32566	34.5	80777
0.0388889	31337	34.5	80831
0.0500000	61690	34.5	80834

Sim
The Univariate Procedure



Sim
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for Tempo_Funcef

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	12.40693
Std Dev	Sigma	10.63318

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.21094	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	981.67422	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	5440.04444	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	0.22500	-12.32955
5.0	0.83611	-5.08310
10.0	1.34444	-1.22004
25.0	3.23333	5.23496
50.0	6.58333	12.40693
75.0	22.43611	19.57890
90.0	27.87500	26.03389
95.0	30.20833	29.89695
99.0	33.66667	37.14340

Não
The Univariate Procedure
Variable: tempo_Caixa (tempo Caixa)

Moments			
N	4637	Sum Weights	4637
Mean	6.57580332	Sum Observations	30492
Std Deviation	4.13466702	Variance	17.0954713
Skewness	2.98420814	Kurtosis	15.5673239
Uncorrected SS	279764	Corrected SS	79254.6051
Coeff Variation	62.8769873	Std Error Mean	0.06071863

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	6.575803	Std Deviation	4.13467
Median	6.000000	Variance	17.09547
Mode	6.000000	Range	41.00000
		Interquartile Range	3.00000

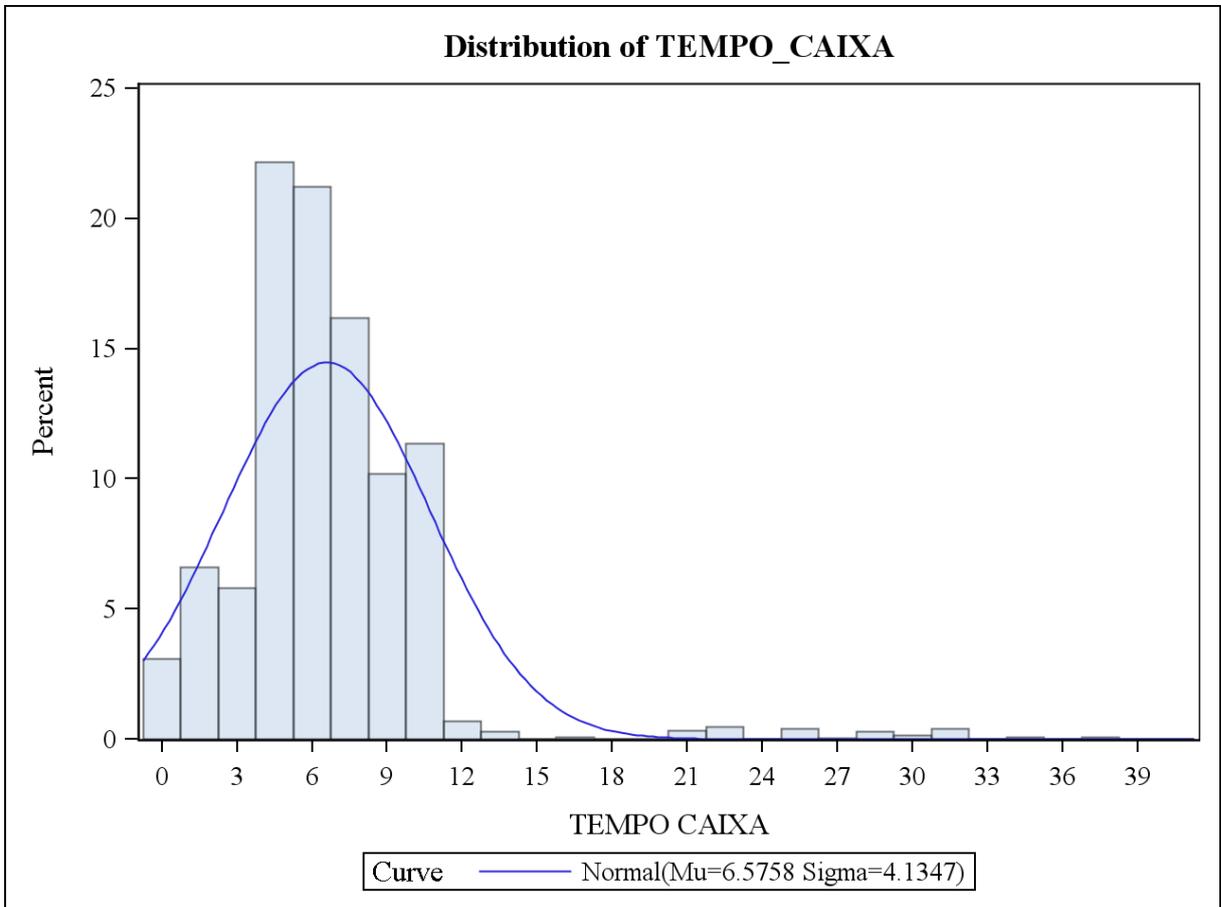
Tests for Location: Mu0=0				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	108.2996	Pr > t 	<.0001
Sign	M	2247	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	5050133	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	41
99%	28
95%	10
90%	10
75% Q3	8
50% Median	6
25% Q1	5

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
10%	3
5%	1
1%	0
0% Min	0

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
0	85477	37	84080
0	85476	37	84081
0	85475	38	84079
0	85474	39	84078
0	85473	41	83775

Não
The Univariate Procedure



Não
 The Univariate Procedure
 Fitted Normal Distribution for Tempo_Caixa

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	6.575803
Std Dev	Sigma	4.134667

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.182023	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	33.372243	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	205.057241	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	0.0000	-3.04287
5.0	1.0000	-0.22512
10.0	3.0000	1.27701
25.0	5.0000	3.78701
50.0	6.0000	6.57580
75.0	8.0000	9.36459
90.0	10.0000	11.87459
95.0	10.0000	13.37673
99.0	28.0000	16.19448

Não
The Univariate Procedure
Variable: sexo1

Moments			
N	4637	Sum Weights	4637
Mean	1.41276688	Sum Observations	6551
Std Deviation	0.49238467	Variance	0.24244267
Skewness	0.35448206	Kurtosis	-1.8751514
Uncorrected SS	10379	Corrected SS	1123.9642
Coeff Variation	34.8525069	Std Error Mean	0.00723079

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	1.412767	Std Deviation	0.49238
Median	1.000000	Variance	0.24244
Mode	1.000000	Range	1.00000
		Interquartile Range	1.00000

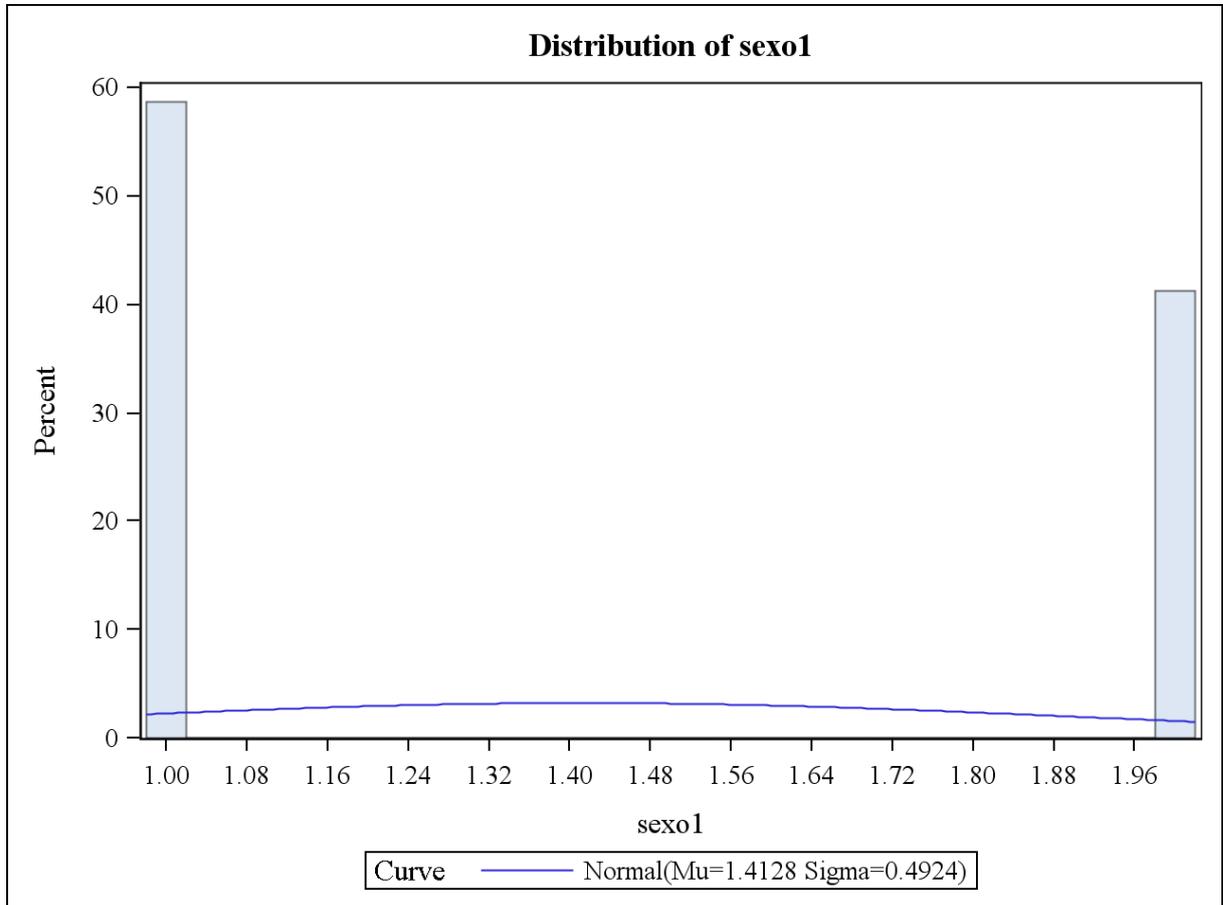
Tests for Location: $\mu_0=0$				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	195.382	Pr > t 	<.0001
Sign	M	2318.5	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	5376602	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	2
99%	2
95%	2
90%	2
75% Q3	2
50% Median	1
25% Q1	1

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
10%	1
5%	1
1%	1
0% Min	1

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
1	85477	2	85459
1	85476	2	85460
1	85475	2	85465
1	85474	2	85466
1	85473	2	85468

Não
The Univariate Procedure



Não
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for Sexo1

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	1.412767
Std Dev	Sigma	0.492385

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.386302	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	144.278888	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	866.768922	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	1.00000	0.26731
5.0	1.00000	0.60287
10.0	1.00000	0.78175
25.0	1.00000	1.08066
50.0	1.00000	1.41277
75.0	2.00000	1.74488
90.0	2.00000	2.04378
95.0	2.00000	2.22267
99.0	2.00000	2.55822

Não
The Univariate Procedure
Variable: idade (idade)

Moments			
N	4637	Sum Weights	4637
Mean	36.0312702	Sum Observations	167077
Std Deviation	9.01401538	Variance	81.2524732
Skewness	0.9353701	Kurtosis	0.25512528
Uncorrected SS	6396683	Corrected SS	376686.466
Coeff Variation	25.0172012	Std Error Mean	0.1323731

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	36.03127	Std Deviation	9.01402
Median	34.00000	Variance	81.25247
Mode	30.00000	Range	53.00000
		Interquartile Range	12.00000

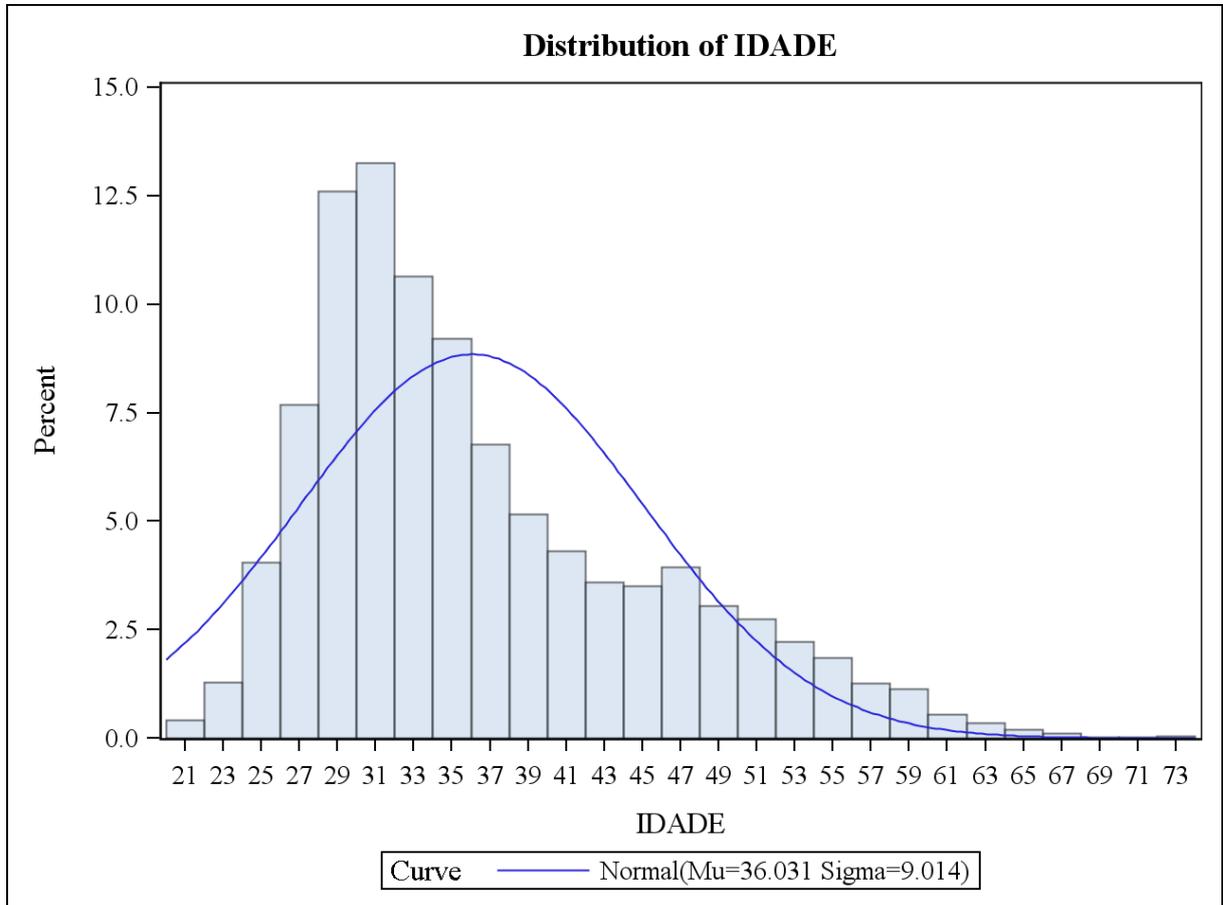
Tests for Location: Mu0=0				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	272.1948	Pr > t 	<.0001
Sign	M	2318.5	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	5376602	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	73
99%	61
95%	54
90%	50
75% Q3	41
50% Median	34
25% Q1	29

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
10%	27
5%	25
1%	23
0% Min	20

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
20	85477	67	84908
20	85417	68	84080
20	85382	71	84103
20	85355	73	82294
20	85338	73	84713

Não
The Univariate Procedure



Não
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for Idade

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	36.03127
Std Dev	Sigma	9.014015

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.139285	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	21.979949	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	123.858665	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	23.0000	15.0615
5.0	25.0000	21.2045
10.0	27.0000	24.4793
25.0	29.0000	29.9514
50.0	34.0000	36.0313
75.0	41.0000	42.1111
90.0	50.0000	47.5832
95.0	54.0000	50.8580
99.0	61.0000	57.0010

Não
The Univariate Procedure
Variable: est_civil

Moments			
N	4637	Sum Weights	4637
Mean	4.55380634	Sum Observations	21116
Std Deviation	1.88357331	Variance	3.54784843
Skewness	-0.5701603	Kurtosis	-1.6283554
Uncorrected SS	112606	Corrected SS	16447.8253
Coeff Variation	41.3626135	Std Error Mean	0.02766075

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	4.553806	Std Deviation	1.88357
Median	6.000000	Variance	3.54785
Mode	6.000000	Range	5.00000
		Interquartile Range	4.00000

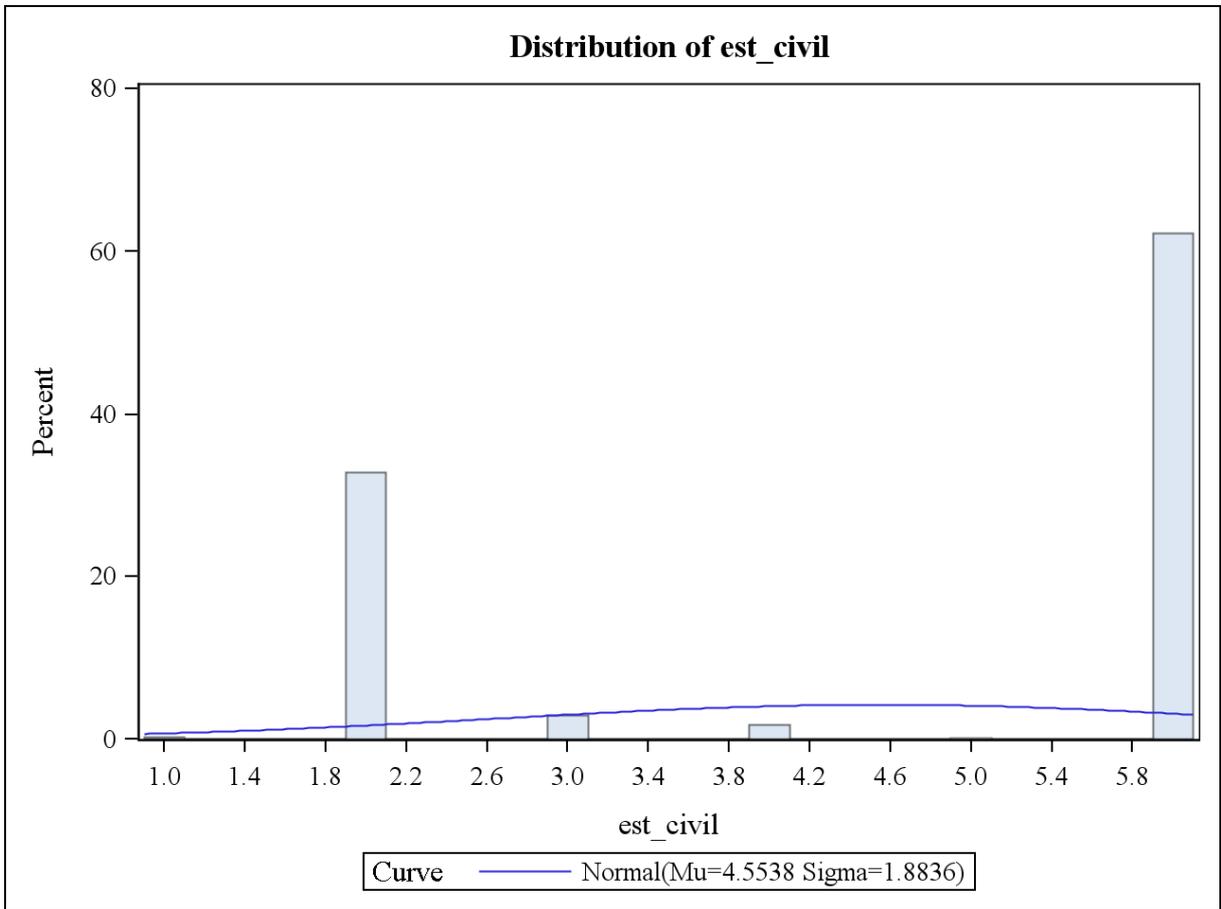
Tests for Location: $\mu_0=0$				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	164.6306	Pr > t 	<.0001
Sign	M	2318.5	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	5376602	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	6
99%	6
95%	6
90%	6
75% Q3	6
50% Median	6
25% Q1	2

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
10%	2
5%	2
1%	2
0% Min	1

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
1	85227	6	85470
1	84862	6	85472
1	83349	6	85473
1	83348	6	85476
1	83124	6	85477

Não
The Univariate Procedure



Não
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for est_civil

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	4.553806
Std Dev	Sigma	1.883573

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.400864	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	142.322748	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	830.881615	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	2.00000	0.17196
5.0	2.00000	1.45560
10.0	2.00000	2.13991
25.0	2.00000	3.28336
50.0	6.00000	4.55381
75.0	6.00000	5.82426
90.0	6.00000	6.96770
95.0	6.00000	7.65201
99.0	6.00000	8.93565

Não
 The Univariate Procedure
 Variable: ano_de_admissao (ano de admissao)

Moments			
N	4637	Sum Weights	4637
Mean	2004.31551	Sum Observations	9294011
Std Deviation	4.17239105	Variance	17.4088471
Skewness	-2.9381179	Kurtosis	15.1184972
Uncorrected SS	1.86282E10	Corrected SS	80707.4151
Coeff Variation	0.20817037	Std Error Mean	0.06127262

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	2004.316	Std Deviation	4.17239
Median	2005.000	Variance	17.40885
Mode	2005.000	Range	41.00000
		Interquartile Range	4.00000

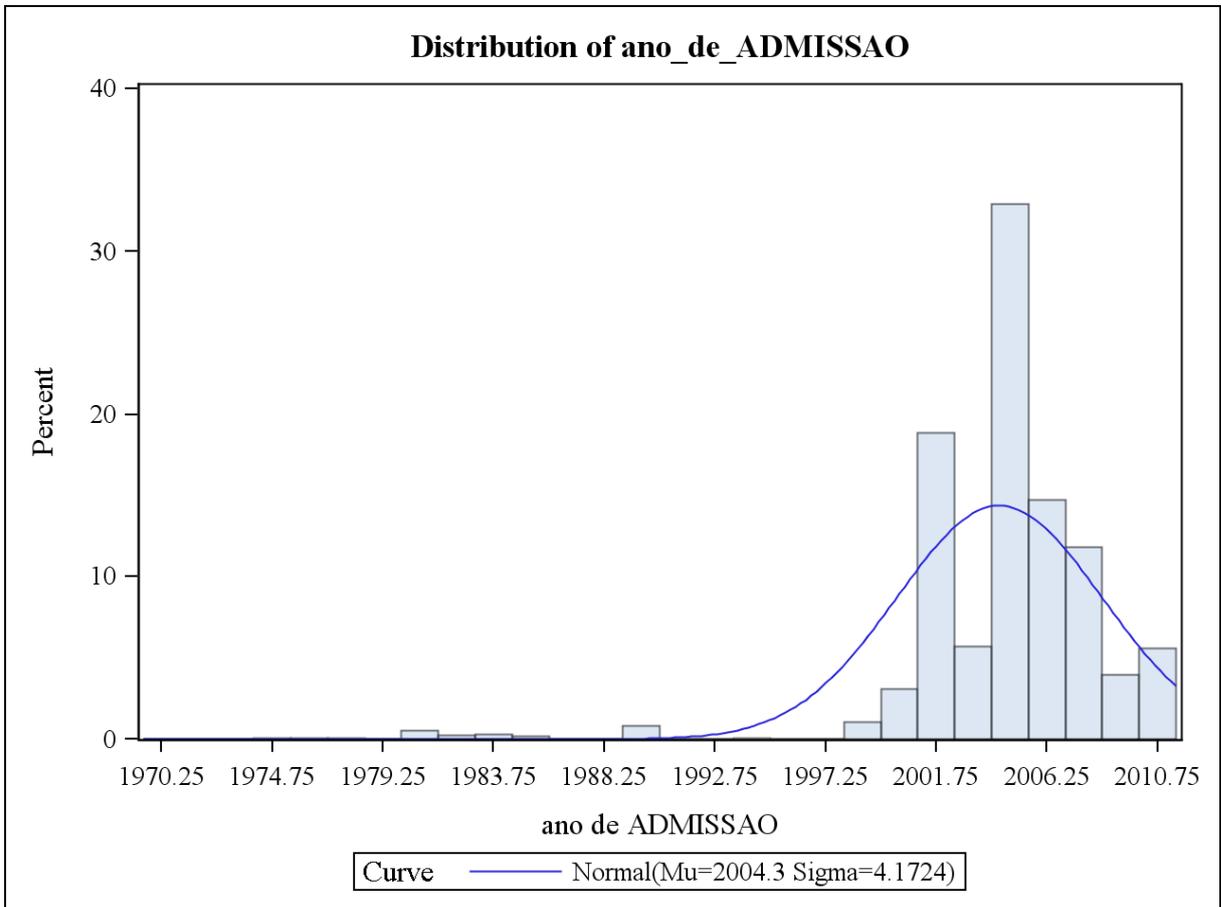
Tests for Location: $\mu_0=0$				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	32711.44	Pr > t 	<.0001
Sign	M	2318.5	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	5376602	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	2011
99%	2011
95%	2010
90%	2008
75% Q3	2006
50% Median	2005
25% Q1	2002
10%	2001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
5%	2000
1%	1983
0% Min	1970

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
1970	83775	2011	85472
1972	84078	2011	85473
1973	84079	2011	85474
1974	84081	2011	85475
1974	84080	2011	85477

Não
The Univariate Procedure



Não
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for ano_de_Admissao

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	2004.316
Std Dev	Sigma	4.172391

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.159100	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	31.710131	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	196.975508	Pr > A-Sq	<0.005

Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	1983.00	1994.61
5.0	2000.00	1997.45
10.0	2001.00	1998.97
25.0	2002.00	2001.50
50.0	2005.00	2004.32
75.0	2006.00	2007.13
90.0	2008.00	2009.66
95.0	2010.00	2011.18
99.0	2011.00	2014.02

Não
The Univariate Procedure
Variable: tempo_Caixa (tempo Caixa)

Moments			
N	4637	Sum Weights	4637
Mean	6.57580332	Sum Observations	30492
Std Deviation	4.13466702	Variance	17.0954713
Skewness	2.98420814	Kurtosis	15.5673239
Uncorrected SS	279764	Corrected SS	79254.6051
Coeff Variation	62.8769873	Std Error Mean	0.06071863

Basic Statistical Measures			
Location		Variability	
Mean	6.575803	Std Deviation	4.13467
Median	6.000000	Variance	17.09547
Mode	6.000000	Range	41.00000
		Interquartile Range	3.00000

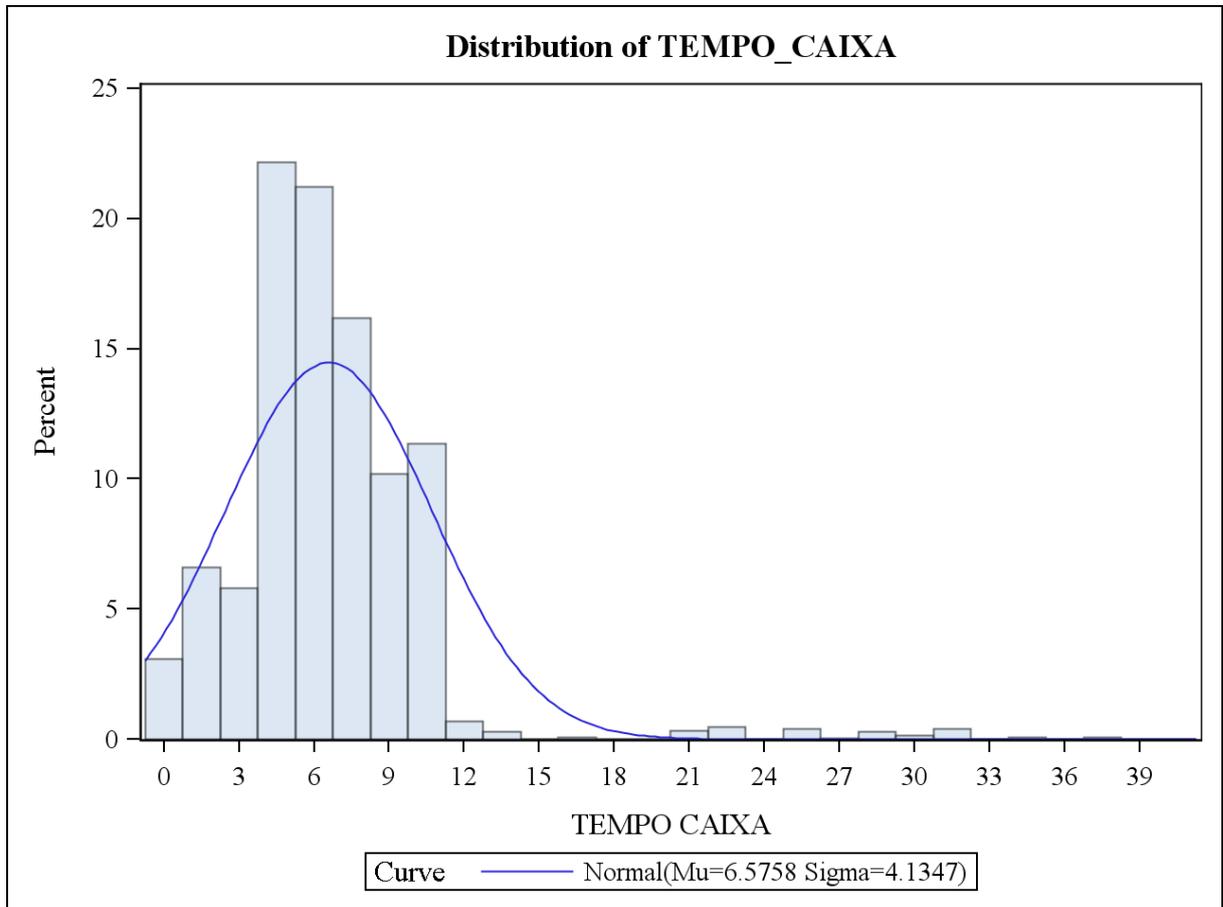
Tests for Location: $\mu_0=0$				
Test	Statistic		p Value	
Student's t	t	108.2996	Pr > t 	<.0001
Sign	M	2247	Pr >= M 	<.0001
Signed Rank	S	5050133	Pr >= S 	<.0001

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
100% Max	41
99%	28
95%	10
90%	10
75% Q3	8
50% Median	6
25% Q1	5
10%	3

Quantiles (Definition 5)	
Quantile	Estimate
5%	1
1%	0
0% Min	0

Extreme Observations			
Lowest		Highest	
Value	Obs	Value	Obs
0	85477	37	84080
0	85476	37	84081
0	85475	38	84079
0	85474	39	84078
0	85473	41	83775

Não
The Univariate Procedure



Não
The Univariate Procedure
Fitted Normal Distribution for Tempo_Caixa

Parameters for Normal Distribution		
Parameter	Symbol	Estimate
Mean	Mu	6.575803
Std Dev	Sigma	4.134667

Goodness-of-Fit Tests for Normal Distribution				
Test	Statistic		p Value	
Kolmogorov-Smirnov	D	0.182023	Pr > D	<0.010
Cramer-von Mises	W-Sq	33.372243	Pr > W-Sq	<0.005
Anderson-Darling	A-Sq	205.057241	Pr > A-Sq	<0.005

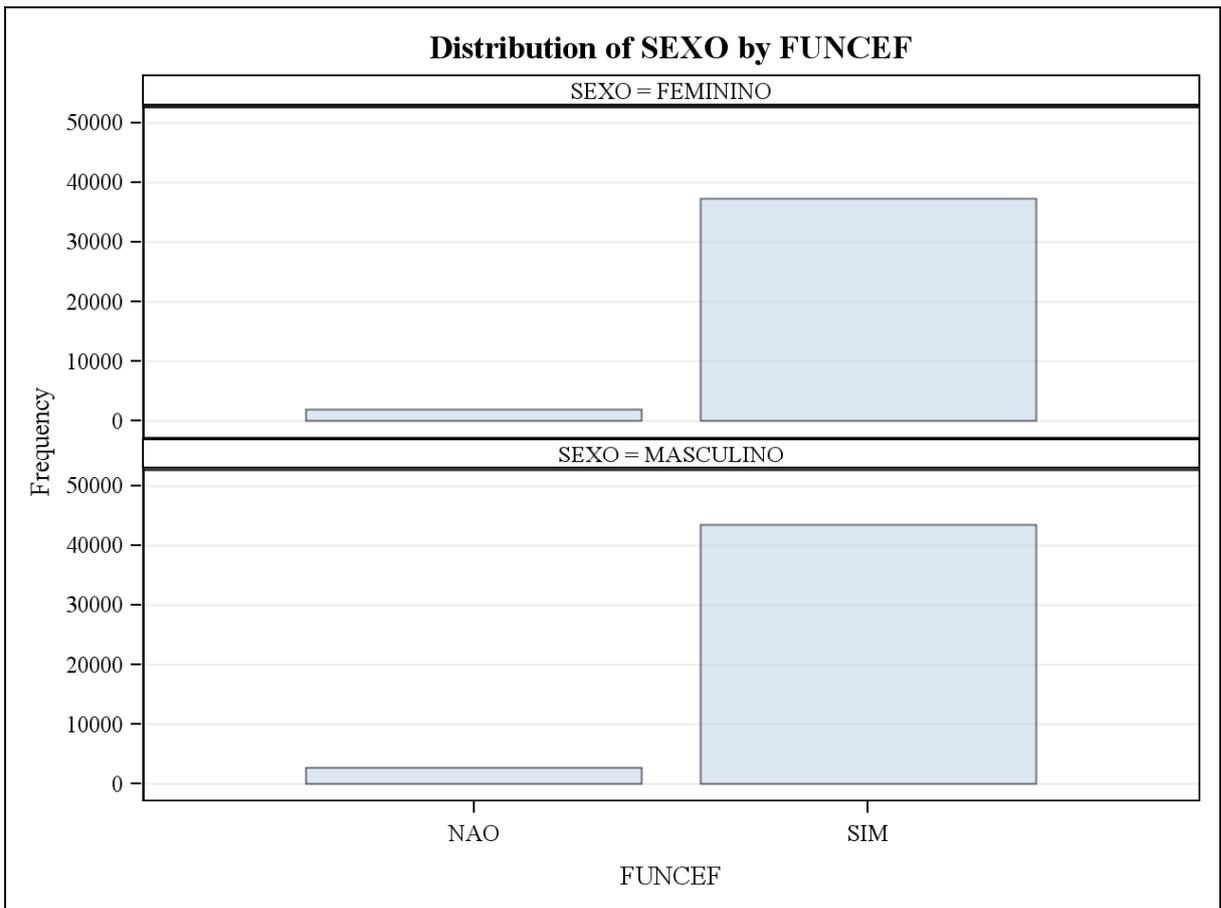
Quantiles for Normal Distribution		
Percent	Quantile	
	Observed	Estimated
1.0	0.0000	-3.04287
5.0	1.0000	-0.22512
10.0	3.0000	1.27701
25.0	5.0000	3.78701
50.0	6.0000	6.57580
75.0	8.0000	9.36459
90.0	10.0000	11.87459
95.0	10.0000	13.37673
99.0	28.0000	16.19448

Não
The Univariate Procedure
Variable: tempo_Funcef (tempo Funcef)

Missing Values			
Missing Value	Count	Percent Of	
		All Obs	Missing Obs
.	4637	100.00	100.00

The Freq Procedure

Table of SEXO by FUNCEF			
SEXO(SEXO)	FUNCEF		
Frequency			
Percent			
Row Pct			
Col Pct	NAO	SIM	Total
FEMININO	1914	37294	39208
	2.24	43.63	45.87
	4.88	95.12	
	41.28	46.13	
MASCULINO	2723	43546	46269
	3.19	50.94	54.13
	5.89	94.11	
	58.72	53.87	
Total	4637	80840	85477
	5.42	94.58	100.00



Statistics for Table of Sexo by Funcef

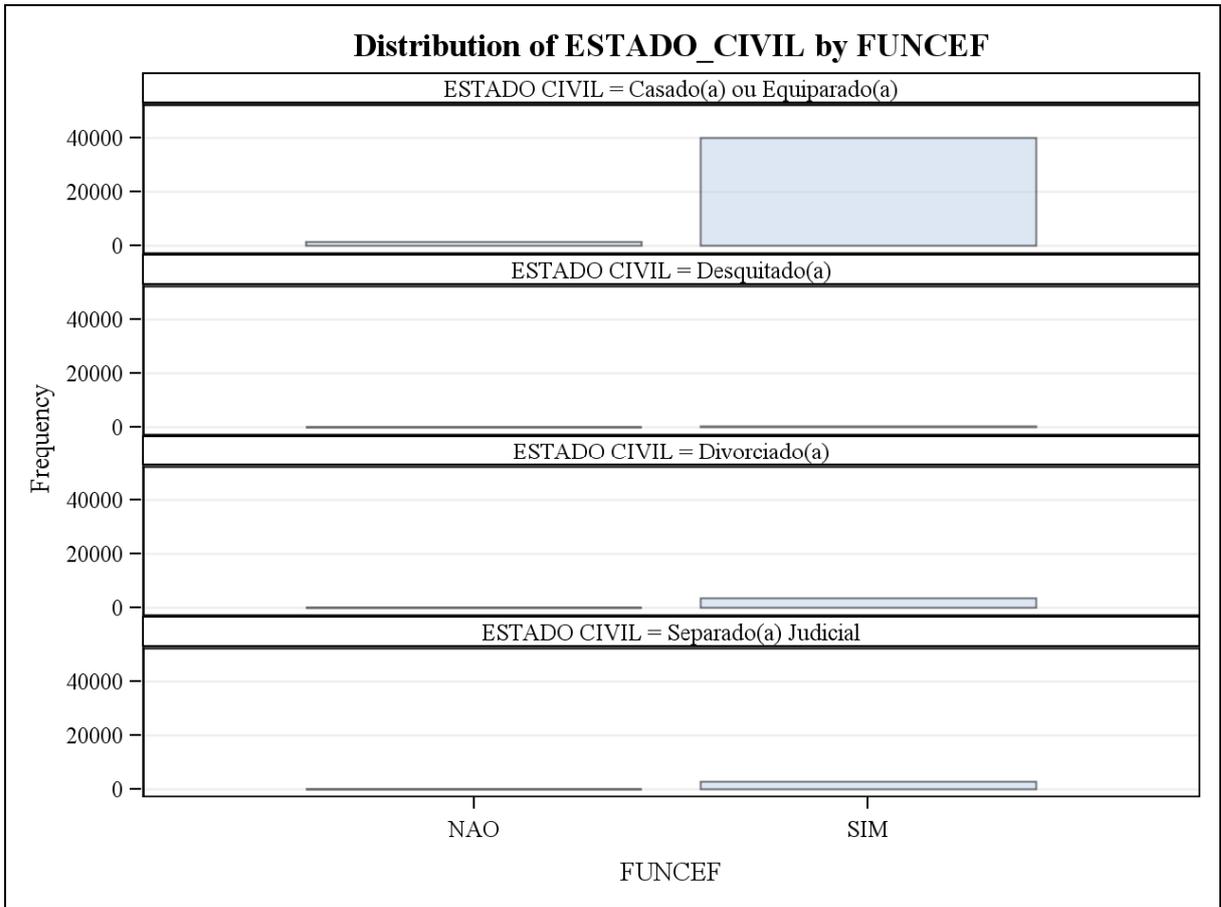
Statistic	DF	Value	Prob
Chi-Square	1	41.6562	<.0001
Likelihood Ratio Chi-Square	1	41.9148	<.0001
Continuity Adj. Chi-Square	1	41.4608	<.0001
Mantel-Haenszel Chi-Square	1	41.6557	<.0001
Phi Coefficient		-0.0221	
Contingency Coefficient		0.0221	
Cramer's V		-0.0221	

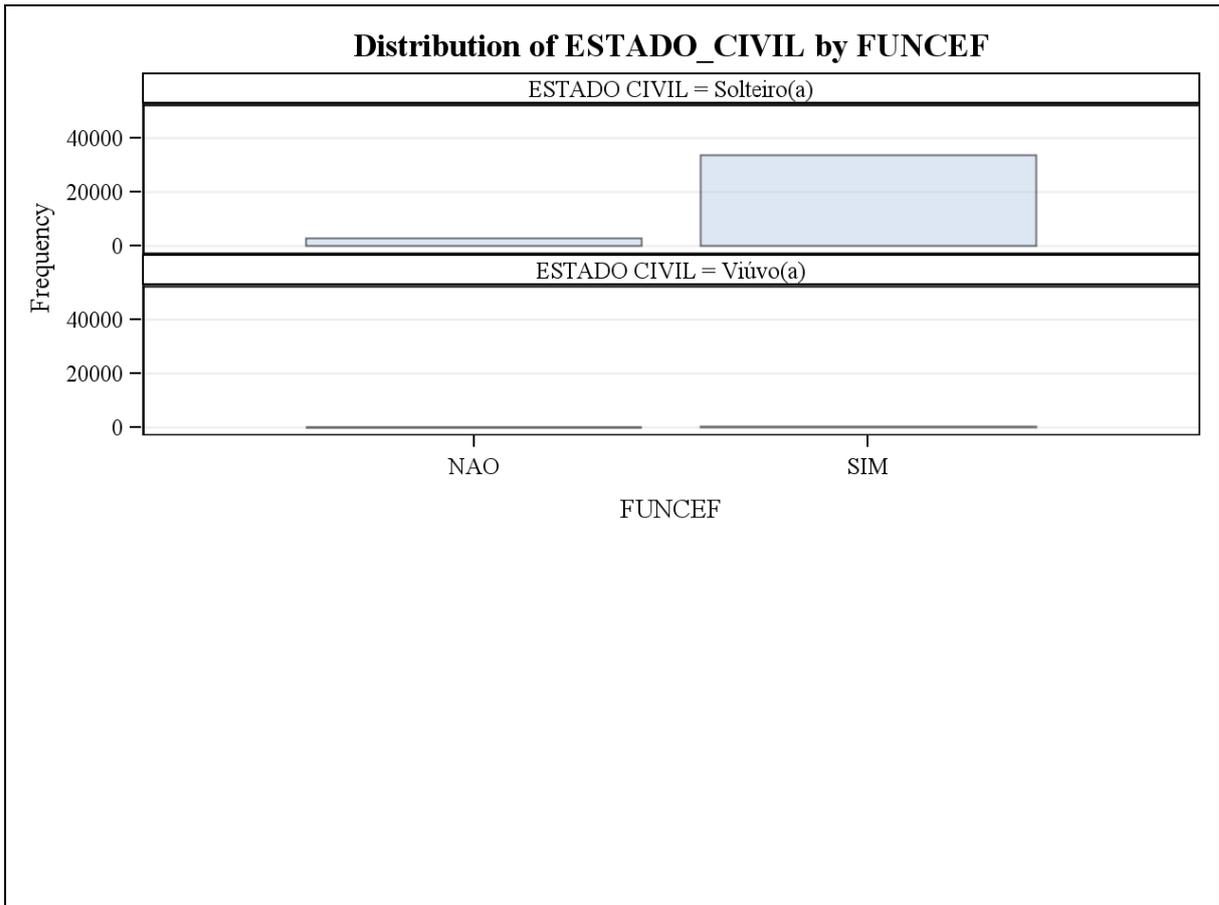
Fisher's Exact Test	
Cell (1,1) Frequency (F)	1914
Left-sided Pr <= F	5.290E-11
Right-sided Pr >= F	1.0000
Table Probability (P)	9.677E-12
Two-sided Pr <= P	1.053E-10

Sample Size = 85477

Table of ESTADO_CIVIL by FUNCEF			
ESTADO_CIVIL(ESTADO CIVIL)	FUNCEF		
Frequency			
Percent			
Row Pct			
Col Pct	NAO	SIM	Total
Casado(a) ou Equiparado(a)	1518 1.78 3.64 32.74	40195 47.02 96.36 49.72	41713 48.80
Desquitado(a)	7 0.01 2.55 0.15	268 0.31 97.45 0.33	275 0.32
Divorciado(a)	134 0.16 3.78 2.89	3407 3.99 96.22 4.21	3541 4.14
Separado(a) Judicial	80 0.09 2.63 1.73	2967 3.47 97.37 3.67	3047 3.56
Solteiro(a)	2885 3.38 7.87 62.22	33750 39.48 92.13 41.75	36635 42.86
Viúvo(a)	13 0.02 4.89 0.28	253 0.30 95.11 0.31	266 0.31
Total	4637 5.42	80840 94.58	85477 100.00

The Freq Procedure





Statistics for Table of Estado_Civil by Funcef

Statistic	DF	Value	Prob
Chi-Square	5	757.6187	<.0001
Likelihood Ratio Chi-Square	5	753.6351	<.0001
Mantel-Haenszel Chi-Square	1	627.7309	<.0001
Phi Coefficient		0.0941	
Contingency Coefficient		0.0937	
Cramer's V		0.0941	

Sample Size = 85477

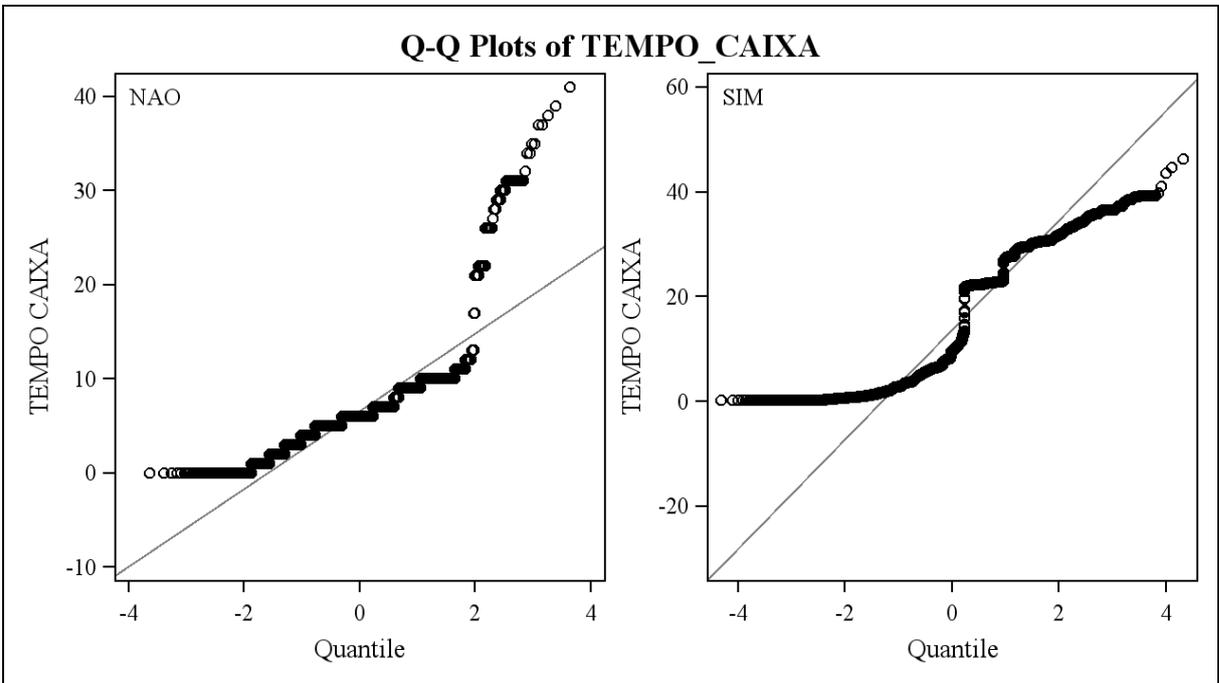
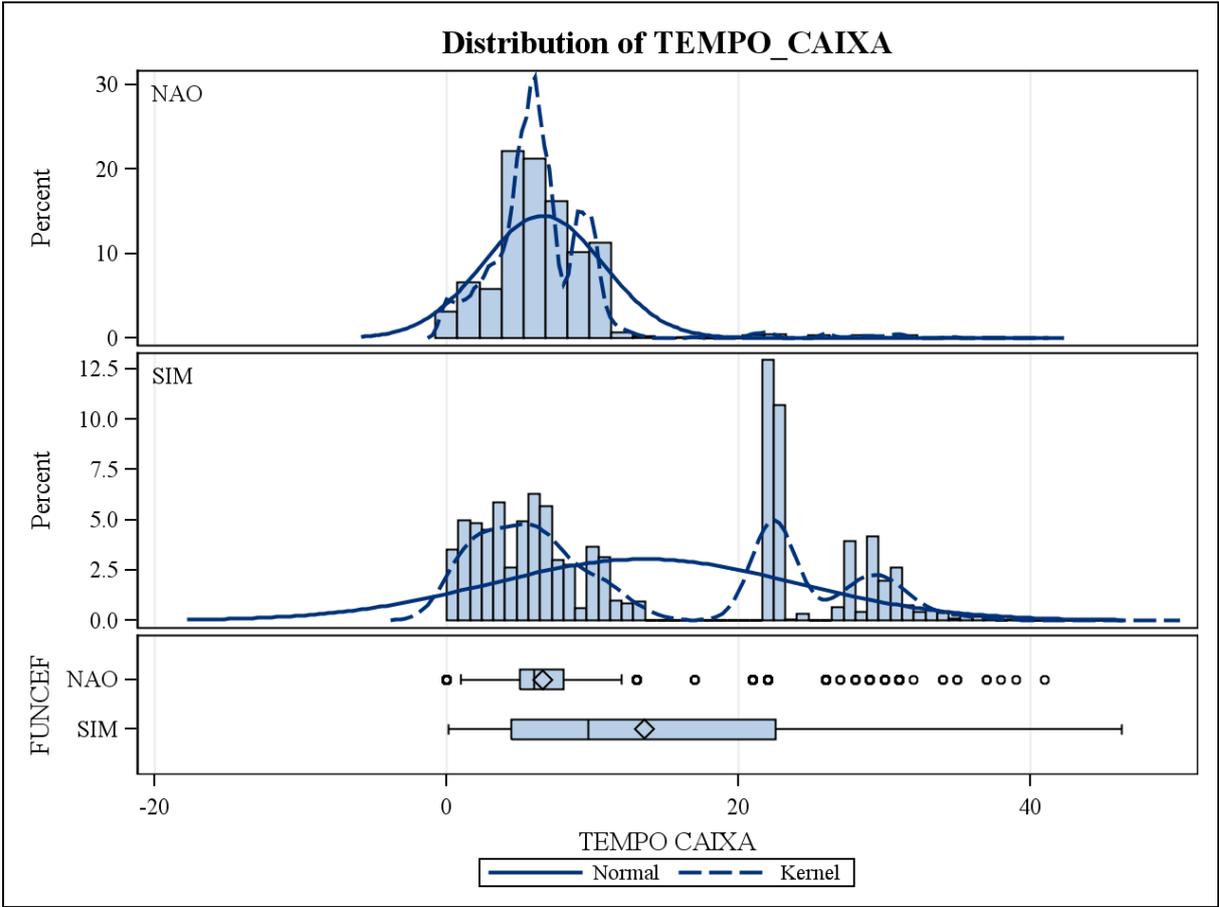
The TTEST Procedure
Variable: tempo_Caixa (tempo Caixa)

FUNCEF	N	Mean	Std Dev	Std Err	Minimum	Maximum
NAO	4637	6.5758	4.1347	0.0607	0	41.0000
SIM	80840	13.5696	10.4567	0.0368	0.1167	46.2556
Diff (1-2)		-6.9938	10.2146	0.1542		

FUNCEF	Method	Mean	95% CL Mean		Std Dev	95% CL Std Dev	
NAO		6.5758	6.4568	6.6948	4.1347	4.0522	4.2206
SIM		13.5696	13.4975	13.6417	10.4567	10.4060	10.5079
Diff (1-2)	Pooled	-6.9938	-7.2961	-6.6915	10.2146	10.1665	10.2633
Diff (1-2)	Satterthwaite	-6.9938	-7.1330	-6.8547			

Method	Variances	DF	t Value	Pr > t
Pooled	Equal	85475	-45.34	<.0001
Satterthwaite	Unequal	8595.3	-98.52	<.0001

Equality of Variances				
Method	Num DF	Den DF	F Value	Pr > F
Folded F	80839	4636	6.40	<.0001



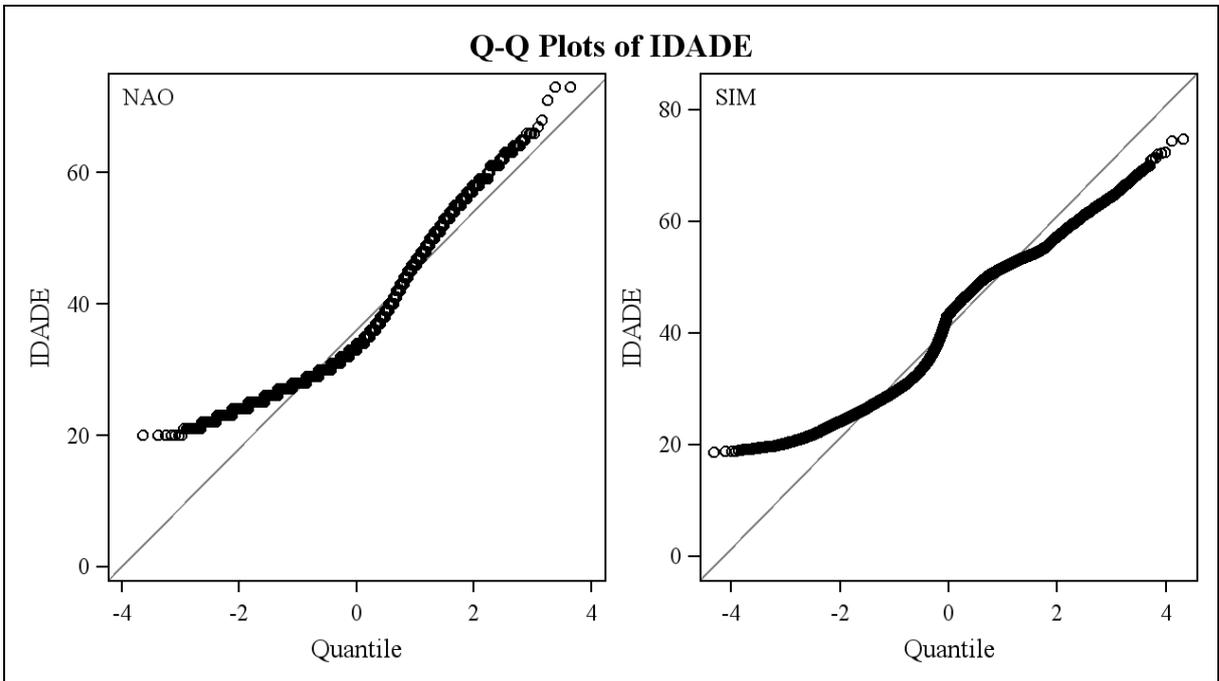
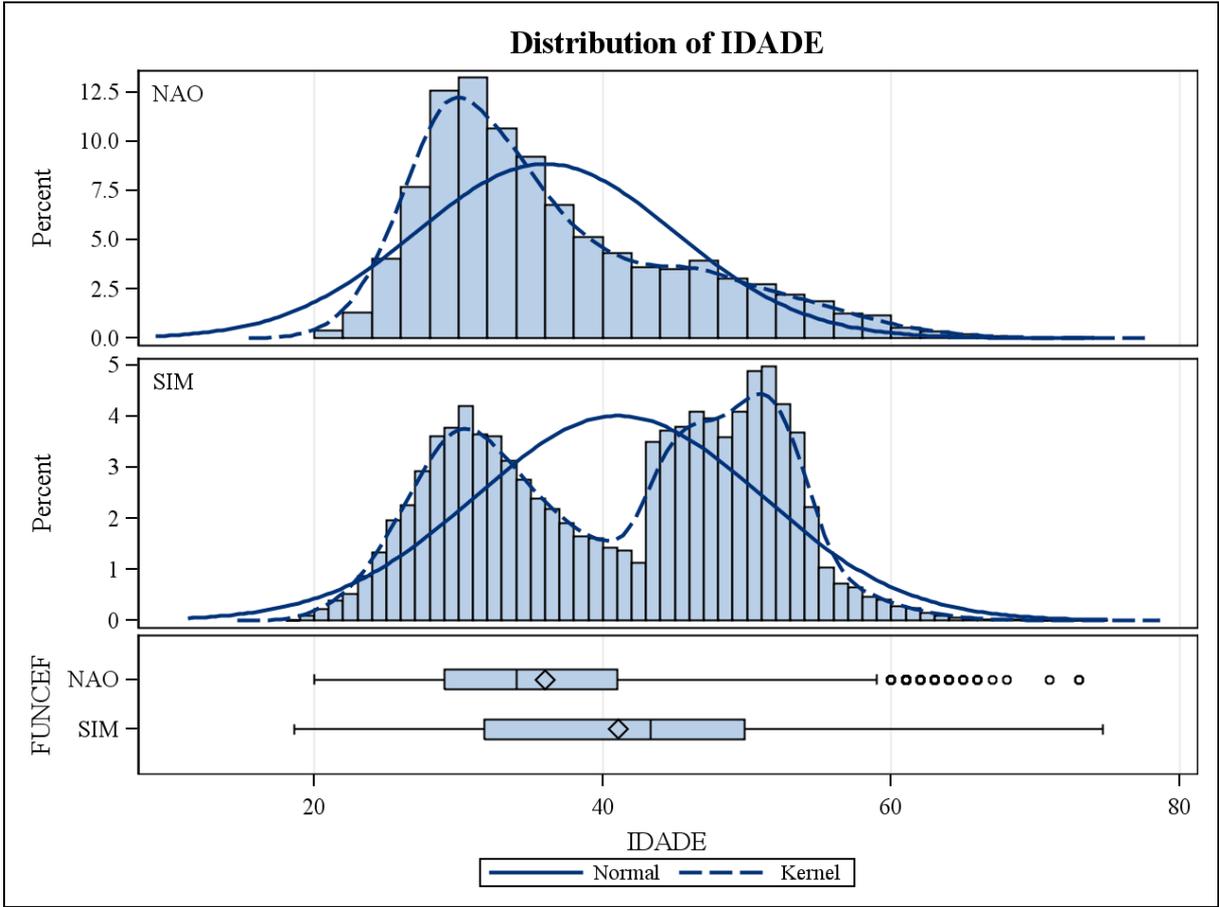
Variable: idade (idade)

FUNCEF	N	Mean	Std Dev	Std Err	Minimum	Maximum
NAO	4637	36.0313	9.0140	0.1324	20.0000	73.0000
SIM	80840	41.0728	9.9492	0.0350	18.5861	74.6694
Diff (1-2)		-5.0415	9.9007	0.1495		

FUNCEF	Method	Mean	95% CL Mean		Std Dev	95% CL Std Dev	
NAO		36.0313	35.7718	36.2908	9.0140	8.8342	9.2013
SIM		41.0728	41.0042	41.1414	9.9492	9.9009	9.9979
Diff (1-2)	Pooled	-5.0415	-5.3345	-4.7485	9.9007	9.8540	9.9479
Diff (1-2)	Satterthwaite	-5.0415	-5.3099	-4.7731			

Method	Variances	DF	t Value	Pr > t
Pooled	Equal	85475	-33.72	<.0001
Satterthwaite	Unequal	5305. 1	-36.82	<.0001

Equality of Variances				
Method	Num DF	Den DF	F Value	Pr > F
Folded F	80839	4636	1.22	<.0001



Variable: ano_de_admissao (ano de admissao)

FUNCEF	N	Mean	Std Dev	Std Err	Minimum	Maximum
NAO	4637	2004.3	4.1724	0.0613	1970.0	2011.0
SIM	80840	1998.0	10.4983	0.0369	1965.0	2011.0
Diff (1-2)		6.3104	10.2558	0.1549		

FUNCEF	Method	Mean	95% CL Mean		Std Dev	95% CL Std Dev	
NAO		2004.3	2004.2	2004.4	4.1724	4.0892	4.2591
SIM		1998.0	1997.9	1998.1	10.4983	10.4474	10.5498
Diff (1-2)	Pooled	6.3104	6.0068	6.6139	10.2558	10.2074	10.3046
Diff (1-2)	Satterthwaite	6.3104	6.1701	6.4506			

Method	Variances	DF	t Value	Pr > t
Pooled	Equal	85475	40.75	<.0001
Satterthwaite	Unequal	8549.8	88.21	<.0001

Equality of Variances				
Method	Num DF	Den DF	F Value	Pr > F
Folded F	80839	4636	6.33	<.0001

The TTEST Procedure
 Variable: ano_de_admissao (ano de admissao)

